

ANTONIO GUIMARAES BRITO

(ORGANIZADOR)

DIÁLOGOS ENTRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E LITERATURA:

DA PALAVRA ESCRITA
À CRÍTICA INTERNACIONALISTA

ALEX MAGALHÃES GOMES
ANA LÍVIA AYRES CARDOSO
ANA VITÓRIA CARDOSO
ANTONIO GUIMARÃES BRITO
CAROLINA CRISTINA ELOY
GABRIELLE ORTI CHUCRI
JOSIELI SANTINI
KARLA VANESSA DOS SANTOS CARDOSO
MILENA PESTANO
RÍLLARI FERREIRA CASTRO E SILVA
SARA NUNES MENDES ALVES
TIAGO LELES DE OLIVEIRA
YULA MUNHOZ FRANCISCO

ANTONIO GUIMARAES BRITO

(ORGANIZADOR)

DIÁLOGOS ENTRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E LITERATURA:

DA PALAVRA ESCRITA
À CRÍTICA INTERNACIONALISTA

ALEX MAGALHÃES GOMES
ANA LÍVIA AYRES CARDOSO
ANA VITÓRIA CARDOSO
ANTONIO GUIMARÃES BRITO
CAROLINA CRISTINA ELOY
GABRIELLE ORTI CHUCRI
JOSIELI SANTINI
KARLA VANESSA DOS SANTOS CARDOSO
MILENA PESTANO
RÍLLARI FERREIRA CASTRO E SILVA
SARA NUNES MENDES ALVES
TIAGO LELES DE OLIVEIRA
YULA MUNHOZ FRANCISCO

Direção Editorial

Dra. Fernanda Pereira Martins

Revisão

Os Autores

Organizadores

Dr. Antonio Guimaraes Brito

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Editora Zion

Biblioteca

Aline Grazielle Benitez CRB-1/3129



O conteúdo deste livro está sob a Licença de Atribuição Creative Commons.

Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Internacional

Conselho Editorial

Dr. Leonardo Batista Pedroso

Instituto Federal Goiano

Dr. Luiz Carlos Goiabeira Rosa

Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Marcus Vinícius Costa da Conceição

Instituto Federal Goiano

Dra. Mariana Velasque Borges

Okinawa Institute of Science and Technology

Dr. Matheus Silva de Paiva

Universidade Católica de Brasília

Dr. Paulo Ricardo dos Santos

Universidade Federal do Cariri

Dr. Rildo Aparecido Costa

Universidade Federal de Uberlândia

Dra. Risely Ferraz Almeida

Universidade de São Paulo

Copyright© dos autores.

Copyright© da edição Editora Zion.

Todos os direitos desta edição são reservados à Editora Zion.

O conteúdo dos capítulos que compõem esta obra são de inteira responsabilidade dos seus respectivos autores, os quais tem propriedade intelectual sobre a mesma. Os autores também se responsabilizam pela revisão gramatical e ortográfica, bem como pelo cumprimento das normas da ABNT NBR6023.

Todos os direitos desta edição estão reservados aos autores, organizadores e editores, sendo, portanto, proibida a reprodução desta obra sem a autorização da Editora Zion. É permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que sejam seguidas as normas da ABNT NBR6023.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Diálogos entre relações internacionais e literatura: da palavra escrita à crítica internacionalista / organização Antonio Guimarães Brito.

Ituiutaba, MG: Editora Zion, 2021.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-84537-02-6

DOI 10.29327/545830

1. Crítica literária 2. Literatura 3. Relações internacionais

I. Brito, Antonio Guimarães.

21-85703

CDD-801.95

Elaborado por Aline Grazielle Benitez - Biblioteca - CRB-1/3129

Índices para catálogo sistemático:

1. Crítica literária 801.95

contato@editorazion.com.br

www.editorazion.com.br

Sumário

INTRODUÇÃO.....5

FRANKENSTEIN: A DITADURA DA BELEZA SOBRE A FICÇÃO CIENTÍFICA PARA A CIÊNCIA6

Carolina Cristina Eloy

PEDRO PÁRAMO: REFLEXÕES PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM JUAN RULFO..... 20

Antonio Guimaraes Brito

Milena Pestano

IDENTIDADE, CONTRABANDO E FRONTEIRA EM “PERSEGUIÇÃO E CERCO A JUVÊNIO GUTIERREZ” DE TABAJARA RUAS..... 38

Antonio Guimaraes Brito

Josieli Santini

O SENHOR DAS MOSCAS: O ESTADO DE NATUREZA E UMA REVISÃO EM HOBBS E PIERRE CLASTRES 53

Antonio Guimaraes Brito

Karla Vanessa dos Santos Cardoso

A TRISTE FIGURA, DOM QUIXOTE NAS INTERFACES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O TEXTO IMORTAL DE CERVANTES 64

Antonio Guimaraes Brito

Tiago Leles de Oliveira

ROBINSON CRUSOÉ: REFLEXOS DO COLONIALISMO E DO VELHO MUNDO 86

*Antonio Guimaraes Brito
Ana Livia Ayres Cardoso
Ríllari Ferreira Castro e Silva*

“MUNDO DO FIM DO MUNDO” DE LUIS SEPÚLVEDA À LUZ DE MOBY DICK: O SISTEMA JURÍDICO DE PROTEÇÃO ÀS BALEIAS E O IMPERIALISMO NO SÉCULO XIX 101

*Antonio Guimaraes Brito
Josieli Santini*

O ALIENISTA E EXCLUSÃO PSIQUIÁTRICA: MACHADO DE ASSIS E O HOLOCAUSTO BRASILEIRO 116

*Antonio Guimarães Brito
Yula. M. Francisco*

“L’AMANT” DE MARGUERITE DURAS E O “OUTRO” NA PERSPECTIVA COLONIAL NA INDOCHINA FRANCESA 132

*Alex Magalhães Gomes
Gabrielle Orti Chucri*

FRANZ KAFKA: A METAMORFOSE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 149

*Antonio Guimaraes Brito
Ana Vitória Cardoso*

ALBERT CAMUS E A PESTE DO SÉCULO XXI..... 160

Sara Nunes Mendes Alves

ÍNDICE REMISSIVO 173

INTRODUÇÃO

É com muita alegria e reconhecimento que apresento a obra **DIÁLOGOS ENTRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E LITERATURA: da Palavra escrita á Critica Internacionalista**. É uma somatória de inspiração, esforço e persistência. Buscar as interfaces entre a Literatura e as Relações Internacionais, dialogando em seus mais diversos aspectos, a economia, a política, a antropologia, a história, nas inúmeras obras escolhidas da literatura. Uma lista significativa de livros excepcionais, como Frankenstein; Pedro Páramo, Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez; O Senhor das Moscas; Dom Quixote; Robson Crusoé; O Mundo do Fim do Mundo; O Alienista; O Amante, Metamorfose e A Peste. De Cervantes; Kafka; Albert Camus; Machado de Assis, Daniel Defoe, aos autores Latino-Americanos, como Juan Rulfo, Luis Sepúlveda, Tabajara Ruas, e as obras emblemáticas de Mary Shelley, Marguerite Duras e Willian Golding.

Sem dúvida um desafio para as Relações Internacionais e internacionalistas. Estudar clássicos da literatura, de todos os gêneros, ficção científica, terror, romantismo, policiais, aventura.

A obra se desenvolveu dentro do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais desenvolvido sob a coordenação do professor Dr. Antonio Guimarães Brito, no curso de Relações Internacionais, na Universidade Federal do Rio Grande.

Obstinados e corajosos autores, que enfrentaram o desafio desse diálogo inusitado, mas que certamente somará para a melhor compreensão das Relações Internacionais, pelo menos colocando mais dúvidas e interrogações.

Parabéns aos participantes do projeto, e sem mais, BOA LEITURA!!!

Antonio Guimarães Brito,
Primavera de 2021, nos Campos Neutrais.

CAPÍTULO 1

Frankenstein: A ditadura da beleza sobre a Ficção Científica para a Ciência

Carolina Cristina Eloy¹

Introdução

A ficção científica costuma ser apresentada ao leitor como uma subdivisão do tipo narrativo dos romances, pois traz essencialmente a vantagem da imaginação e da diluição da realidade observada. Embora sua narrativa seja tecida a partir de conceitos científicos, esse romance foi rejeitado por alguns cientistas por se tratar de uma narrativa caracterizada por personagens de fantasia e pode levar o leitor a um mundo improvável.

Nesse dilema, a ficção científica é descartada na ciência. Nesse contexto, tendo em vista o romance Frankenstein, o objetivo deste artigo é discutir a relação entre literatura e ciência, ou seja, a literatura transformou a ciência a partir da relação social e cultural entre o progresso científico e as disciplinas.

A pesquisa explorou os possíveis significados revelados nas dimensões do diálogo, e essas dimensões o ecoaram. Portanto, é interessante compreender em que medida as narrativas ficcionais questionam a ciência a partir da relação sociocultural entre a ciência e as pessoas. Perguntas como: Onde a ciência e a literatura estão próximas e distantes? Como a ciência se apresenta na literatura e, ao mesmo tempo, a literatura desempenha um papel

¹Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande e integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

de reflexão na ciência? Essas perguntas serão respondidas no livro "Frankenstein" ou "Moderno Prometido" de Mary Shelley (1797-1851).

O método utilizado é a pesquisa bibliográfica e a revisão bibliográfica, pois recomenda uma breve introdução ao conceito de ficção científica e a aproximação entre narrativas de ficção científica promovidas pela capacidade inerente da literatura de desencadear reflexão e questionamento, no que diz respeito às decisões do homem, em especial no campo social e cultural, de um grupo de autores.

Esse artigo está organizado em três seções. A primeira trata da ficção científica como espaço de tessitura onde os fios da literatura e da Ciências se entrelaçam para compor uma narrativa. A segunda faz resumo da obra, considerando o pensamento científico. E a terceira seção, a beleza como engloba na realidade do principal personagem e vem trazendo consigo a representação até o século XXI.

O artigo conclui que o padrão de beleza e a estética está vinculada como as pessoas vão olhar para seus verdadeiros "eus". E como a Ciência vem influenciando todo papel de reflexão da intervenção científica no mundo.

1. Ficção Científica: A "Tecelagem" que entrelaçam Literatura e a Ciências

O papel e a particularidade da narrativa de ficção científica levaram a uma produtividade acadêmica significativa no campo da literatura. Para o romancista e crítico literário Roberts (2002, p. 1), o gênero da ficção científica é uma subdivisão da narrativa literária, localizada no mundo ficcional, portanto, "[...] observou a imaginação realista, uma literatura onírica " Como uma espécie de literatura de fantasia, a ficção científica, como característica central, desperta no leitor o sentimento de alienação devido a alguns elementos de suas obras. Diante da narrativa, os leitores

percebem que os elementos da fantasia não podem ser realizados em seu mundo real, mas aceitam a lógica do romance como uma viagem a outra dimensão da existência - a imaginação.

Para Piassi (2007), a ficção científica trouxe um papel realista à sua narrativa. Essa semelhança com a realidade tem impacto nas três dimensões do conhecimento existente na trama. A primeira é a dimensão fenomenológica conceitual. Nesta dimensão, a narrativa apresenta conceitos científicos, fenômenos e leis que são válidas em um determinado contexto histórico. As descobertas científicas em discussão são geralmente temáticas na literatura ficcional devido às suas características inovadoras ou reconhecimento de conhecimento abrangente.

A ficção científica, não importa o quão fictício seja seu caráter, levará os leitores a problemas do mundo real. Os conceitos, pensamentos, valores, visão de mundo, conhecimento e experiência do escritor se espalham pela narrativa e o guiam para colocar o enredo no contexto de um mundo específico. Portanto, o mundo narrado no romance está relacionado à realidade mundial que o autor vivenciou e espera compartilhar com o leitor.

Afinal, como a ciência vê esse gênero literário? Onde a ciência e a literatura estão indo cada vez mais longe? O que é conhecimento científico?

O conceito científico que persiste até hoje foi estabelecido no século 19, então tornou-se aparente no período da modernidade média. Para Henry (1998), antes dos tempos modernos, o que existia era uma filosofia natural voltada para a descrição e explicação do mundo inteiro. O termo "filosofia natural" é usado para explicar a compreensão dos fenômenos.

2. A Obra de Frankenstein e seu Contexto de Criação

Quem escreveu Frankenstein? Mary Wollstonecraft Godwin Shelley (1797-1851), ou simplesmente Mary Shelley. Se a resposta parece óbvia para os leitores contemporâneos, não era tão óbvia no início do século XIX. De fato, quando a primeira edição da obra foi publicada, em 1818, seus 500 exemplares não estavam assinados¹. O prefácio foi assinado por seu marido, Percy Bysshe Shelley (1792-1822), e ajudou a fornecer pistas suspeitas sobre a verdadeira autoria de Frankenstein. No entanto, depois que os editores John Murray e Charles Ollier rejeitaram o manuscrito em 1817, a decisão de permanecer anônimo parecia ser a força motriz por trás da publicação (GUIMARÃES, A. R., 2018). Aos olhos de editores e leitores, parece incomum para uma garota britânica de 18 anos criar um enredo que sugere as nuances do novo modelo literário.

Neste ponto de discussão, pelo menos três questões precisam ser resolvidas. Essas questões parecem impedir a publicação do manuscrito de Frankenstein autografado por Mary Shelley: o contexto sócio-político da Inglaterra no final do século 18 e início do século 19; A circulação de gêneros literários e as condições para se tornarem mulheres e jovens no mercado são obviamente suportadas pelos homens.

O século 18 trouxe mudanças sociais, políticas e econômicas que desestabilizaram a Grã-Bretanha. E foi propício a algumas turbulências sociopolíticas que eclodiram na forma de revolução econômica, incluindo a revolução industrial (1760-1860) e a revolução no campo científico na forma de revolução científica (entre 1550 e 1550). No primeiro caso, o surgimento das indústrias de tecidos de algodão, máquinas a vapor e teares mecânicos reconfigurou a produção e o estilo de vida dos britânicos. Em segundo lugar, a ciência, antes de ser associada à teologia e à filosofia, foi posteriormente entendida como um conjunto de

conhecimentos estruturados e práticos, obtidos por meio da tecnologia de pesquisa, fatores esses que mudaram a forma de pensar dos britânicos.

O novo contexto de produção material, organização social e formalização de ideias na Europa tem causado sutil ansiedade, medo, medo e medo do futuro no imaginário dos europeus, em particular do inglês urbano (GUIMARÃES, AR, 2018). Esta descrição abrangente da transformação social, econômica e subjetiva do mundo britânico no século 18 é refletida na literatura e incorporada nos romances góticos.

A literatura gótica constitui uma onda de romantismo e seu foco se voltou para o mistério, a fantasia e a fantasia. Ao contrário das experiências dos personagens ou devaneios românticos, os temas geralmente se voltam para a morte, sonhos, satanismo e insanidade humana. Como forma de induzir ao medo, o enredo geralmente se passa em castelos e mosteiros destruídos, masmorras úmidas, vilões terríveis, monges loucos, heroínas em perigo, salas secretas, galerias assombradas, portas que rangem, Retratos misteriosos e fantasmas (GUIMARÉS; ARAÚJO; ARAÚJO , 2018)).

Segundo P. A. Guimarães (2018), quando Mary Shelley começou a escrever, já existiam algumas escritoras de romances góticos, mas, embora a criação literária desta jovem britânica se classificasse nesta categoria, foi declarado este avanço no modo narrativo. Mary Shelley conseguiu combinar a autenticidade típica da literatura e a modernidade de seu ambiente de produção no enredo de Frankenstein. Para o autor, esta obra anuncia “[...] uma história maravilhosa cujo interesse é consistente com a era do positivismo e do empirismo progressivos: (pseudo) especulação científica.” (GUIMARÃES, PA, 2018, p. 176).

Na verdade, o fio condutor da narrativa de Frankenstein é a física, apoiada pela ciência moderna, em vez da metafísica como a literatura gótica. Mary Shelley acreditava que o pensamento

científico apareceu no final do século 18 e no início do século 19. Naquela época, uma das preocupações dos cientistas era desvendar o funcionamento da natureza, a origem da vida na Terra e o uso da consciência humana.

O trabalho de Mary Shelley resolve temas científicos apoiados pelo conhecimento da medicina, anatomia e física e química por meio de práticas de galvanização. Além de conceitos científicos, o autor também traz muitos dramas com dimensões morais e filosóficas para a narrativa. Na época, seu trabalho foi classificado como literatura de terror por não haver ficção científica contemporânea. No entanto, é inegável que ela deu um passo além e criou uma história de terror por ambição científica, ao invés de apenas contar monstros naturais ou sobrenaturais.

"Frankenstein" é uma das obras inovadoras. Ele apresenta um novo gênero de texto - a semente da ficção científica. Ele infere o conhecimento natural da invenção científica a partir das características do estilo sobrenatural dos romances góticos, originados da ciência e da tecnologia não desista horror e soberbo. Nesse sentido, Guimarães e Araújo (2018, p. 73) entendem que o Prometeu moderno não é uma obra facilmente categorizável, pois se desvia dos padrões literários estabelecidos e, ao mesmo tempo, assume uma forma única de escrita e agrega a possibilidade "[...] da crítica literária à leitura e interpretação da política, filosofia, sociologia, educação, psicanálise, marxismo, feminismo, ciência, mitologia, ecologia e até leitura vegetariana".

No prefácio da obra, o autor revela uma preocupação comum dos leitores, a saber, a capacidade produtiva de uma jovem. "Será um prazer para mim, pois darei uma resposta geral à pergunta frequente: 'Como posso conceber e desenvolver uma ideia tão terrível quando era menina?'" (Shelley, 1994), p. 11). Por meio de uma resposta geral aos leitores, a autora alude a sua personalidade tímida, a influência de seus pais e marido e seu ambiente educacional como razões para seu gênio criativo

precoce. Na época, insistia em uma postura opaca com outros nomes tão importantes quanto o seu, que fosse sincera e realista.

Mary Shelley revelou uma identidade e sua história familiar em seu esboço biográfico. Segundo A. R. Guimarães (2018, p. 33), trata-se de um "[...] casamento" de mulher. Porém, tem-se "[...] desejo de ser reconhecida pelos próprios méritos, mas discretamente, apta para" Mulheres de seu tempo "mulheres.

Uma forma de entender Mary Shelley é vê-la como uma jovem em busca de conhecimento sobre si mesma, esforçando-se para se libertar dos monstros que invadiram sua história e identidade: pai, mãe, marido, o escândalo marcou sua Vida e a tragédia que gerou uma fenda em seu coração. Portanto, as pessoas que cercaram sua existência e os acontecimentos que marcaram sua história tornaram-se os fios que costuraram sua carne, traçaram seu estilo de vida consigo mesmo e com os outros, e teceram sua (falta?) Visão de futuro. Juntos, eles criaram um monstro de muitas faces (ou: muitas faces formam um monstro?) Isso levanta questões sobre as necessidades psicológicas, emocionais e sociais do ser humano, pois lança luz sobre a possibilidade da promessa oferecida pela ciência moderna.

3. A Ciência atuando com *Frankenstein*

Analisar a relação entre a literatura de ficção científica e a literatura de ficção científica é como jogar um jogo de espelho. A literatura reflete as múltiplas imagens da ciência, enquanto a disciplina da ciência contorna o aspecto da criação literária. Na verdade, a literatura e a arte podem se expressar como um documento, que revela a imaginação e a atuação de uma formação social específica em um período histórico. A narrativa permite revelar o desejo e a visão de mundo dos atores sociais pela transformação que marcou sua época. Se a ciência romper com as dimensões humanas e sociais de projetar a imaginação

coletiva, ela sucumbirá a uma atitude científica autoritária confinada ao espaço do laboratório.

No caso da obra de Mary Shelley, a diversidade de vozes narrativas na narrativa de um mesmo evento permite-nos compreender os conceitos profundos e diferentes de progresso científico que a Europa experimentou durante a transição do século XVIII para o século XIX. O primeiro estágio da revolução científica chocou o pensamento científico e filosófico do século XVII com a descoberta de Newton e a desconfiança metódica de Descartes. Posteriormente, no início do século XIX, a Europa, principalmente a Grã-Bretanha, viveu no novo modelo de conhecimento científico após a Revolução Industrial e após a Revolução Francesa.

Além disso, neste contexto europeu, um movimento de arte e literatura emergiu como uma resistência ao Iluminismo e ao período romântico. Portanto, a ciência moderna disputa o espaço de convivência dos conhecimentos da química, da biologia e da filosofia natural ao som de notas românticas. Como esse composto se reflete no trabalho de Mary Shelley?

O Frankenstein que criou o título do romance foi Victor Frankenstein, não uma criatura. Segundo Araújo (2014), não só faz sentido pensar a ciência a partir da perspectiva do criador, mas também respeitar o próprio título do romance. No entanto, é indiscutível que, no desenrolar e no final da história, Victor e sua criação se confundem de modo que compartilham os mesmos sentimentos conflitantes e objetivos de vida: matar um ao outro. Essas existências levam o leitor a refletir sobre "[...] o homem é imagem, porque superou [...] não pode falar, mas está irresistivelmente ávido por devolver a linguagem à realidade geral" (PAZ, 2006, p. 38, 45). É como um passo natural entre os dois. É considerado o destino da humanidade. Somente a restauração da linguagem pode mostrar como ela e a humanidade se unem.

Na vida de Mary Shelley, duas forças de polaridade oposta se atraíram. Se por um lado o mecanicismo e o racionalismo sustentam a ciência moderna, por outro se estabelece o romantismo e a valorização do ser humano como sujeito emocional e subjetivo. O romantismo começou na Alemanha por volta de 1800, expandiu-se para a Inglaterra e França e se espalhou pela Europa e América. Para Guinsburg (1993), o romantismo foi um movimento que abriu a modernidade, rompendo as ideias dominantes não apenas no campo da literatura, mas também nos campos da ciência e da filosofia. É por isso que o Romantismo se opõe a uma certa visão de mundo estabelecida após a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

O racionalismo, no sentido do romantismo, afasta as pessoas da subjetividade inerente à natureza e à existência, privando-as da liberdade de sentimento e de vida. Para Figueiredo (2009), ao descrever a visão de mundo e as pessoas em torno do movimento, as pessoas retornam ao conceito pré-romântico, no qual a vida precisa do sentimento como principal fator de sua autenticidade. Portanto, o papel de Victor Frankenstein mistura claramente filosofia, ciência e tendências literárias.

As conclusões de Victor sobre sua habilidade como criador indicam que a autora pode ter colocado outro conceito científico que existia em seu tempo, a saber, o do químico Humphry Davy (1778-1829) ² O conceito foi trazido para o escopo da discussão. Ele descobriu a existência de eletricidade positiva e negativa, e objetos de diferentes pólos foram combinados. Além de criar novos termos para a química e contribuir para a tabela periódica, essa descoberta também reformou a "[...] ideia de que os cientistas devem ter uma postura positiva em relação à natureza" (GOMES, 2018, p. 857)

Como cientista, Victor Frankenstein se concentrou apenas em experimentos naturais. Suas relações familiares e sociais são secundárias:

Não descansei e voltei para Genebra imediatamente. [...]. Minha aparência cansada e bagunçada chocou a todos, mas não respondi às ansiosas perguntas que me atacaram. Acho que não estou qualificado para exigir minha união, e mesmo a companhia deles é um presente indigno na minha opinião. No entanto, eu os amava ao extremo e, para salvá-los, decidi me dedicar ao meu odioso trabalho. Esse tipo de perspectiva de carreira relegou todos os aspectos da vida ao meu redor para um nível secundário, e toda a realidade se concentrou nessa ideia. (Shelley, 1994, p. 139).

Assim, a ciência dos séculos 18 e 19 foi tema nos romances de Mary Shelley, desde mudanças nos modelos científicos, experimentos e especulações que marcaram a aplicabilidade irrestrita da ciência na modernidade, até uma visão geral do trabalho de cientistas apenas. Finalmente, outra questão diz respeito à possibilidade de Frankenstein na ciência. Isso será refletido na biologia a partir dos conceitos de ética, moralidade e ideais românticos, conforme refletido por Victor Frankenstein.

Portanto, os romances de Mary Shelley, enquanto questionam o valor ético das descobertas e experimentos científicos, trazem o progresso da ciência moderna para a narrativa. À custa das emoções humanas e dos valores subjetivos, o conhecimento científico voltado para o controle absoluto das forças naturais para promover o progresso da indústria não pode ser estabelecido.

Frankenstein apresentou uma reflexão sobre o objetivo do progresso científico moderno ao propor as possíveis consequências éticas da tomada de decisão no campo científico. Apresenta completamente a condição humana. O homem não é apenas uma máquina, cada parte contribui para o funcionamento de seu corpo. O ser humano é social, cultural e possui

sentimentos subjetivos que definem e caracterizam seu estado no mundo.

Por outro lado, levanta a possibilidade de Frankenstein no campo da ciência, pois o conceito de ciência não pode ignorar as possibilidades desconhecidas da humanidade. O conhecimento será verdadeiramente racional apenas quando perceber que o conhecimento conhecido é um campo restrito em comparação com o conhecimento não resolvido. O desconhecido é assustador e requer atenção e admiração científica. Como um monstro que se expõe, a possibilidade determina ações e decisões, sob pena de produzir maior desgaste para eliminar os vestígios deixados para trás. A tentativa de Victor Frankenstein de cancelar seu ato criativo é muito mais dolorosa do que seu fascínio por criar vida. Nesse sentido, a ciência tem muito que aprender.

4. Ditadura da beleza em *Frankenstein*

O culto à padronização do corpo tem sido proeminente na sociedade do século 21 e tem despertado a atenção e atenção de países em todo o mundo. No entanto, no Brasil, ao contrário da evolução, são elevados os casos de pessoas obcecadas com a simetria corporal. Portanto, anúncios e comerciais que mostram a figura "perfeita", assim como o bullying escolar e familiar são os pilares dessa ameaça.

Vale destacar que, em primeiro lugar, os grandes meios de comunicação são os grandes responsáveis pelo aumento dos casos de transtornos alimentares e mentais relacionados ao corpo. Desta forma, muitos atores e atrizes são usados como modelos para evitar doenças e estilos de vida sedentários, em busca de corpos saudáveis e bonitos. Porém, grande parte das pessoas vai inverter seus valores, deixar de lado os saudáveis e só considerar os exagerados. Muitas pessoas correspondem a análise do sociólogo Bauman, na qual fazem parte de uma sociedade móvel

onde buscam uma vida curta e uma felicidade líquida em detrimento de conquistas de longo prazo.

Também é importante enfatizar que as práticas de bullying, especialmente em ambientes escolares e domésticos, podem ter consequências múltiplas para as vítimas. Portanto, jovens e adolescentes brasileiros utilizam a bulimia, a anorexia ou a hipertermia para sentir os padrões impostos pela sociedade. Além disso, muitas pessoas usam substâncias perigosas, como os esteroides anabolizantes, sem a supervisão de profissionais de saúde, que podem causar problemas de saúde e até a morte.

Nesse sentido, é importante destacar que o culto brasileiro à padronização corporal está se tornando cada vez mais forte e isso precisa ser combatido. Frankstein sofreu ao longo de sua história centenas de ataques, simplesmente por ter aparência diferente dos outros e com um coração gigante, pena que muitas vezes não era compreendido.

Considerações Finais

O fascínio das obras de Mary Shelley para os leitores pode estar nas múltiplas possibilidades de leitura, nenhuma das quais cancela a outra.. Neste caso, esta pesquisa permite tirar algumas conclusões, das quais destacamos três conclusões.

A primeira conclusão é que, no protagonista Victor Frankenstein, podem ser reconhecidos os signos da ciência moderna com base no mecanicismo e no experimentalismo, a influência da filosofia natural no organicismo e na vedação, e os pensamentos iluministas de Locke e Rousseau. E Darwin e O desejo de Galvani pela especulação científica. Quando a influência da ética, dos valores, da subjetividade, dos desejos, dos sentimentos e do movimento romântico britânico se manifestam nas coisas vivas.

A segunda conclusão é que a relação entre Victor Frankenstein e sua criação foi profundamente questionada pelo autor ao longo da narrativa. Movido pelo desejo de controlar as leis da natureza, de ganhar glória na presença de seus compatriotas e criaturas, o cientista Frankenstein registrou o direito de atribuir a vida humana ao corpo que fez de outras criaturas. No entanto, a ciência torna possível esse comportamento criativo, dando vida a uma criatura que problematiza o progresso científico e prejudica os aspectos subjetivos, sociais e emocionais inerentes à humanidade.

A terceira conclusão é que, a partir da relação entre o criador e a coisa criada, Mary Shelley leva o leitor a pensar sobre o compromisso que a ciência deve impor sobre as consequências de suas decisões, e a liberdade de ação de cada sujeito em moldar e limitar as possíveis consequências da prática científica. Afinal, poderia ter sido um final glorioso, mas se tornou a existência de dois personagens com as mesmas emoções, sentimentos, infelicidade e rejeição. Frankenstein negou a felicidade por causa da vingança.

Referências

ARAÚJO, A. F. O monstro de Frankenstein: uma leitura à luz do imaginário educacional. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 14-35, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18790>
Acesso em: 22 set. 2021.
» <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18790>

BARBOSA, M. R. Revolução científica e nascimento da ciência experimental em Alexandre Koyré 2013. 110 f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/3031> Acesso em: 22 set. 2021.
» <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/3031>

Conceição, Verônica Alves dos Santos, Porto, Cristiane de Magalhães e Couto, Edvaldo Souza. Frankenstein: quando a Ficção Científica questiona a Ciência. **Ciência & Educação** (Bauru) [online]. 2020, v. 26 [Acessado 1 Outubro 2021] , e20051. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320200051>

GUIMARÃES, A. R. Mary Shelley: vida e obra. *In*: ARAÚJO, A. F.; ALMEIDA, R.; BECCARI, M. (org.). **O mito de Frankenstein: imaginário & educação**. São Paulo: Feusp, 2018. p. 32-70.

GUIMARÃES, A. R.; ARAÚJO, A. F. Como criar um monstro: o manual de instruções do Dr. Victor Frankenstein. *In*: ARAÚJO, A. F.; ALMEIDA, R.; BECCARI, M. (org.). **O mito de Frankenstein: imaginário & educação**. São Paulo: Feusp, 2018. p. 71-87. Disponível em: <https://cutt.ly/MfGwe2W> Acesso em: 12 mar. 2021 » <https://cutt.ly/MfGwe2W>

GUIMARÃES, P. A. "Likeaninspiredanddesperatealchemist": ler/ser Frankenstein no cruzamento das ciências e das humanidades. *In*: ARAÚJO, A. F.; ALMEIDA, R.; BECCARI, M. (org.). **O mito de Frankenstein: imaginário & educação**. São Paulo: Feusp, 2018. p. 175-197.

LEVIN, L. Tudo é ficção científica. **Com Ciência**: revista eletrônica de jornalismo científico, Campinas, n. 160, p. 1-5, 2014. Disponível em: <https://cutt.ly/3fGwL6E> Acesso em: 24 de set 2021 » <https://cutt.ly/3fGwL6E>

PIASSI, L. P. *Contatos: a ficção científica no ensino de ciências em um contexto sociocultural*. 2007. 453 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. SHELLEY, M. **Frankenstein: ou o Prometeu moderno**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZANETIC, J. Literatura e cultura científica. *In*: ALMEIDA, M. J. P. ; SILVA, H. C. **Linguagens, leituras e ensino da ciência**. Campinas: Mercado das Letras, 1998. p. 11-36

CAPÍTULO 2

PEDRO PÁRAMO: Reflexões para as Relações Internacionais em Juan Rulfo

Antonio Guimarães Brito²

Milena Pestano³

1. Pedro Páramo e Juan Rulfo

Pedro Páramo, de Juan Rulfo, publicado pela primeira vez em 1955, chegou a ser considerado como uma das obras mais importantes da literatura latina e mundial, do século XX, para Susan Sontag (2005: 145): "O romance de Rulfo não é apenas uma das obras-primas da literatura mundial do século XX, mas também um dos livros mais influentes do século". A história contada no livro se passa no México, no início do século XX. Juan Preciado promete no leito de morte de sua mãe, que vai procurar pelo pai na cidade de Comala, um "pueblo" mexicano. O pai de Preciado é Pedro Páramo, homem que se casou com sua mãe, mas quando ele foi visitar uma irmã em outra cidade, ele não a foi buscar, por isso, ele cresceu sem conhecer o pai. Ao chegar a Comala, pergunta aos poucos habitantes que encontra se conhecem seu pai e todos parecem conhecer Pedro Páramo e ter a tido algum tipo de relação com ele. As figuras que Preciado vai encontrando pelo caminho são muito estranhas, a cidade também é muito esquisita: é cheia de ecos e parece abandonada, de forma que, aos poucos é possível entender a história de Pedro Páramo e

² Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande e integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

³ Professor Associado II no Curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande, coordenador do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

o que aconteceu com a cidade e as pessoas que estão vivendo, ou vagando por ali.

Ao chegar na cidade, Juan descobre que Pedro Páramo já faleceu faz tempo e que, aparentemente, todos que estão vagando na cidade também estão mortos. No entanto, um clima de assombro e incertezas começa a tomar conta, ficando claro para o leitor que naquela cidade, repleta de ecos e vozes, existem grandes mistérios. E é esse mistério por trás da obra que vai, aos poucos, revelando a genialidade de Juan Rulfo, sem que ele precise escrever uma narrativa complexa ou de uma escrita rebuscada. Pelo contrário, a escrita é muito simples, tendo o autor se preocupado em cortar o máximo, para restar apenas o essencial da história. Além disso, algumas das passagens ficam em aberto, cabendo ao leitor a tarefa de ligar os pontos com sua própria imaginação. Rulfo intercala narrativas em meio todo o livro, às vezes é em primeira pessoa, outras em terceira pessoa e em muitas delas é difícil identificar que está narrando, com alternância dos personagens na voz da primeira pessoa o romance vai se escrevendo a partir desses discursos múltiplos, desordenados e muitas vezes contraditórios. Pedro Páramo é um livro que conta várias histórias, mas, que ao final vai associar todas à de Pedro Páramo, que dá nome ao livro.

A narrativa consegue despertar no leitor a reflexão sobre questões delicadas, como o papel da igreja na época e atualmente, o dito coronelismo, o incesto, a miséria e, principalmente, o amor não correspondido. Rulfo traz em Pedro Páramo um caráter regionalista muito forte e conseguimos identificar isso principalmente em dois aspectos: a fala oral enraizada no popular do seu país e o ambiente do sertão mexicano: seco, árido e de calor escaldante, com menção até ao inferno. Além disto, Rulfo trabalha em seu romance uma crítica, não intencional, ao contexto político e social do universo mexicano pós-revolucionário, a visão católica dominante e a corrupção dentro

destas organizações, contudo, executa isto de forma inteligente e bem humorada. O enredo de Pedro Páramo se dá pelos sussurros e ecos bizarros dos habitantes de Comala que tiveram suas vidas arruinadas de alguma forma e é através de vários relatos que o leitor entra em contato com este que parece ser um lugar de mortos-vivos ou talvez um purgatório. Por fim, Pedro Páramo é um livro para várias leituras e que de cada uma delas várias interpretações podem ser extraídas, de forma que é um pequeno livro, mas com tamanho conteúdo.

A importância de Rulfo na literatura latino-americana está presente nas obras de vários escritores que presenciaram o chamado “boom literário” da segunda metade do século XX. Grandes nomes, como Nicanor, foram influenciados por sua obra, por isso Rulfo é considerado fundador do Realismo Mágico latino-americano, que contou com García Márquez, Jorge Luís Borges e Julio Cortázar, todos grandes escritores e também admiradores de Rulfo. É difícil que uma obra tão sucinta tenha importância e influência sobre uma geração de escritores e leitores, se fazendo pertinente até os dias de hoje.

O livro conta com uma forte influência da Revolução Mexicana e o que acontecia na época, já que o autor viveu uma parte desse contexto histórico. Dessa forma, a Revolução Mexicana foi um movimento político que teve início em 1910 com três grupos de ideologias distintas, mas que lutavam por interesses comuns. As lideranças socialistas, liberais e anarquistas almejavam a distribuição de terras através de uma reforma agrária, a nacionalização das empresas multinacionais e a reforma eleitoral. A miséria, a corrupção e a falta de sistema de ensino eram alguns dos problemas enfrentados. Toda essa questão na política mexicana tinha características populistas, uma vez que os líderes dessa revolução disputavam a hegemonia sobre o povo com propostas de reformas e melhorias sociais, algo que não é muito incomum no Brasil contemporâneo.

De 1876 a 1911, o México viveu sob o governo de Porfírio Díaz. Também conhecido como “ditadura porfirista”, esse período foi marcado por possuir incidência grandes propriedades de terras, os latifúndios, e por pouca liberdade democrática, Porfírio se manteve tanto tempo no poder graças à uma série de fraudes eleitorais e de corrupção. No dia a dia do povo mexicano as coisas iam mal, mais de 70% de toda a população era analfabeta. E, com a Lei dos Baldios (1893 – 1902), o governo passou a tomar as terras de propriedades indígenas e as repassou aos latifundiários, quase todos estrangeiros, Porfírio Díaz podia, legalmente, tomar as propriedades dos nativos e doá-las aos investidores de outros países, mais acontecimentos vistos atualmente no Brasil. A política externa da ditadura porfirista visou a entrada do capital norte-americano e europeu em detrimento dos povos nativos mexicanos e indígenas. Tal atitude provocou ódio entre os camponeses locais e terminou por gerar uma pressão por parte dos mais pobres e oprimidos, por parte da igreja e também da elite econômica. Com dificuldade para governar, Porfírio renunciou ao cargo, em 1910. Com o apoio das classes populares, principalmente dos líderes Emiliano Zapata e Pancho Villa, e, também, do Exército, o líder da chamada elite, Francisco Madero assumiu o poder no México, em 1911 e conquistou o povo mexicano através de promessas populistas de reformas sociais e agrárias, prometendo à redistribuição dos latifúndios. As promessas de Madero não foram cumpridas em total, agravando ainda mais a situação precária dos camponeses, foi então que os líderes camponeses Zapata e Villa iniciaram luta contra Madero, conseguindo tirá-lo do poder e dando seguimento ao processo revolucionário.

Emiliano Zapata e Pancho Villa se opuseram aos governos de Victoriano Huerta e Venustiano Carranza, por não cumprirem as promessas de reforma agrária e melhorias sociais. Em 1917, Carranza virou presidente e continuou gerando desagrado ao povo mexicano. O presidente Venustiano Carranza conseguiu

aprovar, em 1917, a nova Constituição do México que trouxe outra conjuntura política e social. A recém criada Constituição previa o direito do Estado de tomar latifúndios caso fosse de interesse público e os indígenas tiveram alguns direitos reconhecidos. O advento de um salário mínimo e a redução na jornada de trabalho para 8 horas deram esperanças aos mais humildes e a criação de um Estado laico, colocou fim aos caprichos concedidos à igreja.

A Revolução Mexicana, apesar de não ter sido efetivada em todos os seus objetivos, trouxe alguns benefícios à sua população. Em suma, a reforma agrária, de certa forma aconteceu, mas não foi suficiente para acabar com as desigualdades e tratar os indígenas melhor. A dificuldade em produzir em larga escala e o endividamento nacional ainda são barreiras a serem superadas pelos mexicanos. A luta por terras no México, assim como em diversos países da América Latina, mesmo com muitas cidades e propriedades abandonadas, continua até os dias atuais e Emiliano Zapata se tornou um ícone revolucionário, inspirando vários movimentos revolucionários ao longo do século XX.

Atualmente, o movimento zapatista, conhecido como Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN continua as lutas por melhorias sociais e direitos políticos dos mexicanos mais oprimidos. Os zapatistas ganharam fama no episódio em que, no dia 1 de abril de 1994, homens encapuzados tomaram as prefeituras de diversas cidades ao sul do México. As principais demandas dos zapatistas estão ligadas ao fim da exclusão dos indígenas; à extinção do tratado de livre comércio entre os países da América do Norte, e o fim da corrupção na política nacional. O atual líder do Zapatismo tem sua figura envolta de um mistério, assim como em Pedro Páramo, mas que inspirou movimentos de luta e revolução por todo o mundo, ele encapuzado, faz discursos na internet convidando camponeses e operários para lutar. Suas mensagens são sempre de humor, poesia e críticas sociais.

Dentre as questões tratadas no livro, existe um abandono da cidade, que não tinha formas de prover sustento à população que viveu lá, muito foi prometido para eles e pouco foi cumprido. Assim, destacam-se algumas conseqüências da Revolução Mexicana, tais como a promulgação da Constituição de 1917, onde está previsto o direito de expropriação de terras pelo Estado, para fins de Reforma Agrária; o reconhecimento do direito indígena sobre as terras ancestrais; a criação do salário mínimo e da jornada de trabalho de oito horas diárias; a separação definitiva entre Estado e Igreja. Outra conseqüência indireta desse movimento foi o enfraquecimento do Caudilhismo no México, muito citado, com a figura de Pedro Páramo. Apesar de todas as conquistas, muitos camponeses perderam suas terras após a Revolução, sem condições de concorrer com a produção feita nos latifúndios, vários tiveram que vendê-las aos grandes proprietários e ficar sem meios de sobrevivência.

Para as Relações Internacionais três pontos são importantes se destacar; o movimento zapatista e as lutas indígenas e campesinas; a constituição mexicana de 1917 com a inclusão de direitos fundamentais de segunda geração, ou direitos sociais positivos, desde a reforma agrária, direitos trabalhistas e a necessidade laica do Estado; e a situação da imigração na fronteira com os USA e México.

2. Realismo Mágico na América Latina

O Realismo mágico, gênero presente e muito importante na obra de Juan Rulfo, foi um movimento conhecido por misturar elementos fantásticos com situações do dia a dia do mundo real, teve início em países da América Latina, e alcançou seu auge nos anos de 1950 e 1960, é uma corrente artística, que inclui literatura e pintura, surgida em meados do século XX na América Latina, o movimento se define por sua preocupação estilística e o interesse em mostrar o irreal como algo cotidiano e comum. Nas suas

obras, os personagens lidam de maneira natural com as situações que podem parecer extraordinárias e totalmente fora do comum. Essa característica é a principal definidora do movimento. Além disso, as obras do movimento tomam a cultura local como influência para as situações fantásticas que estiverem por vir, de forma que no realismo mágico, o surreal é encarado com naturalidade. Além de que, o principal aspecto que define o realismo mágico é a inclusão de elementos do sobrenatural no dia a dia dos personagens, esses elementos, inclusive, são encarados pelos personagens com normalidade nas cenas.

Outra das características do Realismo mágico é que as obras, apesar de possuírem elementos sobrenaturais, não ocorrem em outros mundos, por exemplo, elas acontecem no mundo tido como “normal”, no qual as situações são incluídas no cotidiano, outra questão é que, o tempo nas obras não é linear. Os fatos ocorridos no século XX, intensificaram a noção do que seria considerado fantástico, além do imaginável. Entre guerras, o mundo do racionalismo iluminista se estava focado nas telas cubistas e expressionistas, e o dadaísmo e o surrealismo levaram a ruptura ao paroxismo, mas na narrativa literária algo misterioso acontecia.

Logo, começaram a se proliferar no novo mundo hispânico: fantasmas, *loopings* temporais, coincidências impossíveis, que viraram rotina nas páginas de Borges, Juan Rulfo, Alejo Carpentier, Miguel-Angel Asturias. Com críticos como Angel Flores, Uslar-Pietri e Luis Leal, esse conceito ganhou um nome: “realismo mágico”. Com a obra *Cem anos de solidão* de Gabriel Garcia Márquez, o movimento ganhou um ícone, e com o Nobel para ele, mais ainda. Após o boom latino-americano, a “magia” se espalhou por toda parte, e foi vista, não só em histórias como as de Saramago, Italo Calvino ou Salman Rushdie, mas também nas entrelinhas do cinema de Tim Burton, Woody Allen, Terry Gilliam.

Homi Bhabha se refere ao Realismo Mágico como: a linguagem literária do mundo pós-colonial emergente, enquanto para Jean Franco é ‘pouco mais do que um rótulo para o exotismo’. De acordo com Matei Calinescu, pode ser: um grande, talvez o grande, componente da ficção pós-moderna. Ele também pode ser visto como ponto de encontro entre o pós-modernismo e pós-colonialismo. Como diz Wendy Faris: o Realismo mágico reconstrói o modo dominante do Realismo no Ocidente, desafiando sua base de representação a partir de dentro, significa que ele serviu como um agente descolonizador. Além disso, a combinação da narrativa fantástica e realista, junto com a inclusão de diferentes tradições culturais, significa que o realismo mágico reflete, a natureza conjunta de muitas sociedades pós-coloniais.

Foi a partir do século XX, que o movimento se mostrou mais atuante, pois refletia um mundo caracterizado pelo absurdo, pela falta de sentido, pelo vazio existencial e marcado pelo seguinte contexto: exploração imperialista: iniciada no século XIX e amplificada no XX, Revolução Russa, em 1917, Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, Fascismo italiano, de 1922 a 1943, Nazismo alemão, de 1933 a 1945, Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, Holocausto: genocídio ocorrido durante a Segunda Guerra Mundial, Bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945, Guerra Fria, de 1947 a 1991.

Nessa perspectiva, alguns críticos buscaram diferenciar o realismo mágico ou fantástico do chamado “realismo maravilhoso”, que está associado ao incomum, mas sem o estranhamento dos personagens diante da realidade maravilhosa, algo muito associado à cultura latino-americana. No realismo mágico ou fantástico, tudo não passa de uma criação; já no realismo maravilhoso, há uma representação do “maravilhoso” presente na realidade; portanto, o “maravilhoso” é expresso com naturalidade, como é possível observar nas lendas indígenas, por

exemplo. Contudo, é comum englobar, em uma mesma categoria, o realismo maravilhoso e o realismo mágico ou fantástico, que, de forma geral e resumida, apresenta as seguintes características: falta de sentido; surrealidade: situação absurda; irracionalismo ou ilogismo: fatos que contrariam as leis naturais; presença do sobrenatural: acontecimentos sem explicação: capacidade de provocar estranhamento nos leitores ou receptores; vínculo com o mistério, o desconhecido

A Constituição de 1917 e os Direitos Sociais

A Constituição de 1917 foi um marco para a inclusão de direitos de caráter social, antes de todas as cartas constitucionais, a mexicana foi pioneira daqueles que foram depois chamados de direitos de segunda geração, ou direitos positivos e mesmo de igualdade. Cercado por latifúndios, coronelismo histórico explorador dos trabalhadores e um catolicismo conservador e cúmplice dos poderosos, a Constituição de 1917 enfrentou de forma extraordinária esse legado no México, proclamando a reforma agrária, a função social da terra, direitos trabalhistas inexistentes até então, e a separação da Igreja, mesmo com a cultura religiosa do povo, defendendo o Estado laico.

Como aponta Bonavides (2017, p. 58)

Mas o constitucionalismo social, subjacente aquele estatuto revolucionário, e que tem ali a certidão de sua estréia no campo da positividade, so toma verdade compleição definida e concreta, vazada no espírito, na consciência e na vocação da contemporaneidade da carta política do México em 1917. Com efeito, o tratamento normativo da matéria social fulge precursoramente no texto mexicano, a saber, em seus artigos 3, 4, 5, 25, a 28 e 123, os quais, ao nosso ver, tem um teor qualitativo e

quantitativo cujo alcance sobre-excede o da Constituição de Weimar, promulgada em 1919, dois anos depois.

Como exemplo o art. 1º, que contempla a jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo no art. 6º, direito a greve, nos artigos 17 e 18, direito a educação, declarado no art. 3º, direito a moradia, em seu art. 4º parágrafo 3º, a saúde, no art. 4º parágrafo 2º, também direitos agrários no art. 27, e direitos trabalhistas previstos no art. 123.

Mesmo antes dois anos da Constituição de Weimar, que dispôs de direitos sociais, a revolução mexicana resultou na constituição pioneira em avanços em matéria de direitos aos trabalhadores, indígenas e camponeses, prevendo a reforma agrária, o Estado Laico, direitos a saúde, educação e moradia, servindo como espelho para as demais constituições do século XX. Na grande maioria a população era formada por mestiços e indígenas.

Como cita Varella (1988, p.47-48):

No México, a reforma agrária começou em 1910. Até então o regime existente era basicamente semi-feudal. Os agricultores viviam sob um modelo de semi-escravidão, devido as dívidas para com as haciendas. O processo revolucionário que instituiu o programa de reforma agrária mexicano foi resultado de constantes lutas contra Porfírio Diaz, que culminou com a saída deste governo e a publicação da lei de 5 de janeiro de 1915, e o art. 27 da Constituição de 1917, que modificavam concepção do direito de propriedade no direito positivo mexicano, instituindo os conceitos legais necessários para o da função social da propriedade. [...] Em 1910, quando do início da revolução, havia no México 856 proprietários de terras, excluindo as vilas indígenas, sendo 64

hacendados eram proprietários de mais da metade das terras de todas as haciendas e ranchos.

1917 na verdade marca o fim do Estado liberal, por dois motivos, a revolução soviética, e a Constituição do México, com a inauguração do Estado Democrático Social de Direito, tendo como símbolo histórico posterior a crise da bolsa de valores 1929. Já não era possível tratar o proletário como no século XIX, nem os trabalhadores do campo. O mundo ocidental fervilhava de movimentos críticos e revolucionários ao modelo liberal, desde o socialismo científico, anarquismo, o sindicalismo, anarco-sindicalismo, e a Constituição Mexicana de 1917 foi a primeira a implantar no texto constitucional os chamados direitos sociais, hoje ameaçados por ondas neoliberais e fascistas de extrema direita.

Se antes a preocupação era tão somente os direitos individuais, de primeira geração, negativos, se resumindo na liberdade e na propriedade, uma derivada da outra na perspectiva liberal de inspiração na revolução burguesa do século XVIII, tendo John Lock como principal mentor, os direitos sociais surgem em meio a revoluções socialistas, expansão dos partidos comunistas no mundo, derrubando o mito da mão invisível do mercado, obrigando as elites a pensar na intervenção do Estado como garantidor de direitos a saúde, educação, moradia, e todos os demais direitos trabalhistas, principalmente a função social da terra.

3. Movimento Zapatista e as Lutas Indígenas

Durante os 500 anos desde a colonização, tanto no plano internacional como na esfera interna dos Estados nacionais, o

indígena não foi reconhecido como sujeito de direito e ator político, mantendo-se assim as históricas estruturas colonialistas.

Isso apesar da estimativa atual da existência de 300 milhões de pessoas indígenas no mundo, em mais de 70 países em todos os continentes, somando-se mais de 5.000 línguas e culturas (Fórum Permanente para questões Indígenas, 2002).

Essa situação se explica principalmente por dois fatores interdependentes: externamente o domínio do realismo político clássico, centrado em Estados nacionais monistas e militares como paradigma das relações internacionais, e, internamente, a condição marginalizada dos povos indígenas dentro das sociedades Nacionais, sem voz política e sem participação nas instituições nacionais.

A primeira ação indígena no plano das relações internacionais, em busca da defesa de seus direitos, ocorreu em 1923, quando o chefe Deskaheh Haudenosaunee esteve em Genebra para defender o direito dos povos indígenas de viverem conforme seus costumes e leis (ONU, 1990). Contudo não foi sequer recebido pelos dirigentes da Liga das Nações, e retornou frustrado para casa em 1924.

Outra tentativa remota e mal sucedida em defesa dos povos nativos, desta vez no âmbito das Nações Unidas, ocorreu em 1948. Quando representantes do governo boliviano lançaram a ideia de criação de uma subcomissão especializada na temática indígena na esfera das Nações Unidas. Porém a sugestão não fora aceita. Diga-se, que o primeiro organismo internacional a dar atenção aos indígenas foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT), quando, em sua criação em 1919, discutiu “os direitos sociais e econômicos dos grupos cujos costumes, tradições, instituições e idioma lhes separam dos outros setores das comunidades nacionais” (ONU, 1990).

Nesse sentido, importa registrar o estudo sobre populações indígenas publicado em 1953 pela OIT, denominado “Populações

Indígenas: condições de vida e de trabalho das populações autóctonas dos países independentes” (PAPADOPOLO, 1995, p.13). como também o Convênio N° 107 sobre povos indígenas e tribais, adotado em 1957, que apesar da visão assimilacionista em relação aos povos indígenas, tornou-se ponto de partida significativo para as discussões dos internacionalistas sobre a temática indígena. Como aponta Midorí Papadópolo, “el Convenio 107 de la OIT había sido, hasta 1989, el único convenio internacional que regulará en forma global y específica las condiciones de vida y de trabajo de las poblaciones indígenas” (PAPADÓPOLO, 1995, p. 13).

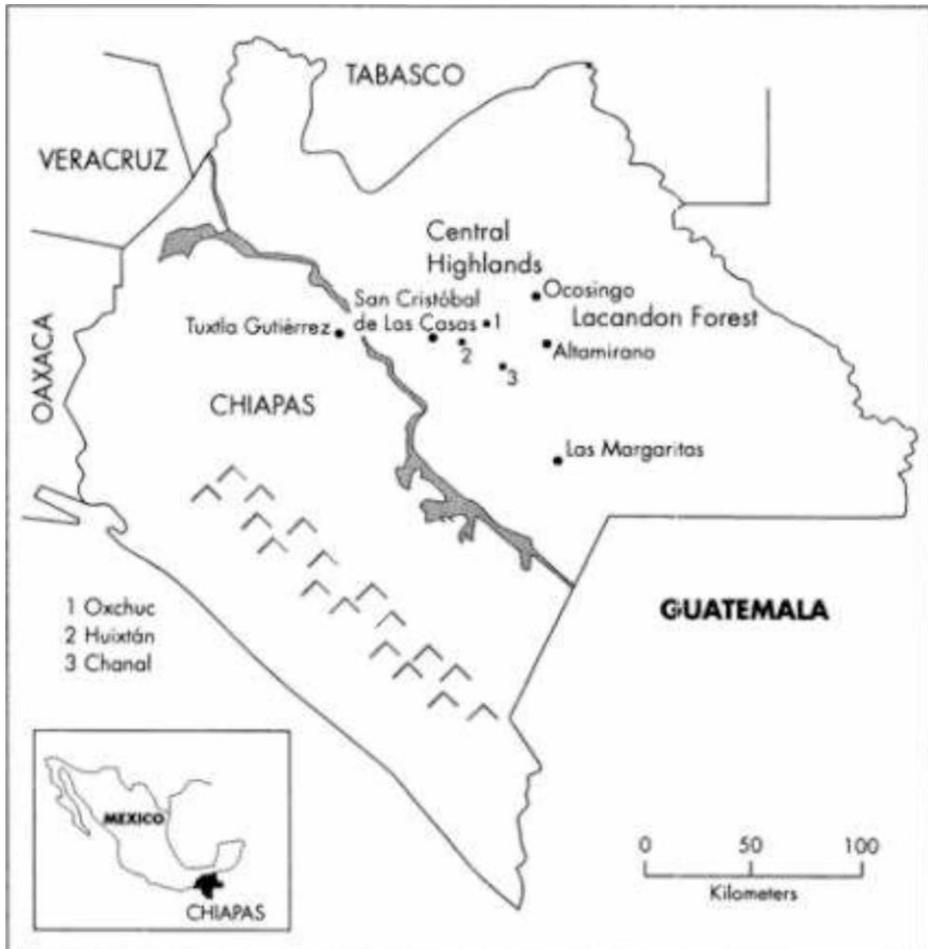
Em 1989, ainda no âmbito da OIT, na Conferência Internacional do Trabalho, aprovou-se uma versão revisada do Convênio N° 107, que passou a ser conhecido como Convênio N° 169. O objetivo desta revisão foi superar o marco integracionista, como assinala o próprio preâmbulo do Convênio 169:

La evolución del derecho internacional desde 1957 y los cambios sobrevenidos en la situación de los pueblos indígenas y tribales en todas las regiones del mundo hacen aconsejable adoptar nuevas normas internacionales en la materia a fin de eliminar la orientación hacia la asimilación de las normas anteriores. (OIT, 1989)

Deve-se também mencionar o Congresso Internacional de Americanistas como instrumento de denúncia e discussão da matéria indígena, principalmente no tocante aos povos indígenas latino-americanos. Esse fórum internacional, em suas tradicionais edições, tem promovido o encontro de antropólogos, juristas, internacionalistas, geógrafos, historiadores e linguistas, com o propósito de discutirem de forma ampla e interdisciplinar os mais diversos problemas e desafios da temática indígena. Nesse sentido, vale citar as denúncias do humanista Alberto Vojtech Fric sobre a situação dos indígenas na América do Sul,

durante o XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, no ano de 1908.

No México a situação não foi diferente, de maioria indígena, ou mestiça, campesinos formavam a estrutura fundamentalmente agrária no início do século XX, explorados e praticamente trabalhando por comida e regime de escravidão por dívidas.



Fonte: HARVEY, 1998, p. 07.

Resultado das revoluções do início do século XX e da Constituição de 1917, na década de 1980, surge o EZLN, Exército

Zapatista de Libertação Nacional, formado por indígenas em sua maioria, mestiços, camponeses e intelectuais. Na verdade, desde 1960, diversos grupos políticos já se articulavam no sentido de lutar por mudanças no México, principalmente localizado no sul do país, Chiapas, em face do neo-liberalismo que ressurgia com força nas Relações Internacionais, principalmente com as imposições do Fundo Monetário Mundial e a futura política do acordo de Whashington. O exército toma sete cidades; Altamirano, San Cristobal de las Casas, Ocosingo, Huixtan, Chanal, Oxchuc e Las Margaritas. (DEMUNER, 2017). Fronteira com a Guatemala, Chiapas concentra a maioria indígena no México.

Apesar do Uso de armas e a nomenclatura de Exército, o Movimento não se caracteriza por grupo guerrilheiro ou terrorista, considerando que sua principal política estratégica é o diálogo com a sociedade civil e o Estado, e não o uso violento de armas. Assim surge comunidades autônomas indígenas, como legado ainda das lutas de Emiliano Zapata no início do século XX. Nesse sentido importante destacar o segmento alinhado aos indígenas de uma parte específica da Igreja católica, dentro de uma Teologia da Libertação, como o bispo Samuel Ruiz Garcia, responsável pela diocese de San Cristobal de Las Casas (DEMUNER, 2017).

Como consta na primeira declaração do EZLN na selva de Lacandona:

Somos produto de 5000 anos de lutas: primeiro contra a escravidão, na guerra de Independência contra a Espanha encabeçada pelos insurgentes; depois para evitar sermos absorvidos pelo expansionismo norteamericano; em seguida, para promulgar nossa Constituição e expulsar o Império Francês de nosso solo; depois, a ditadura porfirista nos negou a aplicação justa das leis de Reforma e o povo se rebelou criando seus

próprios líderes, assim surgiram Villa e Zapata, homens pobres como nós, e quem se negou a preparação mais elementar, para assim utilizar-nos como bucha de canhão e saquear as riquezas de nossa pátria, sem importar que não tenhamos nada, absolutamente nada, nem um teto digno, nem terra, nem trabalho, nem saúde, nem alimentação, nem educação, sem ter direito de eleger livre e democraticamente nossas autoridades, sem independência dos estrangeiros, sem paz nem justiça para nós e nossos filhos (DEMUNER, 2017, p. 81).

Claro que o Exército Mexicano reagiu violentamente, promovendo massacres contra os indígenas que se refugiaram na selva, mas sem desistirem, mais se organizavam e se destacam internacionalmente. Chegou ao ponto do governo Mexicano tentar atingir moralmente o Comandante Marcos, pseudônimo de uma das grandes lideranças do movimento, espalhando de forma e demonstrando homofobia que o Comandante era gay. Eis a resposta do Movimento (DEMUNER, 2017, p. 84):

Sobre o que dizem a respeito do Subcomandante Marcos ser homossexual. Marcos é gay em San Francisco, negro na África do Sul, asiático na Europa, chicano em San Isidoro, anarquista na Espanha, palestino em Israel, indígena nas ruas de San Cristóbal, judeu na Alemanha, ombudsman em Sedena, feminista nos partidos políticos, comunista na pós-guerra fria, preso em Cintalapa, pacifista na Bósnia, mapuche nos Andes, mestre na CNTE, artista sem galeria nem portfólios, dona de casa um sábado à noite em qualquer colônia de qualquer cidade de qualquer México, guerrilheiro no México do fim do século XX, atacante da CTM, repórter da nota

de coberturas internas, anti machista no movimento feminista, mulher solteira no metrô as 10 da noite, aposentado no acampamento em Zócalo, camponês sem-terra, editor marginal, trabalhador desempregado, médico sem praça, estudante não-conformista, dissidente no neoliberalismo, escritor sem livros nem leitores, e, é certo, zapatista no sudeste mexicano. Enfim, Marcos é um ser humano, qualquer, neste mundo. Marcos é todas as minorias intoleradas, oprimidas, resistindo, explorando, dizendo 'já basta!'. Todas as minorias na hora de falar e majorias na hora de calar e aguentar. Todos os intolerados buscando uma palavra, suas palavras, que retornam à maioria o eterno mais fragmentado, nós. Tudo o que incomoda ao poder e às boas consciências, isso é Marcos (MARCOS, 2016a).

Com diversas escolas que ensinam a “boa educação”, quer dizer, voltada a vida coletiva, hospitais, milhares de integrantes, governado por conselhos comunais, com apoio da sociedade civil e de movimentos internacionais, os povos indígenas de Chiapas adquiriram autonomia de suas comunidades, com direito a autogestão de suas terras e sua história.

Considerações Finais

Sem sombra de dúvida, Pedro Páramo é marco na literatura latino americana, pioneiro do realismo mágico, e fundador de uma forma crítica do mundo e da exploração humana. Juan Rulfo em sua obra abrange inúmeras questões sociais e existências, que vão além da condição histórica do México.

Narra o drama mexicano, a pobreza, os donos das terras, o grito dos pobres, e faz uma narrativa seca e mágica do contexto do México.

A concentração dos latifúndios, o coronelismo, a escravidão, mas vai além, fala das incertezas da vida e da morte, a mistura do real e da ficção, que confunde a ideia da racionalidade e do sentido das coisas da vida. Sem ordem, pleno caos, a busca incessante das raízes e das respostas. E a história vai se entrelaçando sem sentido, como a vida, cruzando pessoas e destinos, e assim construindo o mágico da vida que se confunde com um sonho incompreensível.

Bibliografia

BONAVIDES, Paulo. O pioneirismo da Constituição de 1917. Universidad Autonoma do México, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/obuebkc>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

DEMUNER, Davi Matias Marra. O Movimento Zapatista e a Solidariedade de Classe Transnacional: Uma análise da luta de classes na globalização. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

Fórum Permanente para Questões Indígenas A - **Primeiro período de sessões**. Nova York, 13 a 24 de maio de 2002. Organização das Nações Unidas.

ONUa. Folheto informativo N° 9 / Rev. 1. **Os direitos dos povos indígenas**. Centro de Direitos Humanos. Genebra, 1990.

ONU b. Folheto informativo N° 9 / Rev.1 Os direitos dos povos indígenas. Centro de Direitos Humanos, Genebra, 1990

OIT. **Preâmbulo da Convenção 169**. 1989.

PAPADÓPOLO, Midori. ***El nuevo enfoque internacional en materia de derechos de los pueblos indígenas***. Guatemala: Universidad Rafael Landívar, 1995.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução a reforma agrária**. São Paulo: editora de Direito, 1998.

CAPÍTULO 3

Identidade, contrabando e fronteira em “Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez” de Tabajara Ruas

Antonio Guimarães Brito⁴

Josieli Santini⁵

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a obra *Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez*, do escritor gaúcho Tabajara Ruas à luz das Relações Internacionais. O Brasil é um país de dimensões continentais, e, por este motivo, faz fronteira com grande parte dos Estados da América do Sul. O Rio Grande do Sul, em específico, estado ao extremo sul do país, está ao lado do Uruguai e da Argentina. A fronteira que será o palco para a história de Juvêncio Gutierrez é a entre o Brasil e a Argentina, dividindo Uruguaiana de Paso de Los Libres.

Na primeira seção, apresentamos a biografia do autor, que, tendo nascido e crescido em Uruguaiana, aproxima o livro de lapsos de sua juventude. Em seguida, na segunda seção, apresentamos um breve resumo do livro, seguido, na terceira seção, pela exposição de elementos identitários encontrados na

⁴ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Associado II do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail tombrito@yahoo.com

⁵ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG e integrante do grupo de ensino Literatura e Relações Internacionais. E-mail: josi_santini@hotmail.com

escrita, ou seja, pontos de interseção entre duas culturas separadas, neste caso, pelo Rio Uruguai, a gaúcha e a argentina. Por fim, na quarta seção, discutimos o contrabando, prática cada vez mais comum dada a globalização dos mercados, à luz da realidade da fronteira.

1 O autor

Marcelino Tabajara Gutierrez Ruas nasceu na cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em 11 de agosto de 1942. Escritor, roteirista e diretor de cinema, aventurou-se também no mundo das histórias em quadrinhos e é considerado um dos 10 maiores romancistas gaúchos. Teve seu primeiro romance, *A Região Submersa*, publicado em 1978, no exterior. Além disso, alguns romances ganharam adaptação para o cinema, como o “*O dia em que Dorival encarou a guarda*”, de *Amor de Pedro por João* e o livro *Netto Perde sua Alma*.

Perseguido durante o regime militar no Brasil, Ruas se exilou na Argentina por um ano e meio e no Chile, onde permaneceu também por mais de um ano. Assim que o Chile sofreu o golpe militar, o autor precisou se exilar na Europa. Em 1979, foi para a Dinamarca, onde residiu por quatro anos. Assim, foi lá que finalizou o curso de arquitetura, iniciado antes da ditadura na UFRGS, e ingressou na Escola de Cinema da Dinamarca. Enquanto isso, romances como *A Região Submersa* e *Amor de Pedro por João* estreariam como seus primeiros romances.

Ainda em exílio, portanto, vemos a experiência pessoal do autor em alguns de seus romances. Em entrevista ao *Jornal Zero Hora*, o autor afirma que o romance *Amor de Pedro por João*, apesar de ser do gênero ficção, carrega muitos testemunhos da época. De acordo com suas palavras, seus colegas e amigos até hoje consideram o livro uma obra séria sobre a experiência de viver uma ditadura, fugir sem documentos e sem data para retorno.

Seu quarto romance, então, é *Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez*, que é concebido da vontade do autor de escrever sobre sua cidade natal. A história é ficcional, porém aproxima-se de alguns fatos de sua infância: a casa da família realmente ficava perto do rio e da ponte e ele assistia com êxtase ao trem que passava. Ainda durante a entrevista, Ruas conta que o livro foi escrito na volta do exílio, e retrata também a volta de Juvêncio Gutierrez, que é praticamente um suicídio, pois ele volta da Argentina para morrer em Uruguaiana.

Na obra *Autores Gaúchos*, Tabajara afirma que sua visão é diferenciada por conta de ter tido a experiência de viver na fronteira. Em suas palavras:

Nasci em Uruguaiana. Minha formação é a de um guri de fronteira. Não tenho razões científicas para afirmar isso, mas acho que é diferente dos que se criaram em outras regiões. A gente tem um contato muito direto com o outro lado e isso já determina a visão de mundo. Foi a partir desse elemento fronteira/pampa que tive o primeiro choque cultural. (Apud MELLO, 2008, p. 90)

Além disso, em entrevista à UFRGSTV, Tabajara relembra sua infância na cidade do interior, quando, à beira do fogão à lenha, nas noites longas e frias, ficava ouvindo sua avó contar histórias de assombração. Conta também que o primeiro livro que o fascinou e o atentou para o poder da escrita foi “*O Continente*” de Érico Veríssimo. Em *Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez*, o narrador se defronta com um exemplar de “*O Continente*”, abre-o por acaso e se depara com o capitão Rodrigo Cambará: “ninguém sabia ao certo como o capitão Rodrigo Cambará entrara na vida de Santa Fé” (RUAS, 1995, p. 39).

Em consonância, Ruas afirma que, quando adolescente, defronte à sua casa, lia *O Tempo e o Vento* quando passou um gaúcho a cavalo (MELLO, 2008). Com o livro nas mãos e o olhar na

realidade à sua frente, “teve a exata sensação de que aquele gaúcho estava saindo do livro” (apud MELLO, 2008, p. 90). Este fato corroborou para que houvesse uma identificação com o poder que as palavras poderiam ter para expressar a realidade e mais tarde, consagrasse o autor como um dos roteiristas da adaptação de “*O Continente*” para o cinema, em 2013, com direção de Jayme Monjardim.

Os prêmios da carreira de Tabajara Ruas são muitos. Os cinco longas-metragens, sendo eles *Netto perde sua alma*, *Brizola tempos de luta*, *Netto e o domador de cavalos*, *Os Senhores da Guerra* e *A cabeça de Gumerindo Saraiva*, dirigidos pelo autor, foram premiados. Em 2001, recebeu o Prêmio Érico Veríssimo, três prêmios açorianos de Literatura, dentre outras condecorações e homenagens. Em 2020, levou o prêmio de Escritor do Ano, pela Academia Rio-Grandense de Letras.

No próximo capítulo resumiremos, portanto, uma das obras do escritor e cineasta gaúcho, a dizer, *Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez*.

2 Resumo da obra

O livro, publicado pela primeira vez em 1990, desenvolve a história de Juvêncio Gutierrez, que, foragido das autoridades brasileiras, volta da Argentina. O enredo se divide entre o anúncio da chegada do mais conhecido contrabandista de Uruguaiana, um jogo de futebol e um incansável cerco protagonizado por Juvêncio Gutierrez, tio do narrador, e a polícia da região. O trem, carregado de gado, vinha de Curuzu Quatiá e chegaria, trazendo também o contrabandista, no último domingo de Setembro de 1957, dia da final do campeonato de futebol em que o narrador participaria.

Na esquina da casa do narrador passava o trem, que carregava também a idealização do mundo que estava do outro lado do Rio Uruguai. O trem irrompia, segundo Ruas, por entre as

torres da aduana e fazia o coração do narrador se exaltar toda vez que os trilhos sob seus pés vibravam. Ele fazia parte da rotina dos uruguaianenses, assim como a satisfação que tinham ao olhar para o Rio Uruguai. O rio, escreveu o autor, era motivo de orgulho e pertencia a todos, mas principalmente aos contrabandistas de gado e outras mercadorias.

O rio, portanto, tornou-se a vida de Juvêncio Gutierrez. Na história, o autor conta que o homem pegou gosto pelas viagens quando foi representante comercial e depois do casamento da irmã, abandonou a profissão e foi viver com os contrabandistas. O enredo é protagonizado por outros contrabandistas, como Seu Domício e Rengo Maidana, companheiros de crimes e aventuras. A perícia daquele é evidenciada quando ele atravessa o rio Uruguai tranquilamente, no meio da noite, em sua calanga, para anunciar a chegada de Juvêncio Gutierrez no domingo.

Amado por uns e odiado por outros, Juvêncio teve o seu retorno muito esperado. A informação, trazida por Seu Domício, que atravessara o rio Uruguai à meia noite de uma sexta-feira chuvosa era indiscutível: “Juvêncio Gutierrez chegará no trem das três da tarde [...]” (RUAS, 1995, p. 10). A notícia rapidamente se espalhou a ponto de que o cerco policial fosse armado para a detenção do contrabandista. A partida de futebol, assim como o cerco ao tio, também foi considerada como uma guerra.

Os dias que antecederam a chegada do trem foram preenchidos ora com memórias do passado, ora com fragmentos de conversas que o narrador, à época adolescente, teve com o irmão mais novo no Bar Viscaya, situado em Porto Alegre, anos depois do ocorrido. O pai do sobrinho de Juvêncio era dono de uma livraria e conhecido por ser comunista. “Certamente, o nome do irmão mais novo do narrador, Vladimir, refere-se a Vladimir Lênin, o primeiro líder soviético (MELLO, 2008, p. 116).

A mãe dos meninos era irmã do contrabandista e lecionava francês na cidade. Há relatos no livro que nos mostram uma

relação incestuosa entre ela e Juvêncio, como quando Ifigênia conta que os dois irmãos no baile pareciam amantes e como o irmão abandonou a carreira de representante comercial após o casamento da irmã para viver com os contrabandistas. De fato, a mãe do narrador atravessou fronteiras para tratar do irmão quando ferido e fez o que estava a seu alcance para ajudá-lo.

Assim, inicia-se a partida entre o time da escola do narrador contra um time de garotos mais velhos, do Terceiro Científico, ambos colégios católicos. O olho estava no jogo, porém, todos os pensamentos do menino se voltavam para o trem, que apitou no horizonte. A bola rola e o trem apita novamente.

Sobre a ponte, alta de vinte metros, o trem avançava trazendo meu tio Juvêncio Gutierrez! Bento, de cabeça baixa, ameaçou dar para o ponta, o trem apitou outra vez, o frio cresceu, Bento entrou na área, Alemão gritou marca, marca, avancei sobre Bento, Deco também avançou, Bento desviou a bola para o ponta livre da marcação de Deco, o ponta tocou a bola para as redes ante o olhar atônito de Alemão. (RUAS, 1995, p. 46)

Seu tio, do outro lado da cidade, também não estaria com tanta sorte e o tiroteio se iniciaria quando a tropa de gado fosse descarregada do trem. Juvêncio é tratado na história como um homem intocável, destemido e forte, tanto que não foi encontrado dentro de nenhum vagão do trem. Em seguida, porém, um policial o encontrou dentro de um dos armazéns da Estação de trem, que é logo cercado pelo “jipe da Brigada, o carro do delegado, cavalos, trinta e cinco fuzis” (RUAS, 1995, p. 59). Mesmo sabendo que estava cercado, Juvêncio responde de dentro do local e afirma que não pretende se entregar. A captura dele, no entanto, era questão de tempo.

O cerco a Juvêncio Gutierrez, no início, foi construído a partir de comentários por parte das pessoas que passaram pelo

local ou ouviram outras versões da história. Terminada a partida e na volta para casa, o narrador e Seu Antonelli, que lhe ofereceu carona, são parados por policiais que anunciaram que o caminho estava interditado por conta “de um bandido cercado” (p. 55), armado, escondido no Armazém da Estação. Relatos como este se repetem, até que a família decide averiguar a situação com os próprios olhos.

Enquanto o delegado Facundo conversa com a rádio local, a família do contrabandista ouve-o aflita. Segundo o delegado, Juvêncio está cercado, ruas estão bloqueadas perto da Estação, casas e comércio foram evacuados e em poucos minutos, se o homem não se entregasse, a polícia atacaria sem piedade. É quando a família se desespera e decide ir conferir a situação. Dobrando a esquina, a realidade se apresenta ao narrador: seu tio, que o levava a cavalo pela pequena cidade e o ensinou a andar de bicicleta, estava cercado por mais de 30 policiais.

Quando o tempo de Juvêncio finalmente termina, os brigadianos invadem o armazém. O homem, pois, havia desaparecido mais uma vez, para o desespero do delegado Facundo. Houve outro cerco pela madrugada, até que enfim, chega a notícia de que Juvêncio foi morto com mais de quarenta tiros e seu corpo levado para o necrotério. Quem consegue retirar o corpo de Juvêncio do necrotério, mesmo com a resistência das autoridades, é o pai do narrador.

Por fim, a imagem de Juvêncio morrendo se interliga à ideia de um gaúcho forte e destemido, que escolheu seu próprio destino e pagou o preço com a morte. Viveu do contrabando e foi amado e odiado por isso, até que se dispôs a travar uma guerra com as autoridades brasileiras.

Houve até uma hora que acertaram uma rajada no pulso dele. A mão ficou balançando presa por um fiapo de carne. Eu disse, bueno, vai se entregar. Mas ele cravou os dentes no fiapo de carne e deu um tirão. Arrancou a

mão. E depois cuspiu. Quando vi já tava atrás duma cerca dando tiro. (RUAS, 1995, p. 110)

Deste modo, Juvêncio, que viveu como contrabandista, cruzando a fronteira entre a Argentina e o Brasil, o faz pela última vez. Afinal, “morrer também é cruzar a fronteira” (DORFMAN, 2008, s/p). Discutiremos brevemente, no próximo capítulo, a fronteira em *Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez*.

3. A fronteira de Juvêncio Gutierrez

A obra de Tabajara Ruas se passa em Uruguaiana, cidade do Oeste do Rio Grande do Sul, separada pelo Rio Uruguai de Paso de Los Libres, localizada na Argentina. A cidade gaúcha, na época do contrabandista Juvêncio Gutierrez, não tinha “televisão nem Pelé nem a cerca de arame que separa o rio da cidade” (RUAS, 1995, p. 08). Os 30.000 habitantes em 1957, que cultivavam um orgulho incondicional pelo Rio Uruguai, se tornaram, segundo o IBGE, em mais de 125.000 habitantes em 2020.

O marco que separa os dois países é a ponte ferroviária e rodoviária, cujo nome oficial é Ponte Internacional Agustin Justo - Getúlio Vargas. Inaugurada em 1947, por Eurico Gaspar Dutra e Juan Domingo Perón, carrega o nome do comandante brasileiro de um dos períodos ditatoriais. Foi por muito tempo considerada uma grande obra da engenharia na América Latina, com 1.419 metros, tornando o município de Uruguaiana o maior porto seco do país (IBGE, 2021). Estima-se ainda que, pela ponte, passem mais de 10 mil caminhões por mês, reflexo do comércio que há entre cidades fronteiriças, mas também, aumento do fluxo de mercadorias e serviços entre Brasil e Argentina.

O Rio Uruguai, em consonância, é um dos rios mais importantes da hidrografia do sul do Brasil e Uruguaiana é a principal cidade banhada por ele. Em termos de vegetação, vemos na história de Tabajara Ruas, algumas referências sobre o pampa,

bioma predominante também no extremo sul do país, característica marcante da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. No primeiro parágrafo do livro são evidenciados os três elementos que falamos até aqui, a dizer, o trem, o Pampa gaúcho e o rio.

Na esquina da nossa casa passava o **trem, que vinha da Argentina**. Naquela manhã de dezembro (perto das onze horas) na cidade da fronteira iluminada pelo azul de um céu tão alto que **aumentava a imensidão do pampa e se refletia no rio a deslizar debaixo da ponte**, o trem abriu, para o guri de calças curtas e cabelo espetado, as portas do palácio onde convivem júbilo e terror. (RUAS, 1995, p.7, grifo nosso)

A condição fronteira se apresenta na história também a partir de símbolos nacionais dos dois países. Na aduana, situada entre duas torres de 70 metros de altura, eram hasteadas ambas as bandeiras, brasileira e argentina, nos dias de festa, mas principalmente na semana da Pátria. Em termos culturais, Uruguaiana era, muitas vezes, tomada pelos sons da cidade vizinha, ou seja, as ondas de rádios argentinas, que, por sua vez, tocavam milongas, músicas tradicionalmente gaúchas. Desta forma, entrelaçavam-se dois mundos, duas culturas, dois povos, separados pelo rio Uruguai, mas conectados pela fronteira.

O narrador conta que de quinze em quinze dias a família saía para fazer compras na cidade vizinha de Paso de Los Libres. O comércio entre as duas localidades, a propósito, foi um dos motivos para a construção da ponte internacional, sendo responsável também por certo crescimento na região. Além disso, a mistura entre duas línguas, neste caso, o Português e o Espanhol, é resultado da constante integração entre a população brasileira e argentina.

O controle das mercadorias, por fim, é outro elemento que as cidades têm em comum, tanto o dentro da legalidade, quanto o contrabando delas. Este é o assunto que trataremos na próxima seção.

4. Fronteira, contrabando e Relações Internacionais

A fronteira é campo de primeira grandeza no estudo das Relações Internacionais. É espaço poroso, onde se estabelece cooperações e conflitos, tráfico de entorpecentes, armas, animais silvestres, pessoas, órgãos, escravidão sexual, asilos políticos, intercâmbios e hibridismos culturais, formação de identidades e línguas próprias, imigrações, refugiados, segurança nacional e tantos outros temas relevantes.

A fronteira pode ser entendida por dois aspectos: primeiro, o limite territorial que abrange a área de vizinhança com outro Estado, onde as jurisdições se encontram, uma termina e outra começa, onde a linha da soberania do Estado estabelece o limite com a formação dos Estados. Essa linha pode ser natural ou artificial, como um rio, uma cordilheira, ou um simples marco. É a fronteira política.

Mas fronteira também possui outro aspecto, de dimensão identitária e cultural, onde, tanto de um lado como do outro, as semelhanças são íntimas, formando um tipo singular. Alimentação, trajes, histórias, línguas, formam um conjunto de pessoas que se autorreconhecem. Essa é a ideia do *gaucho*, abrangendo o sudoeste do Rio Grande do Sul, parte da Argentina e Uruguai, sob a vegetação do pampa ondulado, as pastagens para o gado, o homem a cavalo criado nos galpões, a bombacha, os assados, a erva mate, herdeiro de uma descendência mestiça entre espanhóis e indígenas, geralmente a mulher índia vítima de violência sexual, sem pai e patrão, de índole xucra, o *gaucho* é personagem guaxo familiar na fronteira cultural do sul da América do Sul.

Como aponta (BOSAK, 2010, p.51):

Essa afirmação mostra que, ao invés da fronteira ter operado como barreira entre os estados platinos e sua respectiva cultura, foi ela um elemento chave na construção dessa cultura altamente permeável a toda a riqueza do entorno. Se a fronteira, nesse caso, era vista anteriormente como um fator de mera instabilidade política do ponto de vista historiográfico, eis que para a difusão cultural, foi elemento-chave a proporcionar uma aproximação rica e complexa.

E depois segue afirmando:

O habitante do pampa, o gaúcho, era representado pela figura do caudilho Rosas e resultava de um ambiente inóspito e desfavorável à formação de um tipo social evoluído, além de ser prejudicado pelo clima, pela paisagem e pela miscigenação racial com o elemento indígena. Essa massa humana era responsável pela barbárie e pelo atraso que se observavam no campo e que ainda mais, tomava a capital federal durante os anos do “tirano” Rosas. O gaúcho era um empecilho ao desenvolvimento nacional e, como todo mal, deveria ser extirpado para que a Argentina obtivesse o crescimento almejado. A resposta a essa visão conservadora e eurocêntrica vem de Jose Hernandez, com o *Martin Fierro*, em que o gaúcho é apresentado como o verdadeiro representante das massas campesinas do Prata. Se marginal é, isso não ocorre por escolha própria, mas por culpa de uma sociedade excludente, que não dá espaço a esse tipo social anteriormente majoritário no campo rio-platense. (BOSAK, 2010, p. 59).

Martin Fierro é o grande clássico, que adota esse *gaucho* com herói, ou anti-herói, marginalizado, mas algo Quixotesco, valente, destemido, rústico, fruto da miscigenação como um valor identitário, e não como o bárbaro atrasado e inferior motivo do fracasso da região platina. Escrito no início em Santana do Livramento, divisa com Uruguai, exilado da guerra, José Hernandez torna-se com *Martín Fierro* o maior expoente da figura do *gaucho* platino.

Como diz Bentancur (2011, p.09) “Borges afirma que, tendo o mesmo sido publicado no final de 1872, ao cabo de sete anos, tinham-se esgotado, na República Argentina e no Uruguai, onde edições do poema, ou seja, 48 mil exemplares, cifra enorme para a época”. E acrescenta: “O *Martin Fierro* foi traduzido em mais de 30 idiomas (BENTANCUR, 2011, p 11).

Com 395 estrofes, *Martin Fierro* é o expoente da literatura gaúcha, resgatando a figura principal do pampa, que ultrapassa as fronteiras políticas instáveis, unindo em torno desse personagem xucro o herói marginalizado da sociedade nacional em formação. Mestiço por natureza e de gestos grosseiros.

E complementando:

Fronteira, esse lugar incerto de enunciação, muitas vezes tido como em débito porque tão difícil de ser classificado, torna-se, no olhar arguto dos escritores, teóricos e críticos mais recentes, uma chave para a identidade própria dessa literatura antes considerada apenas marginal e devedora, além de não original justamente por ser fruto de uma realidade própria, híbrida e mestiça porque fronteira (BOSAK, 2010, p 64)

Juvêncio Gutierrez é a representação desse anti-herói, desse *gaucho* que não percebe diferença no pampa em termos de fronteira, vive a ideia da Pátria Grande, ou seja, a Terra dos

gaúchos. Desobediente, irreverente, destemido, com um código próprio de honra e moral.

Conhecida como “trampa”, a fronteira possui uma lógica própria de relação, troca, e vivência. Aquilo que no Direito Internacional é tratado como contrabando ou descaminho, é prática vivenciada na fronteira como naturalizada.

Tecnicamente, a diferença entre contrabando e descaminho é a natureza do produto. Ambos os casos é uma ilegalidade por não pagar os tributos alfandegários pela entrada de produtos oriundos de outro Estado. Contudo enquanto no descaminho são produtos lícitos, no contrabando são ilegais, como entorpecentes e armas.

A “trampa” é comum nas fronteiras, o jeitinho natural que o fronteiriço trata suas relações com o Outro, não raciocinando em termos de contrabando ou descaminho, mas uma troca de vizinhança e compadrio. Inclusive, é comum casamentos entre casais dos dois países da fronteira, o que é chamado de “dlobe-chapa” em Santana do Livramento e Rivera, cidades germinadas e separadas apenas por uma praça.

Considerações finais

O romance do escritor gaúcho Tabajara Ruas, que nasceu e cresceu em Uruguaiana, tem como plano de fundo a fronteira oeste do Rio Grande Sul com a Argentina. O protagonista, Juvêncio Gutierrez, é retratado como um homem da fronteira, forte, destemido, que abandona uma carreira de certa forma promissora para viver com os contrabandistas. Odiado pelas autoridades, carrega admiração por parte de alguns habitantes e é visto, por consequência, como um anti-herói.

Podemos relacionar este clássico da literatura gaúcha com as Relações Internacionais, visto que a fronteira é campo primordial de pesquisas e estudos da área. É a partir da fronteira

que vemos um novo mundo, cultural, social e economicamente organizado para além da realidade que conhecemos. É também com base no Outro que o “nacional” é delimitado. Em outras palavras, a soberania de um Estado tem seu fim quando inicia-se a soberania do Outro.

Por fim, apesar de ser ficcional, as dinâmicas da fronteira são relatadas dignamente na história. As torres da Aduana, a ponte internacional, o trem de cargas e a passagem constante de pessoas são características da fronteira Uruguaiana – Paso de Los Libres, assim como a “trampa”, jeito próprio do fronteiriço de tratar seus negócios. Cada fronteira, entretanto, tem suas peculiaridades e a relação única entre as cidades irmãs deve ser levada em consideração.

Referências

BENTANCUR, Paulo. In **Martin Fierro**. Jose Hernandez. Porto Alegre: Sfera, 2011.

BOSAK, Joana. **De Guaxos e de Sombras**. Porto Alegre: Dublinense, 2010.

DORFMAN, Adriana. **Pequenas pontes submersas: interpretações geográficas e antropológicas de literaturas de contrabando**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, vol. 3, n° 1, Belém, Janeiro/Abril de 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000100008>. Acesso em: 03/03/2021

IBGE. Catálogo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Ponte Internacional Uruguaiana - Paso de los Libres**, 2021. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=448020&view=detalhes>>. Acesso em: 05/03/2021.

MELLO, Eduardo Silveira Cabral de. **A figura histórica e ficcional do gaúcho: o Gaúcho de José de Alencar, e Perseguição e Cerco a**

Juvêncio Gutierrez, de Tabajara Ruas. Programa de pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS. Porto Alegre, 2008.

RUAS, Tabajara. **Em sintonia com**, 22 ago. 2014. Vídeo em meio eletrônico (22min15s), son., color. Entrevista concedida à UFRGS TV. Disponível em:
<<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/102343?locale-attribute=es&show=full>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

RUAS, Tabajara. **Perseguição e Cerco a Juvêncio Gutierrez.** 5^a edição, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995

CAPÍTULO 4

O Senhor das Moscas: o estado de Natureza e uma revisão em Hobbes e Pierre Clastres

Antonio Guimarães Brito⁶

Karla Vanessa dos Santos Cardoso⁷

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar a obra O Senhor das Moscas, do escritor inglês William Golding à luz das Relações Internacionais. A Segunda Guerra Mundial foi ocasionada por múltiplos e variados fatores, entre eles a ascensão dos regimes totalitários, em especial do nazismo na Alemanha. Na primeira seção, apresentamos a biografia do autor, que em virtude da Segunda Guerra Mundial precisou interromper as atividades que desempenhava como professor e escritor para se alistar na Real Armada Britânica. Em seguida, na segunda seção, apresentamos o resumo da obra e um breve relato sobre o comportamento dos personagens, e na terceira seção, é feito um contexto histórico da obra. No quarto item, é abordada a tese de Thomas Hobbes em relação ao contrato social como um meio de garantir a ordem social. Por fim, é apresentada uma contraposição à ideia de Hobbes por Pierre Clastres, em Sociedade Contra o Estado.

⁶ Professor Associado II no Curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande, coordenador do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

⁷ Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande e integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

1. William Golding

William Golding nasceu na Cornualha, Inglaterra, em 1911. Após concluir os seus estudos secundários, ingressou na Universidade de Oxford, com o intuito de cumprir o desejo de seus pais em cursar Ciências da Natureza. Entretanto, ao fim de dois anos solicitou transferência para Literatura Inglesa sua verdadeira paixão. Em 1934, ainda estudante, publicou o seu primeiro livro de poemas intitulada *Poems*. No ano de 1939 mudou-se para Salisbury, onde passou a lecionar inglês. Porém, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial alistou-se na Real Armada Britânica, tempos depois ocupou o cargo de comandante. Com o final da guerra, ele retoma o ensino e a escrita. Em 1954 publicou seu primeiro romance, *Lord of the Flies* (O Senhor das Moscas), e seguiu publicando outras obras como *The Inheritors* (1955), *Free Fall* (1959) e entre outros. Conquistou vários prêmios, entre eles o prêmio Nobel de Literatura em 1983 e faleceu em 1993. Mas sua grande obra reconhecida foi *O Senhor das Moscas*.

2. Senhor das Moscas, a obra. Resumo e Interpretação.

O romance conta a história de um grupo de meninos que após a queda de um avião em uma ilha deserta se organizam para garantir sua sobrevivência e o resgate. Como não há presença de uma figura adulta o grupo busca manter a ordem, baseado na forma civilizada em que vivia para tanto, elege o Ralph como líder, fundando assim, uma pequena sociedade. No entanto, mais tarde, Jack, outro menino do grupo de sobreviventes, torna-se líder de outro grupo, o qual está mais preocupado com a imediata sobrevivência, do que o resgate. Esse grupo passa a chamar-se “Os caçadores” com seu próprio acampamento.

As diferenças entre Ralph e Jack passam a ficar mais evidentes, Jack, é o caçador, mais instintivo, já Ralph, o mais racional. Diante disso, o grupo acaba se dividindo. Como Jack

sobrepõe a ideia de sobrevivência às possibilidades de resgates, a cultura civilizada vai aos poucos cedendo a selvageria levando até mesmo cometer assassinatos. Nesse sentido, Senhor das Moscas se contrapõe a teoria de Rousseau, que dizia que o homem em seu estado natural era bondoso e não conhecia a maldade, sendo a sociedade a responsável por corrompê-lo e convertê-lo ao mal. Na obra ocorre o inverso, apesar das crianças encontrarem-se livres em um estado totalmente natural e, por conta de não existir uma sociedade e regras, acabam deixando-se levar por sua natureza do mal e agem de forma irracional. Por esse motivo, é que Thomas Hobbes defende a ideia de que a sociedade regula a maldade do homem e que a falta de um contrato social é o que desencadeia o instintivo selvagem e assassino.

Além disso, tanto o mal, quanto o medo, não é uma ameaça externa, mas sim própria do homem. Isso fica evidente na história quando os meninos por medo de um suposto monstro sacrifica a cabeça de um porco ao ente sombrio que percorria a ilha durante a noite e os assustavam. O porco é uma alegoria e personificação do Belzebu, (deus da mosca ou hospedeiro). Simon é o único garoto que consegue conversar com a cabeça e compreender que a sombra que amedronta a todos não é nada além de impulsos naturais. Desse modo, Senhor das Moscas não se limita apenas a abordar a contraposição entre civilização e barbárie, a obra nos permite conhecer os dilemas de nossa fragilidade. O subterrâneo bárbaro presente na civilização também está em nós, pronto para nos destruir, ele não vem de fora, é inerente.

No aspecto político, podemos observar outra simbologia. O comportamento e atitude dos meninos revelam modelos de governos, Ralph representa os ideais democráticos, enquanto Jack representa os sistemas mais autoritários como, por exemplo, regime nazista.

3. Contexto histórico

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito de proporções globais que se estendeu de 1939 até 1945. O conflito teve como causa direta o expansionismo da Alemanha Nazista. A derrota alemã na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fez com que os países vencedores considerassem a Alemanha responsável pelo conflito. Diante disso, a Alemanha teve que assinar o Tratado de Versalhes, o que cominou na perda de territórios e o pagamento de altas indenizações aos países vitoriosos. Como consequência desse tratado, a Alemanha entrou em uma grave crise econômica e política na década de 1920.

Durante esse mesmo período surgem movimentos radicais como o nazismo, liderado por Adolf Hitler, no qual defendia e difundia a ideia de que os alemães pertenciam a uma raça pura – a raça ariana – e que as demais etnias deveriam ser exterminadas, especialmente, os judeus. A partir disso, inicia-se a perseguição e a prática de genocídio em massa contra eles, resultando na morte de 6 milhões de judeus. Contudo, outros grupos foram perseguidos como, cigano, homossexual, testemunha de Jeová. O programa de extermínio foi nomeado pelos nazistas como Solução Final, a este fato deu-se o nome de Holocausto.

A principal causa da Segunda Guerra Mundial foi à pretensão de expansão territorial da Alemanha pautada pela Teoria do Espaço Vital desenvolvida pelas teorias da geopolítica alemã, como Karl Haushofer e assimiladas Adolf Hitler. Por outro lado havia também o sentimento de revolta por ter perdido terras após a primeira guerra mundial. Por meio de combinação entre fortes unidades de tropas blindadas e de aviação, articulada pela comunicação rádio surge o conceito Blitzkrieg – guerra relâmpago. Tal método foi praticamente imbatível e permitiu os alemães invadir a Polônia em 1 de setembro de 1939. O período do acontecimento ficou marcado como o estopim para o início da Segunda Guerra Mundial. Além da Polônia, outros países foram

invadidos e conquistados utilizando a mesma técnica como, a Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica e França. A partir disso, o conflito acabou se expandido por diferentes locais da Europa, Ásia, Oceania. Colaborando para a formação de duas alianças, os Aliados e o Eixo.

Diante de tais conquistas, Hitler sentiu-se encorajado a invadir a União Soviética, através da Operação Barbarossa em 1941, com o objetivo de conquistar Moscou e Leningrado e aniquilar o Exército Vermelho. No entanto, em 1941 não ocorreu a conquista de Moscou e nem aniquilação total do Exército Vermelho. Em 1942, segundo Gilbert (2005) citado por Sena (2019, p.2) o ataque acabou num desastre em Stalingrado, com a rendição de 100 mil alemães do Sexto Exército em 31 de janeiro de 1943.

No ano 1941, paralelo á Segunda Guerra Mundial, o Império Japonês, que era aliado dos nazistas, atacou a base naval americana de Pear Harbor. Esse ato provocou a entrada dos Estados Unidos na guerra. Isso porque, o Japão buscava avançar territorialmente para o Oceano Pacífico. De acordo com Foguel (2018), o ataque provocou a morte de mais de duas mil pessoas e mais de mil feridos. Porém, a supremacia dos japoneses sobre os norte-americanos durou pouco, em 1942 os EUA decidiu revidar com um ataque aeronaval que ficou conhecido como a Batalha Midway. Depois disso, os japoneses não conseguiram recuperar seu poder na luta contra os EUA.

O fim da guerra na Europa deu-se após a Batalha de Berlim, que ocorreu em abril de 1945, no qual os soviéticos mobilizaram 2,5 milhões de soldados para atacar a capital alemã. Adolf Hitler e sua esposa, Eva Hitler cometeram suicídio quando os soviéticos conquistaram o parlamento no dia 30 de abril de 1945. Com a morte de Hitler, o poder da Alemanha foi assumido por Karl Donitz, que aceitou os termos da rendição incondicional no dia 2 de maio de 1945.

No entanto, a Segunda Guerra Mundial na Ásia perpetuou-se até setembro de 1945 e o fim do conflito ocorreu somente após o lançamento de duas bombas atômicas sobre território japonês, isso porque, os mesmos se negaram a render-se quando os Aliados emitiram a Declaração de Potsdam, e assim os Estados Unidos preparou o lançamento da primeira bomba “Little Boy” sobre a cidade de Hiroshima, no dia 06 de agosto, e a segunda bomba “Fat Man” sobre Nagasaki, no dia 09 de agosto de 1945. O resultado de tais medidas ocasionou na destruição material quase completa das cidades, além de resultar na morte de cerca de 166mil pessoas em Hiroshima e 80 mil em Nagasaki. Segundo Okuno (2015) os principais motivos das mortes imediatas ou em um curto prazo de tempo foram causados pelas ondas de calor, de choque e radiação ionizante. Diante dos estragos causados pelas bombas, em 15 de agosto, o Japão anunciou sua rendição aos Aliados. Em 2 de setembro, o governo japonês assinou o acordo de rendição, encerrando a Segunda Guerra Mundial.

A destruição física pós- guerra foi mais que a perda de edifícios e da infraestrutura. O que de fato atormentou em relação às ruínas era o que elas simbolizavam. De acordo com Lowe (2017) um funcionário britânico afirmou que as montanhas de resíduo representava um monumento ao poder da autodestruição do homem. Isso porque, elas remetiam para milhões de pessoas a lembrança diária da maldade testemunhada pelo continente.

Se a devastação física torna-se difícil de compreender, o custo humano da guerra é ainda mais. Segundo Lowe (2017) ao retratar as catástrofes em escala ampla, o historiador se vê diante de impulsos conflitantes. Isso porque, ele pode apresentar as estatísticas cruas e deixar que o leitor imagine o significado dos números [...], por outro lado, existe certo impulso em ignorar os números e registrar as experiências das pessoas comuns que testemunharam os acontecimentos.

Obviamente, algumas ausências eram maiores do que outras, como por exemplo, a dos judeus. Edith Baneth, uma sobrevivente judia da Tchecoslováquia, resumiu como a ausência ainda é sentida em sua vida pessoal nos dias de hoje:

Quando nos dispomos a pensar na família que todos nós perdemos, jamais conseguimos ter clareza. Elas não podem ser substituídas – a segunda e a terceira gerações ainda o sentem. Quando temos casamentos ou bar-mitzvahs, de outros lados há talvez cinquenta ou sessenta pessoas da família. No bar-mitzvahs ou no casamento do meu filho não havia família alguma – é dessa forma que a segunda e a terceira gerações sentem o Holocausto, sentem falta da família”. (Lowe, 2017).

4. Thomas Hobbes e o estado de Natureza

Thomas Hobbes, inglês nascido em 05 de abril de 1588 e falecido em dezembro de 1679, foi o grande teórico do estado de natureza e da necessidade do contrato social para tirar as pessoas da selvageria e conduzi-las ao Estado Civil.

Hobbes nasceu em um período de muitas tensões e guerras, filho de vigário, foi financiado pelo tio Francisco para os estudos, onde se destacou como notável filósofo e matemático. Manteve contato com Francis Bacon e conheceu pessoalmente Galileu. Teve uma vida longa, ultrapassando os 90 anos, sendo que na época a expectativa de vida beirava aos 40 anos.

Sua grande obra foi *Leviatã*, onde usa a figura do monstro bíblico para descrever o Estado. Defendia a necessidade de um Estado forte, autoritário, para por ordem na vida social, considerando que a natureza humana precisa desse controle. A premissa é que no estado de natureza era a guerra de todos contra todos, onde prevalecia a vontade dos fortes e poderosos. Com o contrato social, poderia organizar a sociedade e fazer valer o

direito. Apesar de Hobbes estar entre os contratualistas, importa destacar que a base de seu contrato social não é o acordo de vontade, mas um certo contrato de adesão, o que se questiona se realmente se pode pensar em Hobbes como um contratualista.

Hobbes deu origem ou interpretou a fase do Estado Absolutista, a formação dos Estados Nacionais, e sempre se colocando ao lado das formas de Estados autoritários, onde as liberdades individuais sofrem o poder do Estado.

Ou seja, o Estado deve ser forte e duro para garantir a paz social e a ordem, considerando a inclinação humana para a injustiça e covardia, condições do estado de natureza, onde prevalece a força bruta, a ausência do direito, a exploração do fraco. As teorias do paradigma do Realismo nas Relações Internacionais estão alinhadas a Hobbes, colocando os Estados como os únicos atores no cenário internacional, baseados no poderio militar.

No livro *Senhor das Moscas*, onde os sobreviventes eram meninos, crianças, viviam no estado de natureza, o que fez com que vivessem a experiência do medo e da covardia, onde a força bruta prevalecia sobre a razão e o direito. Quer dizer, a ordem social e o direito são dependentes do Estado forte e autoritário, considerando a natureza humana perversa ou fraca. Nesse sentido, o poder carece de ser autoritário, evitando assim a plena liberdade humana, onde levariam as pessoas a guerra de todos contra todos.

5. A Leitura de Pierre Clastres e a Sociedade Contra o Estado

Bem mais recente e contemporâneo, o antropólogo Frances publicou em 1974, *Sociedade Contra o Estado*, um ensaio de antropologia política baseado nas etnografias que fez na América do sul, Brasil e Paraguai. Nasceu em Paris em 1934, vindo a falecer em um acidente de carro em 1977. A grande contribuição de Clastres foi discutir o poder nas sociedades sem Estado, no

caso específico, o papel dos caciques nas sociedades indígenas, se contrapondo a idéia do poder fundado na violência e no autoritarismo. A ideia de poder-comando-obediência, comum as sociedades civilizadas, é totalmente negado por Clastres, que encontra outra estrutura de poder, não baseado na violência e no autoritarismo, mas o contrário, entre os povos indígenas que fez etnografia e foi a campo, o chefe ou cacique é o que menos manda e o que mais serve, e sua autoridade se baseia fundamentalmente em sua conduta pacificadora, generosa e desprendida. Chefe é aquele que fala o que todos precisam escutar, e demonstra seu despreendimento e grandeza no dia a dia, caso contrário é desprezado por seu povo.

Se contrapõe radicalmente a Hobbes, pois mesmo estando os indígenas no suposto estado de natureza e sem o contrato social, a ordem social existe, mas não no poder-comando-obediência, sendo a chefia legitimada por outra espécie de poder, de fundo moral e exemplar.

Para as relações internacionais se pode pensar em Sociedade Contra o Estado em outros paradigmas com demais atores internacionais, e não centrado nos Estados, e principalmente na cooperação e tratados celebrados, o que se passou a chamar de Utopismo ou Idealismo.

Em relação ao Senhor das Moscas, a crueldade dos meninos na ilha não está relacionado ao estado de natureza, mas sim na experiência do próprio autor com a Segunda Guerra Mundial e o terror que assistiu.

6. Considerações finais

A fundação do Estado, com matriz absolutista, baseado no monismo jurídico e na homogeneidade cultural, foi uma imposição eurocêntrica, tratando-se de uma ficção jurídica e política. E o estado de natureza, proposta básica dos contratualistas para explicar a necessidade do Estado se

contrapõe as sociedades indígenas, que vivem dentro de outro paradigma, não centrado no poder de obediência e no autoritarismo da força, mas no poder da palavra e da legitimidade da moral, e do exemplo de servir dos caciques.

O pessimismo antropológico em Hobbes se desfaz em *Sociedade Contra o Estado*, ou pelo menos abre um grande debate sobre a natureza humana e a liberdade. O *Senhor das Moscas* é uma obra de primeira grandeza e impacta em sua leitura. Revela o momento vivido na guerra, onde todas as esperanças da possibilidade de uma sociedade civilizada se tornam impossíveis.

Trata-se de uma melancólica narrativa de desencanto, onde prevalece a força bruta e a ausência do Direito e da razão. Sintomas daqueles dias de terror no mundo. Uma reafirmação do paradigma do realismo político.

Referências

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial**: Causas, Estrutura, Consequências. 1 ed. São Paulo: Editora: Livraria da Física, 2015.

FOGUEL, Israel. **II Guerra Mundial**: Seis Momentos Tensos. 1 ed. São Paulo: Editora Clube dos Autores, 2018.

GOLDING, William. **Senhor das Moscas**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1954.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LOWE, Keith. **Continente Selvagem**: O Caos na Europa depois da Segunda Guerra Mundial. 1 ed. Local: Editora: Zahar, 2017.

MIRANDA, Fernanda; ANGELIM, Juliana; MENDES, Landara. **Hitler e Nazismo**: Sobre Arte, Estética, Comunicação e Ideologia.

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Pará, p. 11, 2014

OKUNO, Emico. As bombas Atômicas podem dizimar a humanidade – Hiroshima e Nagasaki, há 70 anos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 209-218, 2015.

SENA, Cláudio. Batalha de Kursk: O Ocaso da Blitzkrieg e as Consequências para Evolução da Doutrina Militar. **Tese** (Pós-Graduação em Ciências Militares, com ênfase em História Militar) – Escola de Aperfeiçoamento de Oficinas, Rio de Janeiro, p. 24. 2019

CAPÍTULO 5

A Triste Figura, Dom Quixote nas Interfaces das Relações Internacionais: O texto Imortal de Cervantes

Antonio Guimaraes Brito⁸

Tiago Leles de Oliveira⁹

Introdução

Este artigo propõe-se analisar a obra “Dom Quixote”, escrita pelo espanhol Miguel de Cervantes Saavedra, nas interfaces das relações internacionais, com a primeira publicação estimada por volta da primeira década de 1600. O texto imortal de Cervantes marcou a literatura universal e o mundo hispânico. Sendo assim, vale mencionar que o escritor deixou um legado pertinente e valorado, basta ver as instituições destinadas a preservar o seu legado e incentivar o ensino em língua espanhola, como o Instituto Cervantes, localizado na cidade de São Paulo, ligado ao Ministério da Educação e Formação Profissional da Espanha. O qual, entre outras funções, outorga diplomas para as pessoas que obtêm grau de competência e domínio do idioma espanhol, e preza pelo legado cervantino.

Na obra “Dom Quixote”, encontram-se temáticas passíveis de reflexões pertinentes, como o humanismo, os livros, a condição de andante, os refugiados, o utopismo, entre outras coisas. Os temas ligados à obra se mostram importantes nos dias

⁸ Doutor em Direito. Professor Associado II da Universidade Federal do Rio Grande. Coordenador do Projeto de Ensino: Relações Internacionais e Literatura.

⁹ Graduando em Relações Internacionais - Universidade Federal do Rio Grande. Integrante e pesquisador voluntário do Projeto de Ensino: Relações Internacionais e Literatura.

atuais, inclusive para o campo das relações internacionais. Propõe-se analisá-la sobre o viés da literatura, da história política e das relações internacionais, com ênfase às questões contemporâneas na última seção deste artigo.

Na primeira seção, intitulada *Conjuntura Histórica da Transição Medieval para a Época Moderna*, abordam-se os principais acontecimentos conjunturais da Era Moderna, os quais o escritor espanhol Miguel de Cervantes Saavedra vivenciou, em grande medida, como, por exemplo, a transição medieval das cavalaria para as cruzadas europeias, consideradas heroicas para o período moderno ocidental, e ascensão do pensamento humanista no cenário internacional, o qual se mostrou como uma característica do engenhoso fidalgo. Com esta seção, busca-se uma compreensão do contexto histórico no qual a obra *Dom Quixote* foi escrita, e as ações advindas dele.

Na segunda seção, intitulada *a Trajetória do Autor e Sua Obra*, detém-se sobre a biografia de Miguel de Cervantes, tratando, por exemplo, sobre o local onde ele nasceu e sua família, sua frequência em instituições de ensino, os seus deslocamentos internacionais em razão de divergências pessoais, sobre os traços de sua obra, entre outras coisas.

De modo subsequente, na terceira seção, denominada *Dom Quixote: um Cavaleiro Humanista*, são destacáveis as ações do cavaleiro dotadas de cunho humanista, consonante com o contexto histórico do período renascentista, para a construção de um mundo idealista, além de promover um debate acerca da loucura.

Em última análise, na quarta seção, intitulada *os Livros, a Condição de Andante, Refugiados, Utopismo e Outras Considerações Quixotescas*, discute o cortejo à insanidade de Dom Quixote como uma forma de negar as condições concretas e atuais da realidade, buscando construir um mundo no qual as pessoas sejam tratadas de modo igualitário, inclusive os refugiados, para que possam ser

incluídos, entre outras considerações. Dessa forma, fomenta-se o utopismo almejando um mundo mais justo e próspero.

Conjuntura Histórica da Transição Medieval para Época Moderna

A formação dos Estados absolutistas foi marcada pela centralização política, na qual os monarcas detinham amplos poderes, entre eles, executar, legislar e julgar as ações jurídicas. Desta forma, eles determinavam os desígnios da sociedade civil, como, por exemplo, a partir dos tribunais religiosos, em parceria com o clero (ANDERSON, 1995).

Com essa visão, corrobora Hilario Franco Júnior (2001, p.159):

A Centralização Política [...] era a conclusão lógica de um objetivo perseguido por inúmeros monarcas medievais. O Estado moderno, unificado, caracterizava-se pelo fato de o soberano ter jurisdição sobre todo o país, poder de tributação sobre todos os seus habitantes, monopólio da força (exército, marinha, polícia).

Os Estados absolutistas eram patrocinados pela burguesia, emergente no período da alta idade Média. Nesse sentido, os Estados incentivavam as práticas mercantis, ligados ao comércio e à manufatura, por contar com o apoio da classe burguesa. Além disso, os monarcas detinham amplos setores da nobreza, uma velha elite de caráter medieval, que mantinham espaço e privilégios nas cortes dos reinos, amparando-se no regime político para garantir a sobrevivência (ANDERSON, 1995).

A partir do mercantilismo viu-se a expansão ultramarina europeia, principalmente portuguesa e espanhola, ocasionando rivalidades e guerras entre si no sistema internacional,

responsáveis por inaugurar colônias no continente americano, por exemplo, que foram guiadas por uma visão eurocêntrica.

Ademais, para justificar e legitimar os Estados absolutistas, existia um conjunto de ideias, destacando-se a do florentino Nicolau Maquiavel – autor da obra “o Príncipe”, um manual que visava ensinar os estadistas a arte de governar; e do inglês Thomas Hobbes – autor da obra “o Leviatã”.

O pensamento de Nicolau Maquiavel associou-se a celebre frase “os fins justificam os meios” segundo a qual, o príncipe, em razão dos seus interesses, executava quaisquer ações para manter o poder, incluindo provocar temor, mentir, fazer a guerra, possuindo uma moral própria superior aos governados (WEFFORT, 1989).

Nesse contexto, no século XVI, Thomas Hobbes se notabilizou como pensador do absolutismo, com a obra o Leviatã – a partir do entendimento que o homem era seu próprio lobo, tratando do estado de natureza. Os homens desejosos de manter a ordem deveriam ceder sua liberdade para o Estado absolutista, a fim de evitar a guerra de todos contra todos, com base no pacto social (HOBBS, 2000).

No campo das relações internacionais, principalmente Hobbes, contribuiu para a teoria realista, adotando uma abordagem humana negativa, e os Estados como os únicos atores internacionais, enfatizando o poder e a questão bélica.

O Renascimento Cultural (XIV-XVI) marcou intensas transformações no campo do pensamento, da filosofia, arte, ciência, política etc. Com isso, inaugurou-se ou “renasceu-se” o humanismo na vida humana europeia.

No século XIII, ocorreram profundas transformações na Baixa Idade Média, comprovadas a partir do monge franciscano Roger Bacon que desenvolveu os estudos de física e semiótica, e do pintor italiano Giotto que manifestou uma perspectiva de profundidade nas suas gravuras.

Nesse período, as relações comerciais da Europa Ocidental com o Oriente estavam associadas às cruzadas, marcadas pela abertura do mar mediterrâneo, e, conseqüentemente, pela ascensão dos mercadores. Associados a essas atividades comerciais, principalmente, ocorreu uma urbanização no Norte da Europa e na região da Itália (ANDERSON, 1995).

Com o desenvolvimento das rotas de comércio, não só produtos foram trocados com o Oriente, também intercâmbios culturais, o que fez a Europa fortemente influenciada pelo mundo oriental (ANDERSON, 1995).

As cidades burguesas constituíram um novo espaço social, desenvolvendo um conjunto de valores associado ao universo dos negócios e da ciência, fortalecendo o fenômeno renascentista (ANDERSON, 1995). Os renascentistas se guiavam por uma tentativa de restauração de valores clássicos, valorizando a razão associada ao saber científico, como os projetos de anatomia, capitaneados por Leonardo da Vinci, entre outros.

Alguns renascentistas opuseram-se frontalmente à Igreja Católica, como Galileu Galilei, que defendeu a Teoria Heliocêntrica, no qual dizia que a terra girava em torno do sol, contrariando a Igreja Católica, que defendia a Teoria Geocêntrica, onde a Terra era o centro do sistema solar. Ele precisou negar a evidência científica para não ser punido pela Santa Fé.

O humanismo antropocêntrico foi dos elementos-chave do pensamento renascentista, a partir do conhecer e valorizar o ser humano, contemplado nos estudos da ciência, da antropologia, das artes, onde as capacidades humanas eram exaltadas, constituindo-se como uma nova forma de entender o homem e sua realidade (ANDERSON, 1995).

A Trajetória do Autor e a Sua Obra

De acordo com The History Channel Iberia, a biografia de Miguel de Cervantes Saavedra possui pontos vagos, existindo acontecimentos desconhecidos sobre sua vida, tais o quanto ele estudou, se frequentou escolas ou não, considerando que Cervantes não deixou cartas ou manuscritos. O que temos são os seus escritos ficcionais, genialidade da arte da escrita. Sabe-se que ele era de uma família de parte de pai judaica, não pertencendo à nobreza, e que era um aficionado por livros.

Ele nasceu em Alcalá de Henares, região próxima a Madri, Espanha, que detinha muita importância e contava com a Universidade de Alcalá. No tocante à carreira literária, não houve documentos históricos que comprovassem quando exatamente ele começou a escrever. No entanto, sabe-se que Miguel de Cervantes publicou *La Galatea*, em 1581, uma história de novela pastoril, à época foi apreciada pelo público, demonstrando seu potencial criativo.

Anterior a isso, aos 18 anos, Miguel de Cervantes viu-se obrigado a fugir da Espanha para a Itália porque feriu gravemente um homem, após desentender-se. Em solo italiano, ele ingressou ao Serviço de Cardeal e, pouco tempo depois, alistou-se ao exército, participando como soldado na Batalha de Lepanto, em 1571, ferindo-se no peito e na mão esquerda (a qual perdeu o movimento) no campo de batalha. Apesar disso, nos prólogos escritos pelo próprio Miguel de Cervantes, nota-se vaidade e orgulho por ter participado no conflito de Lepanto, no qual a península Ibérica saiu vencedora (CAVAGGIO, 2005).

Após a guerra, quando retorna da Itália para a Espanha, seu barco foi aprisionado e passou a ser cativo em Argel, atual Argélia, ficando por mais de cinco anos preso, o que lhe deu conhecimento em cultura árabe. Ademais, acrescenta-se que na

Espanha, à época, as culturas árabe, judaica e cristã estavam em discussão, evidentemente.

Sendo assim, em 1580, Miguel de Cervantes retornou à Espanha, com uma bagagem cultural mais diversa e publica *La Galatea*, em 1581. Ele se mostrou como um escritor que experimentava diversas formas discursivas, as mais variadas.

Logo em seguida, em 1605, Miguel de Cervantes publicou a primeira parte de sua obra, *Dom Quixote de La Mancha*. A publicação foi altamente apreciada pelo público e, curiosamente, parou dúvidas de leitores sobre a continuidade da obra. No entanto, em 1613, o autor publicou as novelas exemplares, uma coletânea de 12 novelas e, no prólogo dessa obra, anunciou que sairia uma continuidade de *Dom Quixote*, o segundo volume, criando uma expectativa no leitor. Assim, a vontade do público veio ser saciada em 1615, mas, antes disso, em 1614, ele publicou a “*Viagem do Parnaso*”, uma coletânea de poemas (CAVAGGIO, 2005).

Em 1614, houve a continuação da obra de *Dom Quixote*, absolutamente falsa. Ela foi escrita por um autor desconhecido, que utilizava o pseudônimo Alonso Fernández de Avellaneda. Entretanto, na segunda parte da história do *Dom Quixote*, que era fidedigna, o Miguel de Cervantes introduziu o tema obra-pirata, no sentido de o personagem *Dom Quixote* ter se deparado com um leitor da obra falsa, debruçando-se sobre o livro fajuto e realizando críticas literárias sobre ele.

É destacável apontar que os personagens *Dom Quixote* e *Sancho Pança* se notabilizaram por discutir questões fundamentais da vida humana, como o sentido dela, de modo pertinente e sutil. Ademais, a questão da loucura esteve presente na narrativa, no sentido de o escritor espanhol inserir os valores do humanismo na mente de um personagem louco.

Na obra quixotesca, caracterizou-se por um movimento cíclico, com partidas e chegadas do cavaleiro, por exemplo. No

primeiro capítulo, o protagonista se preparou para tornar-se cavaleiro, intitulando-se com o nome de Dom Quixote, e seu pangaré de Rocinante (na mente do cavaleiro, tratava-se um cavalo potente). Além disso, ele elegeu a Dulcineia como sua donzela, por qual amaria por toda a vida, porque um cavaleiro necessitava ter um grande amor para se sentir seguro e corajoso.

O Dom Quixote convenceu o seu vizinho, que era criador de porcos, conhecido por Sancho Pança, a acompanhá-lo como escudeiro. Prometendo a ele que, futuramente, reconheceria seus trabalhos de escudeiro e o tornaria governador de uma ilha.

A questão dos encantadores ou dos magos se tornou fundamental no universo quixotesco, desde a perseguição do macaco falante, e dos feitiços diversos. Por “encantamento”, o cavaleiro andante enfrentou um exército de gigantes e se machucou consideravelmente, mesmo que, no plano real, fossem moinhos de vento. Sendo assim, após os infortúnios, ele retornou para sua casa, na região da Mancha, findando a primeira parte.

Na segunda parte da narrativa, iniciou-se na casa do fidalgo, com Sancho Pança disposto a conversar com ele acerca de uma notícia que lhe pareceu notável, o seu encontro com um estudante de Salamanca, nomeado bacharel Sansão Carrasco, que leu a primeira parte do Dom Quixote de La Mancha e ficou interessado pelo fidalgo. Logo em seguida, o cavaleiro decidiu planejar mais andanças.

Em linhas gerais, o romance moderno “Dom Quixote de La Mancha” fez do leitor uma parte da história, como um convidado importante que proporciona sentido para própria narrativa, sendo até introduzido na história, pois valorizava a forma como se contam os fatos, e não só o que se conta em relação a eles.

Em “Dom Quixote” não houve o amparo do narrador, sem um autor providencial disposto a resolver seus problemas, deixou para o Cavaleiro da Triste Figura a missão de enfrentar o seu próprio destino, com andanças, aventuras, encantamentos,

batalhas valorosas, no ambiente de chegadas e partidas propriamente da narrativa.

Dom Quixote: um Cavaleiro Humanista

No início da narrativa, nota-se quando a sobrinha e a criada de Dom Alonso Quijano (personagem que se transformou em Dom Quixote) pretendiam queimar os livros de cavalaria pertencentes a ele, pois eram considerados culpados pela “loucura” que caracterizou o personagem Dom Quixote.

Sendo assim, durante o período da Renascença, tempo em que a obra foi escrita, existia uma concepção da loucura ainda construída a partir do entendimento do final do medievo, destinada ao trabalho eclesiástico. Com o passar do tempo, esse cenário modificou-se, a partir disso, é importante exemplificar a “Nau dos Loucos”, pois foi uma questão fundamental para o imaginário social do período, no sentido de considerar as pessoas acometidas pela loucura como indesejáveis para a sociedade.

Conforme elucidada Vieira (2015, p. 03):

Na paisagem imaginária da Renascença, a Nau dos Loucos ocupava um espaço fundamental. Ela transportava tipos sociais que embarcavam em uma grande viagem simbólica em busca de fortuna e da revelação dos seus destinos e de suas verdades. Esses barcos faziam parte do cotidiano dos loucos, que eram expulsos das cidades e transportados para territórios distantes. Foucault vê nessa circulação dos loucos mais do que uma simples utilidade social, visando à segurança dos cidadãos e evitando que os loucos ficassem vagando dentro da cidade. Todo esse desejo de embarcar os loucos em um navio simbolizava uma inquietude em relação à loucura no final da Idade Média.

Ao longo da Idade Média, a loucura era considerada um elemento sagrado, envolto de uma positividade mística, em vista que os desígnios de Deus promoviam provações à sociedade medieval, que se dispunha a acolher quem fosse acometido pela loucura. Contudo, a ela perdeu a “santificação” a partir da conformação do pensamento renascentista, que trouxe uma concepção moral no sentido de condenar, internar e excluir quem perturbasse o espaço da ordem social. Os Estados passaram a exercer um papel central no cenário internacional, substituindo as tarefas assistencialistas que eram destinadas à Igreja (VIERA 2015). A partir da reorganização das estruturas assistencialistas, os Entes poderiam reprimir as pessoas que decidissem questionar as condições socioeconômicas e políticas de suas sociedades, sobretudo à estrutura estatal, taxando-as como loucas, empreendendo ações que as excluíssem do convívio em sociedade e mantivessem o poder estatal (VIEIRA, 2015).

Por meio das próprias leituras sobre cavaleiros andantes perpetradas pelo Dom Alonso Quijano foi possível libertá-lo de sua melancolia de fazendeiro de meia idade, com terras improdutivas e vida monótona, emancipando-se por meio personagem “Dom Quixote”, que ele mesmo criou e incorporou em sua personalidade, defendendo-o em suas andanças. Assim, no decorrer da narrativa, nos foi mostrado como a loucura de Dom Alonso Quijano veio acompanhada de um excesso de realidade, contra a ordem posta e uma vontade de modificá-la e ver além.

Tendo em vista o recorte histórico renascentista, a obra “Dom Quixote” foi escrita na transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, marcando a ascensão do pensamento humanista. Nesta dimensão conceitual do humanismo,

Oliveira destaca (2018):

Uma [...] dimensão conceitual do humanismo se nos dá como doutrina. Consiste num

conjunto de princípios que se unificam pelo culto ou reverência a esse sujeito universal que é a humanidade inteira. Logo, o humanismo no sentido de crença na aventura humana. Isto no pressuposto de ser o homem a obra-prima da Criação. O “animal político” de que falava Aristóteles, porquanto dotado da aptidão de sobrepor ao espontâneo mundo da natureza o elaborado mundo da pólis, em “estado de sociedade”, tendo por contraponto um virginal “estado de natureza”.

Movido por um caráter humanista, o Dom Quixote enfrentou temas como as injustiças sociais, a dignidade, a loucura ou a sanidade mental, a transformação do mundo, os direitos humanos, a partir de um sentido crítico e satírico das novelas medievais, típicas do período medieval.

Na obra, evidencia-se a perspectiva humanista, associada aos direitos humanos, por exemplo, na luta do Dom Quixote contra os moinhos de vento, tidos como gigantes pelo cavaleiro. Apesar de o Sancho Pança avisá-lo que eram moinhos de vento, não foi convencido, então (CERVANTES, 2012, p.110):

[...] com a lança em riste, arremeteu a toda brida com Rocinante e investiu no primeiro moinho que encontrou pela frente. Quando deu uma lançada na pá, girou-a com tanta fúria o vento que fez a lança em pedaços, levando junto o cavalo e o cavaleiro, que foi rolando todo descinjuntado pelo campo. Os moinhos de vento passaram e o Cavaleiro da Triste Figura gritava que eram gigantes covardes.

Desta forma, ele caiu no chão e se justificou dizendo que as coisas da guerra se sujeitariam a mudança contínua (CERVANTES, 2012). Nessa passagem, podemos atribuir o mesmo significado para os direitos humanos, sujeitos à contínua luta por um mundo

melhor. Tendo em vista, a discussão sobre a efetivação ou não dos direitos humanos, que são desrespeitados e violados, podemos comparar a efetivação dos direitos humanos com os moinhos de vento, que são gigantes a serem enfrentados, sujeito ao contínuo.

O debate internacional sobre a efetivação dos direitos humanos entre os Estados, sobretudo, mostrou-se repleto de armadilhas, sobretudo coloniais.

Assim, reflete Douzinas (2009. p. 24) sobre as armadilhas coloniais:

A promessa (implícita) para os países em desenvolvimento é de que a violenta ou voluntária adoção do modelo mercantilista e neoliberal de boa governança e direitos limitados irá inexoravelmente conduzir ao padrão econômico ocidental. Isto é fraudulento. Historicamente, a habilidade do ocidente para transformar a proteção de direitos formais numa limitada garantia de direitos materiais, econômicos e sociais estava baseada na enorme transferência das colônias para as metrópoles. Embora a moralidade universal militasse a favor da inversão de fluxos, a política ocidental de ajuda ao desenvolvimento e a dívida do Terceiro Mundo indicam que tal inversão não é politicamente viável. [...] Sistemas sociais e políticos tornam-se homogêneos ao transformarem suas prioridades ideológicas em valores e princípios universais [...] O desejo ainda está lá; as ideias foram redefinidas, mas a crença na universalidade da nossa visão de mundo permanece tão forte como a dos colonizadores.

No entanto, diferente das Nações Europeias na Era das Grandes Navegações, por exemplo, o Cavaleiro da Triste Figura era um idealista na defesa das causas justas e nos direitos

humanos em busca de um mundo melhor, sem dispensar qualquer armadilha do colonizador para quem encontrasse em suas andanças, pois procurava reparar injustiças.

Exemplifica-se o episódio dos galeotes condenados e acorrentados, a mando da Majestade, que passavam por Dom Quixote, que perguntou o motivo de serem levados assim. Após ouvir as justificativas, ele entendeu a situação como injusta, agiu contra os guardas para libertá-los. Desse modo (CERVANTES, 2012, p. 255): [...] “foi tamanha a confusão que os guardas não fizeram nada de muito proveito, ou porque corriam para os condenados que se soltavam ou porque lutavam com Dom Quixote, que os atacava”.

Sendo assim, o engenhoso fidalgo visou denunciar todas as situações injustiças com as quais se deparou em suas andanças, movido por um sentimento humanista e um desejo de liberdade e utopia. Lutou contra as maldades do mundo, a fim de transformá-lo conforme seus ideais. Ele, junto com seu fiel escudeiro, Sancho Pança, tomou o lado dos vulneráveis e humilhados, na utopia de transformação do mundo.

Os Livros, a Condição de Andante, Refugiados, Utopismo e Outras Considerações Quixotescas

Dom Quixote é o permanente apelo e exaltação a literatura. A loucura de transformar e combater as injustiças do mundo que vem dos livros. Assim destaca Trapiello (2005, p.194)

Quixote é, além do mais, do começo ao fim, uma pergunta permanente que Cervantes se faz e que o personagem faz ao leitor; Os livros podem fazer alguém feliz? A que preço? Para que servem? Por que eles enlouquecem não apenas leitores, mas também seus autores, que, ao escrevê-los, perseguem uma não menos intangível loucura: a de conquistar a

fama e a honra no tempo presente e a imortalidade naquele que virá?

Os livros promovem loucuras, a leitores e escritores, pois se realiza no plano do imaginável, e nesse sentido, a tentativa de transformar o mundo é uma tentação permanente. Eis a grandiosidade de Dom Quixote, criar o novo mundo, discutir a normalidade e a sanidade mental, como também destacar a condição humana de andantes.

Dom Quixote é um idealista para um mundo melhor, lutador das causas humanas. Como aponta Trapiello “Há episódios em Quixote que transcenderam a historia da literatura e já fazem parte do substrato do pensamento do povo, e não só do povo espanhol, pois são muitos, espalhados pelo mundo, aqueles capazes de dizer que dom Quixote significa uma maneira idealista de entender a vida (2005,p. 306)” E acrescenta “O que emociona no seu livro é seu sentir (2005, p.307).

E também assevera Trapiello:

Como é o sentimento de Cervantes: de amor pelas criaturas, coisas, paisagens ócios, viajantes, musicas, pela diversidade dos homens... Cervantes está dependurado no mundo, e em sua complexidade observa tudo e tudo compreende. E, já se disse também tantas vezes, um olhar compreensivo, que não julga e muito menos condena. Com é o sentimento de dom Quixote? Dom Quixote raramente repara nas coisas. Dom Quixote só tem uma coisa na cabeça; sua amada e, por extensão, o ideal cavalheiresco. O sentir de dom Quixote e um sentir político, entendido no sentido que se dava então a esta palavra; o mundo tem menos interesse para ele do que a ordem que rege o mundo, e quer ajeitá-lo um pouco para que caminhe com mais regularidade. Em nossos dias, esse sentir

chamar-se-ia de moral, ético, cidadão talvez, ordenador da nossa civilidade, da nossa polidez e da nossa civilização (2005, p. 308)

Nas Relações Internacionais, temos a escola utopista ou idealista, desde Tomas Moore com a Utopia, Campanella e a Cidade do Sol, Kant com a Paz Perpétua, a formação da Liga das Nações, a ONU e todas tentativas de cooperação internacional, baseado em tratados e na legalidade e solidariedade entre os povos.

Para Edward Carr, em seu clássico *Vinte anos de Crise*:

A antítese de utopia e realidade pode, em alguns aspectos, ser identificada com a antítese livre arbítrio e determinismo. O utópico é necessariamente voluntarista: acredita na possibilidade de, mais ou menos radicalmente, rejeitar a realidade, e substituí-la por sua utopia por meio de um ato de vontade. Já o realista analisa um curso de desenvolvimento predeterminado, que ele é impotente para modificar. Para o realista, a filosofia, nas famosas palavras de Hegel no prefácio de sua *Filosofia do Direito*, "sempre chega tarde demais" para mudar o mundo. Por intermédio da filosofia, a antiga ordem "não pode ser rejuvenescida, somente conhecida". O utópico, fixando seus olhos no futuro pensa em termos de criatividade espontânea; o realista, enraizado no passado, pensa em termos de causalidade. Toda ação humana sadia, e portanto todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade, entre livre arbítrio e determinismo. O realista completo, aceitando incondicionalmente a seqüência dos acontecimentos, se priva da possibilidade de modificar a realidade. O utópico completo, rejeitando a seqüência causal, se priva da

possibilidade de entender a realidade que está tentando transformar, ou os processos pelos quais ela poderia ser transformada. O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade. (2001, p 17-18)

O Dom Quixote não é ingênuo, pode estar louco ou desvairado, mas não ingênuo. Pois utopia, como afirmava Eduardo Galeano, é a forma ou a força de avançar seu tempo, transformando a realidade. Muitas conquistas em matéria de direitos humanos no passado chamadas de utopias se materializaram em realidade. As utopias são forças de mudança, de indignação, de transformação. Nos delírios de Dom Quixote há incrível força de transformação. Tudo é criação imaginativa, o permitido ou o proibido, os direitos históricos, são processos de criação. Dom Quixote enxergava outra realidade, a partir da ideia que tudo são ações imaginativas humanas.

O direito a escravidão ou o negacionismo pandêmico, ou o acesso feminino as esferas do poder e o combate à miséria, são opções primeiras da imaginação humana, assim, utopia não é um sonho ou loucura, mas um processo histórico de mudanças estruturais e de conceitos civilizatórios.

Ser utópico é pressionar a história a mudanças, não um devaneio sem consequências, mas como dizia Ernest Block, o princípio da esperança é força matriz de construção da realidade. Vieira (2000, p. 01):

A utopia faz parte da estrutura histórica do homem: é esta a mensagem da obra O Princípio Esperança do filósofo marxista alemão Ernst Bloch (1885-1977), cujos 3 volumes acabam de ser traduzidos para o português. Bloch busca demonstrar que o espírito utópico, embora pareça estar divorciado da realidade presente, vislumbra que o “aqui e agora” é preocupante; isto é, a utopia deixa margem a uma real crítica do

presente. Ernst Bloch é um pensador da utopia, como diz LaënnecHurbon em seu ensaio sobre Bloch, sendo considerado como um dos críticos mais corrosivo da cultura ocidental-cristã. Nesse sentido, por ser um pensamento essencialmente crítico, a obra de Bloch permite estabelecer um real diálogo com a Filosofia latinoamericana sob a ótica ligada à problemática do homem situado; isto é, às questões político-econômico-tecnológicas. Assim, parece ser possível ler a obra de Bloch a partir de uma ética material de vida, tal como é desenvolvida por Enrique Dussel em sua *Ética e libertação*, “ética crítica a partir das vítimas (pois) são as vítimas, quando irrompem na história, que criam o novo”

Também aponta Oliveira:

A história da utopia representa o quantum qualitativo de todos os sonhos humanos para humanizar a vida. Essa é a herança verdadeira que todas as épocas legaram à história da humanidade. Conforme Bloch, “é possível sonhar um novo amanhã, pois há uma consciência antecipada do futuro que está em aberto na matéria, que ainda-nãofoi concretizado, mas que é possível de ser.” (2017,p. 19)

A utopia é transformadora. E Dom Quixote é o marco fundamental da realização dos sonhos e luta concreta por outros mundos. O que se vê é dúvida, pois o que existe é o que se luta e se transforma.

E Dom Quixote é um andante, como todos. E principalmente os refugiados. Atualmente a Síria assombra em termos de crime contra a humanidade. Mas somos andantes na Terra, vida previsível de morte. Outro aspecto simbólico de Dom Quixote.

ACNUR, ou Agência da ONU para refugiados, trata desse drama planetário e atual:

ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, foi criado em dezembro de 1950 por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Iniciou suas atividades em janeiro de 1951, com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados. (ACNUR, 2018, p. 04.)

Ainda:

A Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados e seu Protocolo de 1967 são os fundamentos da proteção das pessoas refugiadas e estabelecem os princípios legais sobre os quais se baseiam inúmeras legislações e práticas internacionais, regionais e nacionais. Atualmente, quase 150 países são signatários da Convenção de 1951 e/ou do Protocolo de 1967. (ACNUR, 2018,p.06).

Os refugiados são andantes por excelência, e enfrentam todos os fantasmas de uma aventura cheia de dor e crueldade. Seja por desertificação, fome, epidemias, guerras civis.

No Pacto de New York declara:

No ato da histórica Declaração de Nova York para Refugiados e Migrantes de 2016, os então 193 Estados-membros das Nações Unidas concordaram em prover proteção às pessoas forçadas a abandonar seus países de origem e apoiar os demais países que os abrigam, compartilhando as responsabilidades internacionais que devem ser financiadas de forma mais equitativa e previsível. A

declaração concedeu ao ACNUR a atribuição para desenvolver um “Pacto Global sobre Refugiados”, atuando em consulta com os governos e outras partes interessadas. Este pacto é uma oportunidade única para fortalecer a resposta internacional aos grandes movimentos de refugiados, tanto as situações mais recentes quanto as mais prolongadas, e tem os seguintes objetivos principais: 1) aliviar as pressões sobre os países que recebem e acolhem refugiados; 2) construir autossuficiência e autonomia entre as pessoas em situação de refúgio; 3) expandir o acesso ao reassentamento em países terceiros e prover outros caminhos legais para a proteção e soluções duradouras; e 4) fomentar condições que permitam aos refugiados voltarem voluntariamente para seus países de origem de forma digna e segura. (ACNUR, 2018, p.14)

Dom Quixote foi uma andante, um refugiado, a lutar pela sobrevivência das utopias de um novo mundo, não o que enxergava, mas o que queria transformar.

Sem pestanejar, com toda segurança, Dom Quixote é o maior clássico da literatura, um andante, louco, insatisfeito, indagador, sonhador, utópico, marco do idealismo, da esperança de sobrevivência das causas justas, força matriz da transformação do mundo de miséria e covardia para um planeta de dignidade, elegância em sua estética de cavaleiro, irônico e debochado daquilo que se chama “realidade”. Cervantes em sua obra se torna imortal, pois nunca haverá satisfação na dor e na injustiça, e a chama de combatente a história irá sempre herdar da beleza criativa de Dom Quixote de La Mancha.

Considerações finais

A narrativa do livro “Dom Quixote”, rica e imortal, permite a reflexão sobre várias questões importantes para a compreensão das relações internacionais contemporâneas. Em vista disso, menciona-se o fortalecimento dos Estados nacionais no período moderno, assumindo as funções assistencialistas que eram exercidas pela igreja, dessa forma “os loucos” receberam uma conotação genérica, pois o termo se estendeu, também, para as pessoas que questionavam o poder estatal, sendo isoladas do convívio em sociedade. Ao fazerem isso, evidencia-se que a burocracia estatal deve ser compreendida também como projetos políticos em disputa.

É destacável a atuação de Dom Quixote em suas missões de cavaleiro andante, identificado com a corrente idealista, como um marco da esperança e defensor das causas justas e da transformação de mundos, movido pelo sentimento de humanismo e por utopias. Nas relações internacionais, o idealismo enfatiza todas tentativas de cooperação internacional, amparadas em tratados e na legalidade e solidariedade entre os povos.

Na contemporaneidade, os refugiados são dons quixotes por excelência, pois enfrentam todos os fantasmas de uma travessia cheia de dor e sofrimentos, acentuadas instabilidades internas de seus respectivos Estados nacionais e por políticas anti-imigrantes levadas a efeito por atores estatais no sistema internacional. Apesar disso, os refugiados são andantes destemidos e humanistas, lutam pela sobrevivência, enfrentando a morte, e pelas utopias de um novo mundo, com a disposição de transformá-lo. Possuem a beleza criativa de Dom Quixote.

Bibliografias

ACNUR. **Protegendo Refugiados no Brasil e no Mundo.**

Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Protegendo-Refugiados-no-Brasil-e-no-Mundo_ACNUR-2018.pdf. Acesso: 07/05/2021.

ANDERSON, Perry. **O Estado absolutista no Ocidente.** In: Linhagens do Estado Absolutista. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1974]. p.15-41.

CARR, Edward. **Vinte anos de Crise: 1919-1982.** Uma introdução as Relações Internacionais. Brasília. UNB: 2001.

CAVAGGIO, Jean; Cervantes. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2005 p. 1-384.

CERVANTES, Miguel de; **Dom Quixote.** 1.ed. São Paulo: Penguin, 2012. P. 1-1328.

DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. p. 24.

FILHO, Napoleão Casado; **Direitos Humanos Fundamentais.** 1. Ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2012.p. 1-128.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: O Nascimento do Ocidente. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou a Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** São Paulo: Ícone, 2000, Cap. XIII, XVII, XVIII e XXVI.

OLIVEIRA, Claudia Rafaela, o Humanismo. Jus, Piauí, Janeiro [S.I] de 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/64480/o-humanismo>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Hudson Mandotti de. A força utópica do messianismo político de Ernst Bloch. **Revista. UFMG**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1 e 2, p. 16-39, jan./dez. 2017.

TRAPIELLO, Andrés. *As Vidas de Miguel de Cervantes*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2005.

THE HISTORY CHANNEL IBERIA. **Perfiles: Miguel de Cervantes**. Disponível em: <https://canalhistoria.es/perfiles/miguel-de-cervantes/#:~:text=Miguel%20de%20Cervantes%20Saavedra%20naci%C3%B3,Historia%20despu%C3%A9s%20de%20la%20Biblia>. Acesso em: 23 abr. 2021.

VIEIRA, Antonio Rufino. **Princípio Esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernst Bloch**. São Paulo: UNICAMP, 2000.

VIEIRA, P. P. Reflexões sobre A História da Loucura de Michel Foucault. **Revista Aulas**, v. 1, n. 3, 20 mar. 2015.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os Clássicos da Política*. Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. Série Fundamentos 62. São Paulo: Ática, 1989.

CAPÍTULO 6

Robinson Crusóé: reflexos do colonialismo e do Velho Mundo

Antonio Guimaraes Brito¹⁰

Ana Lívía Ayres Cardoso¹¹

Ríllari Ferreira Castro e Silva¹²

Introdução

Buscamos neste capítulo fazer uma análise da obra Robinson Crusóé, escrita por Daniel Defoe sob as teorias decoloniais/pós-coloniais das relações internacionais. Entendendo que não há apenas uma história única sobre o mundo a ser contada (ADICHIE, 2019), nosso intuito e objetivo é questionar a forma como a colonização é tratada, além de entender como a mesma se relaciona com Robin Crusóé. Procuramos também fazer uma breve análise do contexto histórico da época, desde o nosso personagem e a ilha, as histórias de navegação e as teorias decoloniais/pós-coloniais.

Na primeira seção há uma pequena biografia de Daniel Defoe, posteriormente um resumo sobre a obra, depois análise

¹⁰ Doutor em Direito. Professor Associado II, Universidade Federal do Rio Grande. Curso de Relações Internacionais. Coordenador do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais Email: tombrito@yahoo.com.

¹¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: analiviaayrescardoso@gmail.com

¹² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: rillariferreira2@gmail.com

das teorias decoloniais/pós-coloniais. Utilizamos o método de pesquisa bibliográfica, trabalhando com Enrique Dussel (2010), Ramón Grosfoguel (2016), Aníbal Quijano (2010) e Aimé Césaire (2010).

1. Daniel Defoe: vida e carreira

Daniel Defoe nasceu em Londres, capital da Inglaterra, em 1660, foi batizado como Daniel Foe, e aproximadamente em 1695 mudou seu nome. Tinha um núcleo familiar estável de classe média e seu pai era um mercador de velas. Deu início aos seus estudos na Morton's Academy for Dissenters, contudo não chegou a completá-los, decidindo se aplicar como comerciante de meias. Daniel teve grande engajamento político, sendo soldado durante a rebelião de Monmouth em 1685, e nos anos seguintes, para se afastar dos conflitos, se dedicou aos serviços como mercador e se aproximou da família e de um grupo cujo interesse era a literatura. Teve grande importância no cenário comercial da época, se tornando um grande negociante, mas devido ao naufrágio que transportava suas mercadorias, faliu e foi depois acabou preso em 1692.

Após ser solto, voltou a se engajar politicamente, se tornando agente secreto do rei Guilherme III, papel que exerceu com grande gosto, entre 1703 e 1714, e ainda nessa época, Defoe criou o jornal *Review*, que se posicionava a favor do governo. Após esses acontecimentos, a vida de Daniel alternou em escritos infames sobre a Igreja, como *The Shortest Way with the Dissenters* (ironia e críticas direcionadas ao extremismo da “Igreja Alta”), e prisões constantes. Após isso, já com mais idade, Defoe dedica-se à escrita de ficção, publicando livros como *Robinson Crusoe*, *Moll Flanders*, *A Journal of the Plague Year* e *Roxana*.

Defoe foi considerado grande nome na difusão dos romances na Inglaterra, sendo muitas das vezes considerado o primeiro escritor de romances da história inglesa por publicar

livros do tipo romance-folhetim. O autor se mostrou muito versátil ao escrever sobre os mais variados e diversos assuntos, como política, crime, religião, psicologia, entre muitos outros, contabilizando algo próximo de 500 livros escritos, de forma que sua fama e reconhecimento vieram antes mesmo da publicação do clássico *Robinson Crusoé*, em 1719.

Robinson Crusoé, cujo título completo é “A vida e as estranhas e surpreendentes aventuras de *Robinson Crusoé* de York, marujo: que viveu vinte e oito anos sozinho numa ilha deserta na costa da América, perto da embocadura do grande Rio Orinoco; tendo sido lançado à costa por um naufrágio, no qual morreram todos os homens, menos ele. Com um relato de como foi, afinal, estranhamente salvo por piratas.”, foi publicado quando Daniel Defoe tinha 59 anos, e escreveu com objetivo de vender para o novo público que consumia livros impressos e histórias de navegação.

2. *Robinson Crusoé*: aventuras e desventuras

O livro, *Robinson Crusoé*, publicado pela primeira vez em 1719 nos relata o percurso até o naufrágio e isolamento de *Robinson Crusoé*, em forma de autobiografia. *Robinson Crusoé*, protagonista e personagem que também dá nome ao livro, nasceu em 1632 na

Inglaterra, e vinha de uma família não abastada, mas era preparado para seguir carreira no Direito desde cedo. Contrariamente ao desejo dos pais, que planejavam um futuro seguro e confortável para o filho, *Crusoé* sonhava em se arriscar pelos mares e desbravar os mais longínquos territórios e oceanos. Esse anseio levou nosso protagonista a se arriscar e embarcar em um navio que partia para Londres, sem consentimento ou apoio dos familiares, sem qualquer aviso e sem experiência alguma com viagens marítimas.

Durante a primeira aventura, Crusoé enfrentou uma série de dificuldades e verdadeiras desventuras que o fizeram questionar se havia feito a escolha certa de deixar a família e vida “segura” já planejada. A partir deste ponto, o protagonista passa a evocar a “Providência Divina” a cada momento em que surgiam pensamentos de incertezas, temor, receio e ideias sobre voltar para a família. Com isso, Crusoé lidava com sentimentosagridoces entre a vontade de voltar para casa por conta das atribulações sofridas em alto mar e a vergonha de voltar e receber julgamentos de todos por não ter sido corajoso o suficiente para o alto mar. A vergonha em voltar para sua terra natal foi mais forte, fazendo Robinson continuar velejando para terras cada vez mais afastadas. Durante as várias viagens, praticamente todas acompanhadas por infortúnios e obstáculos, Robinson conseguiu juntar uma pequena quantia de dinheiro para se manter, que não durou muito tempo, pois foi saqueado e feito de escravo por viajantes turcos do Marrocos.

Como escravo, relembrou das palavras dos familiares sobre as desgraças com as quais infelizmente os aventureiros sofriam. Após dois anos vivendo sob as ordens de um senhor, Crusoé arquitetou a fuga juntamente com outros escravos, conseguindo fugir. Um dos escravos, de nome Xuri, se tornou demasiadamente próximo de Crusoé. Durante a fuga de ambos, Crusoé se guiou por meio dos conhecimentos adquiridos anteriormente, de forma que reconhecia os territórios por onde passou. Após dias em alto mar chegou em terra firme e se deparou com povos originários locais, onde conseguiu mantimentos para mais alguns dias viajando, até encontrar um navio provavelmente vindo da Europa. Para garantir lugar no navio, Robinson se vê obrigado a vender o escravo Xuri, com o objetivo de chegar a terras brasileiras.

No Brasil, com suas poucas economias, têm acesso a terras e consegue comprá-las, se tornando um fazendeiro rico e possuidor de muitas áreas. Crusoé decide com outros fazendeiros ir até a

África, na região da Guiné, como capitão da navegação, em busca de escravos para traficar, como forma de conseguir mais dinheiro e dividir os lucros entre os fazendeiros. Durante o caminho ocorre uma violenta tempestade, com altas ondas, que faz com que Crusoé naufrague, e descobre depois de ser o único sobrevivente de todo o navio, evocando mais uma vez a ideia de “Providência Divina”, por considerar ter sido escolhido para ser o único sobrevivente. Para se salvar nada até uma ilha, a qual descobre também mais tarde ser deserta.

Sua chegada à ilha é datada em 30 de setembro de 1658, marcada por muito terror e desespero e a descoberta de que toda a tripulação, com exceção dele, havia morrido no naufrágio. Por causa disso, chama o local de “Ilha do Desespero”. Robinson nada até o navio em busca de alguns mantimentos e ferramentas, os quais foram essenciais para sua sobrevivência na ilha. Para se proteger inicia a construção de uma casa no alto da árvore, além de dar início a plantações de alimentos para sua nutrição, como o trigo. Também se preparou para caçar cabras que encontrou na ilha. Com o tempo sente necessidade de uma casa mais protegida, então constrói uma nova moradia, e em seguida começa a pensar como se lançar novamente ao alto mar e sair daquela ilha. A primeira ideia foi construir canoas, mas nenhuma que construiu lhe deu segurança.

Depois de um ano, Crusoé decide documentar seus dias por meio de diário e nanquim resgatados do naufrágio, como também contar os dias de solidão. No diário, são descritas as dificuldades que enfrentou por ser um “homem da cidade” em meio a ilha totalmente desabitada, e descrever métodos que utilizou para construir seu pequeno inventário de objetos úteis à sobrevivência. Importante destacar que todas as construções empreendidas por Robinson levaram muito tempo para ficarem completamente prontas. Isso ocorre por dois motivos principais: a falta de ferramentas adequadas e força de trabalho, visto que se

encontrava sozinho na ilha. Com o início do plantio, Crusóé também passou a documentar o tempo para que pudesse entender qual o melhor estágio de plantio, coleta e preparo da terra.

Após alguns anos se estruturando, Crusóé resolve proporcionar a si algumas “regalias”, como uma segunda casa, vinho, aumento da criação de cabras e de território. Talvez porque já estava sem expectativa de sair da ilha. Contudo, após mais de 10 anos isolado, Crusóé nota algumas movimentações estranhas, e se pergunta se realmente esteve sozinho por tanto tempo, percebendo que deveria ficar alerta. Passou a andar armado todo tempo. Descobre que povos originários chegavam e saíam da ilha com certa freqüência, para a realização de ritos canibais, o que deixa nosso protagonista totalmente apavorado. Então volta a evocar a “Providência Divina” indagando o que deveria fazer com os povos originários, se deveria ou não matá-los.

Crusóé decide não matá-los, mas observá-los de longe, ver por quanto tempo e em qual local permaneciam na ilha. Descobre que os povos originários não habitavam a ilha, apenas realizava seus ritos e iam embora. Com essas constatações, Robinson passou a ter muito mais prudência ao sair, mas num ímpeto de preocupação e solidariedade decide salvar um dos prisioneiros que seria comido durante o rito canibal. Conseguiu salva-lo, e lhe deu o nome de Sexta-Feira. Tornou-se seu “parceiro de ilha”. Robinson ensinou tudo o que sabia para Sexta-Feira, desde a construção à língua inglesa e religião, tornando o nativo um verdadeiro “homem”.

Depois de muitos anos, surge um grande navio europeu nas redondezas da ilha. No navio houve um motim, mas Robinson faz algumas trocas e consegue se tornar o capitão do navio e com Sexta-Feira, após vinte e sete anos, consegue sair da ilha e retorna à sua terra natal, a Inglaterra.

Na Europa, Robinson Crusoe começa a resolver todas as questões que ficaram pendentes, como seus débitos e créditos financeiros, descobrindo que suas fazendas no Brasil tinham lhe rendido uma quantidade de dinheiro considerável.

Robinson já velho leva uma vida tranquila, até que é convidado por seu sobrinho a participar de outra navegação, e por ser um aventureiro nato, aceita o convite.

3. Uma Análise Decolonial

O romance é ambientado no contexto das Grandes Navegações e “descoberta” da América. As crônicas de aventuras no mar.

A história é inspirada nas narrativas de navegação da época, especialmente a história de Alexander Selkirk, um marinheiro que em uma expedição com um barco em más condições acaba se tornando o único náufrago, ficando sozinho em uma ilha deserta.

Como afirmado por Dussel (2010), a Europa se consolidou como centro e início de todo mundo, ignorando tudo que era produzido em outras partes, desconsiderando completamente conhecimentos que não eram registrados através da escrita, mas por meio da oralidade. Essa lógica, para Aníbal Quijano (2010) fez com que o eurocentrismo não seja apenas uma perspectiva dos setores dominantes mundiais, mas também de todos os territórios colonizados que terminaram reproduzindo esses padrões. A narrativa de Robinson Crusoe se baseia totalmente na lógica de poder eurocêntrico.

Sob a ótica decolonial/ pós-colonial, pensa-se sobre a construção de narrativas plurais a partir da visão dos colonizados. Assim, há que se destacar a relação de Robinson com Xuri e Sexta-Feira. Com Xuri, Crusoe chega a vendê-lo como escravo. Demonstra nitidamente a relação construída de superioridade do

homem branco europeu em relação aos outros povos. Robinson é o modelo “perfeito” de colonizador.

Essa relação colonizador-colonizado, é bem mais nítida entre Sexta-Feira e Crusoé, que faz com o nativo um verdadeiro projeto de colonização. Sexta-Feira representa o Novo Mundo e Robinson o Velho Mundo, que se impõe e domina por meio da força. Isso ocorre devido ao pensamento perpetuado na época e, conseqüentemente, de Crusoé, onde “os Estados europeus ditos “avançados” detinham uma responsabilidade moral de “civilizar” sociedades que foram colonizadas” (SILVA, BODENMÜLLER, 2018, p. 63). Ao longo do romance, Sexta-Feira é tratado direta e indiretamente como serviçal para Robinson, sendo “educado” por Crusoé. A “aprendizagem” da língua inglesa, “aulas de etiqueta”, e todo conhecimento do homem branco europeu. Como também torná-lo cristão.

Os genocídios-epistemicídios foram/são um processo aplicado pois países europeus aos países colonizados em que aqueles definem o que é certo, válido e o melhor para estes, de forma que apaga a existência de outros conhecimentos e vozes, e a existência material de fato dos seres subalternos, sob o projeto de cunho imperialista, colonialista e patriarcal. O genocídio-epistemicídio e, conseqüente cristianização, aplicado aos povos nativos na conquista da América foi inspirado no mesmo processo anteriormente aplicado aos muçulmanos da região de Al-Andalus. De acordo com Grosfoguel:

Se os métodos de conquista militares e evangelizadores empregados em Al-Andalus para que se alcançasse o genocídio e o epistemicídio foram transplantados para a conquista dos povos indígenas das Américas, podemos afirmar que este domínio também criou um novo imaginário e uma nova hierarquia racial, capaz de transformar a conquista dos mouriscos e dos marranos na

Península Ibérica, no século XVI”
(GROSGUÉL, 2016, p. 35).

No imaginário colonizador, duvidavam se os povos nativos tinham alma, ou seja, o racismo religioso. Sob o discurso racista, povos europeus “decidiram” que povos nativos precisavam ser cristianizados para que deixassem de ser selvagens e pudessem se tornar civilizados. Robynson faz isso com Sexta-Feira, para transformá-lo em “verdadeiro homem”. Crusoé ensina a importância da Bíblia, do Deus cristão, a ler a Bíblia para conhecer a “verdadeira” história.

Mas, o processo de genocídio-epistemicídio está para além da cristianização, quando Robynson convence Sexta-Feira que o canibalismo não é bem visto “aos olhos de Deus” e faz o nativo ter uma mudança completa na alimentação. Além disso, os comportamentos de Sexta-Feira que passa a vestir roupas, manusear armas, e tem completa devoção à Robynson por tê-lo “salvado” do caminho “ruim”. Assim, Sexta-Feira vai perdendo sua cultura e identidade, matando a essência do nativo, tornando Sexta-Feira, em fiel “ajudante” de acordo com as crenças cristãs e ocidentais. Ou seja, etnocídio, ou genocídio cultural.

Ainda sobre Robynson Crusoé e Sexta-Feira, a relação colonizador-colonizado, abrange o mito acerca das dinâmicas coloniais (MCINELLY, 2003), tidas como relações recíprocas em que o colonizador busca o bem-estar e uma melhora do colonizado. Tal compreensão se torna incompleta quando se começa a pensar como a colonização foi e ainda é responsável, por meio deste discurso, eurocêntrico e ocidental. Uma lógica de superioridade, exterminando a cultura dos povos originários:

Entre colonizador e colonizado só há lugar
para o trabalho forçado, para a intimidação,
para a pressão, para a polícia, para o tributo,
para o roubo, para a violação, para a cultura
imposta, para o desprezo, para a

desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas. Nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizador em vigilante, em suboficial em feitor, em anteparo, e ao homem nativo em instrumento de produção (CÉSAIRE, 2010, p. 27).

Também cabe aqui destacar a facilidade com que Robinson, ao chegar ao Brasil, consegue se tornar um latifundiário, mesmo com poucas economias. Esse ponto pode ser explicado pelo sistema colonial-europeu-capitalista em ascensão, sistema esse que supervaloriza a figura do homem branco, ou seja, o coloca no topo de uma hierarquia social, conferindo-lhe privilégios.

4. O Debate de Valladolid

O ápice da discussão da condição humana indígena aconteceu com o conhecido debate de Valladolid, entre Sepúlveda e Las Casas, no âmbito do Conselho das Índias em 1550. A grande discussão sobre a natureza jurídica dos índios travou-se por três anos, de 1547 a 1550, e movimentou grandes juristas da época. Segundo Poumaréde (2004, p. 116), pode-se afirmar que a discussão acerca da legitimidade da conquista tornou-se um “[...] debate apaixonado na Espanha do século XVI. Os protagonistas foram os clérigos, teólogos nutridos principalmente pela doutrina tomista, e os dominicanos ocuparam um lugar central nesse debate”. O debate assume, em sua essência, a discussão entre os que defendem e os que são contrários à desigualdade entre indígenas e espanhóis (TORODOV, 2003). O principal fundamento em debate era a questão das “causas justas”, ou seja, a legitimidade da Espanha católica em ocupar as terras recém-conquistadas e, por desdobramento natural, dominar os povos

nativos que lá viviam, tão diferentes cultural e fisicamente do perfil europeu colonizador. O próprio poder real estimulou esses debates, procurando por intermédio dos teólogos e juristas uma legitimação satisfatória (POUMARÉDE, 2004). É nesse contexto que as Juntas de Burgos (1510) e a de Valladolid (1550) foram permitidas e incentivadas pelo poder real. Significa que, seja pela força das armas seja pela Bíblia, os indígenas estavam condenados a serem incorporados ao modelo colonizador, pois, para o europeu, a visão da barbárie estava projetada na imagem do índio. Tanto pela ética da violência física quanto da violência espiritual, era necessário retirar o indígena da barbárie, incorporando-o à civilização, ou destruindo-o em sua selvageria.

O debate de Valladolid tem como ponto central, e isso é apontado até por Domingo Soto, membro da Junta, a questão da guerra da conquista. Mas há por detrás da discussão da legitimidade ou das causas justas o debate da barbárie e da humanidade indígena. A legitimidade dos colonizadores e dos missionários sustenta-se durante os séculos XVI, XVII e XVIII exatamente no discurso da barbárie e do atraso humano dos povos indígenas, mesmo tendo sobrevivido à tese minoritária e romântica do “bom selvagem”, que chegou mesmo a conquistar parte do movimento da ilustração. Como visto, o pior já foi dito sobre a natureza indígena, nos textos dos cronistas, culpando os indígenas de todos os sortilégios e baixezas de espírito. Como aponta Ramos (1994, p. 45, grifo nosso), “[...] en la que el mundo, de acuerdo com las viejas ideas, estaba dividido entre los hombres derivados de las culturas clásicas y los bárbaros.” Com exceção de Las Casas e Juan de Quevedo, contrários à guerra justa, Palacios Rubios, Licenciado Gregorio, Alonso de Loaysa, Barrios, Martin de Valência, Soto, Jimenez, Reginaldo de Morales, Miguel de Salamanca, Enciso, Berbarado de Mesa, Matias de Paz defendem de alguma forma a legitimidade dos colonizadores.

Ao lado de Las Casas, inclui-se também Montesinos e Vitória. Destaca-se a obra de Matias de Paz, cujo título é expressivo: “De dominium regium Hispanioe super índios”, isto é, da soberania do rei de Espanha sobre os índios (POUMARÉDE, 2004). Todavia, pode-se crer que o início do debate de Valladolid seja na Bula Inter Coeterade 1492, na qual o Papa Alexandre VI divide o mundo descoberto entre as potências colonizadoras, Espanha e Portugal, com a missão de propagarem e exultarem a fé católica aos povos bárbaros. Com isso, claro, a concessão territorial (POUMARÉDE, 2004).

A Espanha, por sua vez, já havia, com base no tomismo, promovido uma “guerra justa” contra os mouros e judeus no processo da Reconquista. Era preciso ver se, no caso dos indígenas, o raciocínio teológico e jurídico também se adequava aos interesses da coroa e dos colonizadores. Como evidencia Poumaréde (2004), a equação mais simples seria comparar os indígenas aos infiéis. Constata-se que, de certa forma, essa comparação atendia a ideia da barbárie, pois, como mencionado, o herege medieval tratava-se do pagão bárbaro convertido à cristandade latina, e os povos indígenas do “Novo Mundo” da mesma forma não eram cristãos católicos. Além disso, os índios ainda afastavam-se muito mais da imagem do europeu branco católico, tanto pela sua diversidade linguística como pela nudez, crenças pagãs e demais relações sociais típicas das sociedades ameríndias. Inclusive, a tese de que os indígenas eram semijudeus, por mais estranha que pareça, foi cogitada para justificar o combate à infidelidade religiosa indígena (POUMARÉDE, 2004).

Todo discurso de Sepúlveda, doutor em arte e teologia pelo Colégio de São Clemente de Bolonha, fundamentava-se na ideia escravagista de Aristóteles, justificando a dominação dos indígenas pelos espanhóis (POUMARÉDE, 2004). A base de argumentos de Sepúlveda repousava em duas técnicas, como

afirmam Martínez e Santamaria-Bens (2004, p. 564, grifo nosso): “1) altera algunos elementos Del discurso aristotélico y 2) recurre a cronistas que tenían una percepción negativa Del indio. Utiliza este término con el propósito de justificar La guerra contra los indios.”

A dominação dos povos indígenas e sua conversão eram plenamente justificadas por Sepúlveda entre as causas justas da guerra. Apesar da ilustre defesa de Las Casas, Sepúlveda (1987, p. 117, grifo nosso), citando a antropofagia, o aborto, a idolatria, os crimes sexuais, questiona indignado: “Como han podido, pues, otros teólogos de gran nombre negar a los príncipes cristianos la facultad de someter a su dominio a los paganos que habitan aquellas regiones donde nunca há llegado a penetrar el império de los romanos ni el nombre cristo?”

Como afirma Poumaréde (2004, p. 118), “[...] transformar os índios em seres desprezíveis e perversos a fim de explorá-los sem nenhuma preocupação de reprovação nem nesse mundo nem no outro: esse foi o objetivo do cânone de Cordoue, Ginés de Sepúlveda”

Considerações Finais

Daniel Defoe fez em *Robinson Crusóe* o modelo perfeito do homem europeu do século XVII com visão colonizadora, o senso da Europa como centro do mundo. Além disso, é importante destacar a relação de *Robinson Crusóe* com os povos nativos. Ocorre a coisificação dos povos originários, e a superioridade de *Crusóe*.

O processo de coisificação desumaniza os povos nativos e apaga sua existência, os transformando, literalmente, em “coisas” sem valor algum. O que é reforçado pelo processo de conversão de Sexta-Feira ao cristianismo, negando as crenças de seu povo e colocando-as inferior e condenada pela religião cristã. A troca de nome de Sexta-Feira, ignorando sua cultura e passado.

Como no livro Robinson Crusóé, os processos de colonização, apaga a identidade de Sexta-Feira, legitimado pela religião e pela visão eurocêntrica de que estava fazendo apenas o bem e tornando o “selvagem” em civilizado. As teorias fora do *mainstream* das relações internacionais, como as decoloniais e pós-coloniais ajudam a explicar e entender a história dos povos subalternizados da periferia do planeta.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2010. DEFOE, Daniel. **Robinson Crusóé**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020.

_____. **Robinson Crusóé**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras: 2011.

DUSSEL, Enrique. Meditações Anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: **Epistemologias do Sul**. 1. ed. [s.l.] Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 2010.

GROSGOUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 25–49, abr. 2016.

MAIA, Jordy Dantas; DA SILVA, Jorge Cleibson França; DA COSTA, Andréa Moraes. **Uma análise Pós-Colonial na obra Robinson Crusóé**. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 10, p. 78245-78255, 2020.

MCINELLY, Brett C. Expanding Empires, Expanding Selves: Colonialism, The Novel, and "Robinson Crusoe". In: **Studies in the Novel** - Vol. 35. 2003, p. 1-21.

POUMADÉRE, Jacques. **Direito das minorias e dos povos**

autóctones. Tradução: Ane Lize Spaltemberg. Brasília: Ed. UNB, 2004.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: **Epistemologias do Sul.** 1. ed. [s.l.] Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, 2010.

RAMOS PEREZ, Demetrio et al. **La ética en la conquista de América: Francisco de Vitoria y La Escuela de Salamanca.** Madrid: Consejo superior de investigaciones científicas, 1984.

SEPÚLVEDA, Juan Ginés de. **Tratado sobre las justas causas de la guerra contra los índios.** México: Fondo de Cultura Economica, 1987.

SILVA, K. DE S.; BODENMÜLLER, G. H. S. Eurocentrismo, hierarquias e colonialidade nas Relações Internacionais: “A paz que eu não quero conservar”. In: **Reflexões Sobre a Paz** - Vol. II. São Paulo: UNESP, 2018. v. 2p. 55–75.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América.** A questão do Outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CAPÍTULO 7

“Mundo do fim do mundo” de Luis Sepúlveda à luz de Moby Dick: o sistema jurídico de proteção às baleias e o imperialismo no século XIX

Antonio Guimarães Brito¹³

Josieli Santini¹⁴

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a obra Mundo do fim do mundo, do escritor chileno Luis Sepúlveda à luz do romance de Herman Melville, Moby Dick. Pretendeu-se, de um modo geral, apresentar uma nova abordagem de interpretação da literatura, tendo por fundamento a compreensão do imperialismo entre os séculos XVIII e XIX e seu reflexo na realidade ambiental.

O livro “Mundo do fim do mundo”, escrito pelo chileno Luis Sepúlveda, traça um panorama da caça aos cetáceos, principalmente no século XX. O leitor desbrava a Patagônia chilena, as terras austrais e as águas do oceano antártico. Ismael, protagonista da história, embarca em uma aventura a bordo de um navio baleeiro enquanto jovem. Já adulto, torna-se jornalista atuante na Alemanha e desvenda um crime ambiental cometido por navios-fábrica japoneses.

¹³ Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor Associado II do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail tombrito@yahoo.com

¹⁴ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande e pesquisadora voluntária do grupo de ensino Literatura e Relações Internacionais – FURG. E-mail: josi_santini@hotmail.com

Cabe ressaltar que o protagonista da narrativa foi construído à imagem de Sepúlveda, uma vez que ele, assim como Ismael, aventurou-se rumo ao extremo sul do globo. Além disso, a história assemelha-se àquela que inspirou *Moby Dick*, de Herman Melville. O cenário em *Moby Dick* reflete à história do Capitão George Pollard, que em 1823, teve seu navio, o “Essex”, atingido por uma baleia cachalote branca antes de naufragar.

O presente artigo, portanto, é dividido em 4 seções. Primeiramente, apresentaremos um resumo da obra. Na segunda seção, a biografia de Luis Sepúlveda, que perdeu a vida em 2020, no que veio a ser a primeira infecção por COVID-19 na Astúria, Espanha. Na terceira seção, um panorama da Comissão Internacional Baleeira (CIB) como marco internacional de proteção às baleias. Por fim, uma reflexão em relação à importância da baleia no processo de imperialismo no século XVIII- XIX.

1. Resumo da obra

O livro, publicado pela primeira vez em 1989, conta a história de Ismael, jovem chileno apaixonado por aventuras que, já adulto, torna-se jornalista atuante na Alemanha. A narrativa se aproxima do caráter investigativo quando ele recebe uma ligação do Chile referente a uma denúncia sobre um crime ambiental que o faz retornar 24 anos depois ao “mundo do fim do mundo”. Enquanto aguarda no aeroporto de Hamburgo pelo voo que tem como destino a capital chilena, Ismael revive lembranças de sua adolescência, época em que não pôde resistir ao chamado do sul (SEPÚLVEDA, 1997, p. 14) e embarcou em um navio baleeiro rumo ao mar austral.

Na primeira parte do livro, temos o início da aventura com *Moby Dick*, de Herman Melville. O livro foi presente de Tio Pepe, espírito revolucionário da família e inspiração para Ismael,

mesmo visto como má influência para o garoto. Esse e outros livros que o tio apresentou trouxeram à tona as pequenas frotas de navios baleeiros que ancoravam nos mares pré-antárticos e impulsionaram o acontecimento que viria. Aos 16 anos, a personagem, com ajuda e financiamento do tio, embarca rumo aos confins do extremo sul do globo, para explorar, a bordo do “Evangelista”, uma das regiões mais ricas e desconhecidas do planeta.

O autor, que é chileno, apresenta detalhes sobre a Patagônia e envolve o leitor em paisagens hipnotizantes conforme Ismael desbrava as ferrovias, as rodovias e os mares da região. Os primeiros quilômetros da aventura são feitos de trem até Puerto Montt, até que:

Ali, diante do mar, acabam bruscamente as linhas da ferrovia. Depois o país se divide em mil ilhas, ilhotas, canais, entradas de mar, até as proximidades do Polo Sul, e na parte continental as cordilheiras, nevadas, florestas impenetráveis, gelos eternos, lagos, fiordes e rios caprichosos impedem a passagem de estradas ou de trilhos (SEPÚLVEDA, 1997, p. 14).

Em Puerto Montt, Ismael embarca como tripulante do *Estrella del Sur*, barco com destino a Punta Arenas e Ushuaia, transportando passageiros e mercadorias. Sob comando do capitão Miroslav Brandovic, o garoto, que é aceito como ajudante de cozinha, tem o primeiro contato com a paisagem do mar austral. Já em Punta Arenas, uma semana depois, após contar a história de Moby Dick ao capitão do Evangelista, o jovem chileno é aceito a bordo do navio baleeiro.

O baleeiro comandado por Don Antonio Garaichochea, conhecido também como Don Basco, e Pancho Armendia adentrava os fiordes pré-antárticos. À altura da Ilha Londonderry, Ismael avista o local onde as baleias, depois de fisgadas e mortas

com arpões, são levadas para o que o autor chamou de carnificina (SEPÚLVEDA, 1997, p. 34). No quarto dia da aventura, conseqüentemente, a primeira presa é feita: um cachalote. A personagem, então, desperta das lembranças da sua juventude quando a funcionária da companhia aérea pede por seu cartão de embarque no aeroporto de Hamburgo.

Na segunda parte do livro, ocorre a volta de Ismael ao Chile, em 20 de junho de 1988, após o recebimento de um fax do Greenpeace acerca de um acidente censurado no Estreito de Magalhães. A personagem, que trabalha em uma agência alternativa de notícias que tem como foco dar publicidade a problemas ecológicos, recebe a notícia de que um baleeiro-fábrica, o *Nishin Maru*, de bandeira japonesa, estava navegando rumo à Antártica quando a caça às baleias já não era mais permitida. O jornalista fala com o “marujo misterioso” que denuncia o fato ao Greenpeace e fica encarregado de desvendar os mistérios por trás desse caso.

Na terceira parte da estória, Ismael conhece Jorge Nilssen, dinamarquês nascido em meados de 1920 que se arriscou e se apaixonou pelos mares austrais. Capitão Nilssen era o informante misterioso, aquele que denunciou o crime ambiental que envolveu o navio de bandeira japonesa. Quando questionado pelo jornalista sobre o ocorrido no Estreito de Magalhães, respondeu: “há certas coisas que não podem ser contadas. A linguagem não basta para falar do mar” (SEPÚLVEDA, 1997, p. 89). Assim, junto com o capitão, Ismael parte mais uma vez em outra aventura, agora com a responsabilidade de desvendar um crime.

Por trás do *Nishin Maru*, entretanto, existe uma farsa. Segundo dados oficiais, o barco com este mesmo nome foi desmontado em empresas especializadas um ano antes do ocorrido, sendo impossível que o baleeiro de bandeira japonesa estivesse operando. É por este motivo que o “novo” *Nishin Maru* desbravava os mares, enquanto documentos mostravam o

contrário. Além disso, a empresa que desmontou o navio e que, portanto, emitiu o laudo certificando sua inexistência, tinha como principal acionista um consórcio japonês que trabalhava com produtos marinhos (SEPÚLVEDA, 1997, p. 68).

Por fim, as personagens seguem o rastro e presenciam o *Nishin Maru*, com “mais de 100 metros de comprimento, vários conveses, parado, mas com as máquinas a toda” (SEPÚLVEDA, 1997, p. 99) nos mares pré-antárticos, à procura de sua presa. O barco-fábrica sugava o mar e destruía qualquer que fosse a espécie que estivesse pelo caminho, abandonando um rastro de sangue dos animais, devolvendo ao mar tudo que não fosse comercializável e seguindo em frente (IBIDEM, p. 100). O destino seria o esconderijo de baleias-piloto, local protegido por leis internacionais e que tornaria-se palco da destruição do *Nishin Maru* pelos próprios animais.

2. O autor

O autor, natural de *Ovalle*, capital da Província de *Limarí*, no Chile, nasceu em 4 de outubro de 1949. Luis Sepúlveda descobriu jovem sua paixão pela literatura, quando, aos 8 anos, ouvia o avô ler a história de Dom Quixote (LUIS SEPÚLVEDA, 2020). Membro do Partido Socialista Chileno e da guarda pessoal do presidente Salvador Allende (1970-1973), precisou buscar exílio após o golpe militar de Pinochet. Passou pela Argentina, Brasil, Paraguai, Bolívia e países da América Central, até chegar à Alemanha. Vivia na Espanha até que em 16 de abril de 2020, aos 70 anos, foi vítima da COVID-19.

Sua trajetória educacional iniciou-se no Chile, onde ingressou na Escola de Teatro da Universidade do Chile. Aos 20 anos teve seu primeiro livro, *Crônicas de Pedro Nadie* (1969), publicado. Em suas andanças pela América do Sul, conheceu e tornou-se amigo de Chico Mendes, defensor da Amazônia, a quem dedicou o livro *O Velho que Lia Romance de Amor* (1989). Já na

Alemanha, licenciou-se em Ciências da Comunicação pela Universidade de Heiderberg. Em sua carreira, publicou mais de 30 títulos, de diversos gêneros, que conquistaram leitores de todo o mundo.

Além de escritor, foi jornalista, diretor de cinema e ativista político e ambiental. Em entrevista à rede de televisão chilena ARTV, em 2016, Sepúlveda conta que teve o ofício mais antigo do mundo: o de contar histórias. Considerava-se um “criador de beleza”, que tinha como maior desafio transformar ideias em palavras e palavras em literatura (SEPÚLVEDA, 2016). Apaixonado pelo mar, visto que nasceu em um país com mais de 5 mil quilômetros de costa, encontrou em *Gijón*, localizada no Principado das Astúrias, costa norte da Espanha, sua Pátria (LUIS SEPÚLVEDA, 2020).

Assim como o protagonista e narrador de *O Mundo do Fim do Mundo*, Sepúlveda, aos 15 anos, foi inspirado pelas palavras do escritor chileno Francisco Coloane (1910-2002) e aventurou-se um ano mais tarde rumo ao sul do Chile. O que o capturava a atenção nos livros de Coloane era a lealdade em favor da realidade, porque ele expunha pessoas do “mundo do fim do mundo”, pessoas que não estariam nos livros de história e, que, portanto, não teriam a visibilidade merecida. Como consequência, temos os relatos autobiográficos com a mistura certa entre ficção e realidade que consagrou Luis Sepúlveda como um dos maiores nomes da literatura latino-americana.

Por esse motivo, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais. Dentre seus livros, *Crônicas de Pedro Nadie*, *Patagônia Express* e *O Velho que Lia Romance de Amor* receberam, respectivamente, o Prêmio Casa das Américas (1970), Prêmio *Ciudad Alcalá de Henares* (1985) e Prêmio *France Culture Etrangère* (1992). Ademais, recebeu outras homenagens de países como Romênia, Portugal, Itália, Espanha, França e de seu país natal.

Seus títulos foram traduzidos em mais de 60 idiomas, inclusive o português e venderam mais de 18 milhões de exemplares.

Sepúlveda, entre todos os prêmios, acumula ainda conquistas ambientais. Como ativista ambiental lutou com o *Greenpeace* e entrou para a história quando participou de uma das maiores ações da organização: o bloqueio do Porto de Yokohama, no Japão, contra a caça às baleias (LUIS SEPÚLVEDA, 2020). Nesse episódio, em 1984, navios baleeiros japoneses foram bloqueados por dois meses pela frota do *Greenpeace*. O resultado foi uma vitória do ativismo ambiental devido à moratória estabelecida pela Comissão Internacional das Baleias (CIB) no mesmo ano, proibindo a caça comercial de baleias.

3. A Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia

A exploração predatória das baleias, no século XIX, era fonte de lucro para diversas nações, uma vez que produtos originários da carne e do óleo do animal eram comercializados. Além disso, o desenvolvimento social e econômico dependeu dessa atividade, dado que a gordura extraída era convertida em óleo com o intuito de abastecer lâmpões e iluminar as cidades (DE PAULA, 2016, p. 100). Por esse motivo, no final do século, a caça às baleias tornou-se “a principal atividade antártica, levando-as quase à extinção” (MACEDO, 2018, p.45).

As baleias são animais migratórios, que tem um papel importante para o equilíbrio do meio ambiente. Além de ser mamífero de grande porte e que contribui para a troca gasosa dos mares, a reprodução da maioria das espécies é lenta e uma fêmea tem, em média, um filhote a cada três anos (DE PAULA, 2016, p. 107). Assim, é imprescindível que exista um regime multilateral que atenda às demandas globais contra o extermínio da espécie.

Para tanto, no período pós Primeira Guerra Mundial, houve, no âmbito da Liga das Nações, a criação de uma organização para

que os países pudessem elaborar estudos acerca da caça às baleias, chamada *Bureau of International Whaling Statistics* (DE PAULA, 2016, p.102). Logo após, em 1931, a Convenção para a Regulamentação da Pesca à Baleia foi pactuada. Esta viria a ser a primeira tentativa de estabelecer um acordo multilateral sobre o tema. Assim como a Liga das Nações, entretanto, a Convenção encontrou seu fracasso por conta do crescente mercado baleeiro (IBIDEM).

Em 1946, na segunda tentativa de controle da indústria baleeira, em Washington, instituiu-se a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia. A Convenção entra em vigor, no Brasil, a partir do Decreto nº 28.524 de 18 de agosto de 1950. De acordo com o Decreto, “a pesca da baleia deverá ser limitada às espécies que maiores vantagens ofereçam à exploração” (BRASIL, 1950), permitindo aumento no número dos cetáceos. Em conformidade com a Convenção, foi criada a Comissão Internacional da Baleia (CIB), com o objetivo de regulamentar sua caça e definir números, espécies e locais de caça para cada país (SALA e SOLDERA, 2014, p. 185).

No século XX, de acordo com Rocha (2018, p. 21), a sociedade global reconheceu, por exemplo, que algumas espécies de baleias estavam ameaçadas de extinção por conta da caça incontrolada e sem regulamentação. Na década de 1980, a questão tornou-se uma emergência e foi instituída uma moratória de proibição à caça comercial. Em contrapartida, a moratória permitiu a prática para fins científicos e por povos aborígenes, por motivos culturais (SALA e SOLDERA, 2014, p. 187).

A CIB prorrogou a moratória até que em 1992 estendeu-a por tempo indefinido, fato que se concretizou no encontro da Comissão Internacional Baleeira, em 2018, na cidade de Florianópolis. A Declaração de Florianópolis, fruto da reunião, manteve a moratória, mesmo com a pressão de países tradicionalmente baleeiros, como Japão, Islândia e Noruega.

Ainda assim, segundo Ferrada, ela não é absoluta e a atividade ainda ocorre, forçando os países que estão comprometidos a lutar contra a exploração unilateralmente. (FERRADA, 2018, p. 101).

O Japão, que desde 1986, instituiu o Programa japonês de Pesquisa Baleeira sob Permissão Especial na Antártica (JARPA), continuou a caça, agora com legitimidade nacional. As expedições, por esse motivo, adotaram cunho científico, o que permitiu que o país não interrompesse a indústria, uma vez que a Convenção, no artigo VIII, ampara a venda de subprodutos da pesquisa, ou seja, carne e gordura do animal (DE PAULA, 2016, p.105). Assim, em 2019, após sofrer críticas e pressão acerca do JARPA, retira-se da Convenção e anuncia a retomada da caça comercial em suas águas territoriais e zona econômica exclusiva.

4. Reflexão sobre a Baleia e o Imperialismo no século XVIII - XIX

Moby Dick é mais do que uma obra ficcional na literatura de aventuras e navegação. É a história do processo de urbanização e industrialização, pois a gordura da baleia era a principal fonte de energia, comparada ao petróleo no século XX. A iluminação nas cidades se dava pelo óleo das baleias, matéria prima fundamental para o desenvolvimento e o progresso. Neste contexto, a história do Capitão George Pollard e seu navio “Essex”, atingido por uma gigante cachalote branca, submersa no fundo dos oceanos é cheia de simbologias.

A questão de estar submersa representa e indica o mundo do inconsciente, quando surgem as teorias da psicanálise. Aquilo que está escondido nas profundezas. E a luta do capitão contra Moby Dick reflete o combate do colonizador e explorador contra a natureza e o meio ambiente, já demonstrando a lógica predatória do desenvolvimento econômico. Ressalta, ademais, o caráter economicista das conquistas ao Novo Mundo e a ganância de

expansão da revolução industrial, em detrimento aos recursos naturais.

O fato de a baleia ser branca e gigante também possui suas metáforas. Branca porque está associado ao colonizador e explorador branco e cristão da Europa ocidental. Gigante porque o desejo e ganância do colonizar são imensos. Podemos observar em Moby Dick a luta contra a natureza, o projeto de colonização predatório, a vontade inconsciente de destruição, o caráter racial e eurocêntrico e os esforços gigantes para explorar e saquear o Novo Mundo. Principalmente considerando que o óleo de baleia era o petróleo do século XIX, fonte de riqueza e símbolo do desenvolvimento capitalista e urbanização.

Como observa Castellucci Jr. (2021, p. 05):

Desde os tempos remotos, a baleação era uma atividade voltada para o consumo alimentar e para fins domésticos. Mas, com o advento da era moderna, ela emergiu como uma atividade econômica de grande importância para um mundo que se integrava pelos mares. Do processamento da sua gordura resultaria a principal matriz energética dos tempos modernos, até a descoberta do petróleo, na Pensilvânia, em 1859. Na Europa, cidades em crescimento necessitavam cada vez mais de iluminação das suas ruas e as pessoas desejavam ter um pouco de luz em suas casas, ao menos, em parte da noite. Oficinas de manufatura também requeriam iluminação e, no futuro, durante a Revolução Industrial, as fábricas seriam iluminadas e as suas máquinas lubrificadas pelo precioso óleo de baleia.

A relevância da caça às baleias é nítida no processo de dominação do mundo no período imperialista no século XIX, como também na industrialização e urbanização da Europa e

Novo Mundo. O óleo das baleias era essencial a todo o projeto do colonialismo e do futuro predatório daquele modelo de civilização.

E cachalotes, em especial, como era o caso de Moby Dick, tiveram um papel especial.

Mas esse grande salto expansionista só foi possível graças a um acontecimento revolucionário da história da baleação nas colônias britânicas. Em 1712, o baleeiro Christopher Hussey, se afastou do litoral e matou o primeiro cachalote, levando-o para Nantucket. A descoberta daquele tipo específico de cetáceo transformaria toda a história da indústria naval americana, a produção do óleo, assim como o aproveitamento de outros derivados daquele animal. Cachalotes são animais de dentes grandes, vivem em águas profundas, se alimentam de lulas gigantes e podem ficar até cerca de duas horas submersos, mergulhando a uma profundidade de até dois mil metros. Nadadores velozes, não são tão grandes quanto as baleias mais conhecidas e os resultados quantitativos da produção do seu óleo não supera, por exemplo, ao das francas. Porém, o cachalote possui diversos atributos superiores. O óleo extraído da sua gordura é mais claro, não exala mau-cheiro e suporta temperaturas extremas, tornando-se o lubrificante adequado para as máquinas da Revolução Industrial. Em seu crânio existe um líquido que em contato com o oxigênio se solidifica, transformando-se em cera. Em uma cabeça de cachalote pode ser encontrado até três toneladas de espermacete, como a cera era denominada. Produto valiosíssimo, o espermacete era a matéria-prima usada na fabricação de velas de iluminação muito apreciadas no mercado internacional. Por

último, eventualmente, se encontrava no estômago do animal o âmbar-gris, espécie de tumor benigno provocado pela rejeição do organismo ao consumo de molusco. O âmbar seria a principal matéria-prima utilizada na fixação de perfumes fabricados na Europa. Os seus dentes se tornaram objetos de decoração de grande valor, troféu onde parte de algumas histórias eram registradas na forma de escrita e em desenhos, feitos a mão para exposição nos lares, locais públicos e museus (CASTELLUCCI JR, 2021, p. 06).

Como avalia Castelucci Jr (2021, p. 07)

Tudo isso fez com que o cachalote se tornasse a joia mais desejada dos mares e objeto de cobiça dos baleeiros. Para caçá-lo, a indústria naval norte- -americana foi remodelando as embarcações. Para permitir o enfrentamento do mar aberto, elevou-se a altura do calado e montou-se uma infraestrutura capaz de abater, cozinhar e armazenar os derivados do animal em grande quantidade. Finalmente, no século XVIII, os “navios-indústrias” já navegavam por mares distantes em busca da grande presa.

Como se percebe, a caça das baleias historicamente foi fundamental para o crescimento predatório da sociedade. Romances como *Moby Dick* e *Mundo do Fim do Mundo*, portanto, não são apenas histórias de aventura, mas o reflexo do pensamento econômico mais importante dos séculos passados. Nesse sentido, o romance *Mundo do Fim do Mundo* resgata esse tema tão importante, tanto do ponto de vista da proteção à espécie e à biodiversidade, como também de relato sobre o processo de crescimento do capitalismo, colocando a caça das baleias como assunto essencial na história.

Considerações finais

O romance do escritor Luis Sepúlveda, natural de Ovalle, no Chile, tem como plano de fundo a Patagônia chilena, os mares pré-antárticos e a caça às baleias no século XIX. O protagonista e narrador aventura-se a bordo de um navio baleeiro na juventude, assim como o autor do livro, e já adulto, jornalista atuante na Alemanha, desvenda um crime ambiental cometido por navios de bandeira japonesa. Neste contexto, destaca-se a Comissão Internacional Baleeira e a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia, instituídas na década de 1950.

A moratória que proíbe a caça comercial de baleias foi reforçada no encontro da CIB, na cidade de Florianópolis, em 2018. Entretanto, o Japão, presente na história de Sepúlveda, retirou-se da Comissão no ano seguinte, alegando que a caça às baleias é prática cultural japonesa. Os produtos provenientes da baleia impulsionaram, nesse sentido, o desenvolvimento econômico no século XIX, uma vez que eram utilizados, entre outros, na iluminação de cidades e construção civil.

Por esse motivo, romances como *Moby Dick* e *Mundo do Fim do Mundo* refletem a história do imperialismo. O desenvolvimento econômico dependeu no século XIX da exploração da natureza, com vistas a impulsionar o processo de crescimento do capitalismo. A baleia, que providenciava o essencial óleo no século passado, por fim, pode ser relacionada ao petróleo do século XXI, visto que ambos colocam o meio ambiente em xeque.

Referências

BRASIL. Decreto 28.524, de 18 de agosto de 1950. **Planalto**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=28524&ano=1950&ato=ca5c3Z610MBRVT7c6>. Acesso em: 02/08/2011.

CASTELLUCCI JUNIOR. Wellington. Baleias e o Império: os Estados Unidos e a expansão baleeira nos mares do Atlântico Sul (1761-1844). **Revista de história**. (São Paulo), n.180, a10219, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/qwpKKDddf4jgnLsnzrzqsrt/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 01 de setembro de 2021.

DE PAULA, Ana Cristina Alves. Revisitando o clássico Moby Dick: o significado ambiental da obra à luz do direito internacional ambiental sobre a preservação da vida marinha baleeira. Curitiba, **Revista de Direito, Arte e Literatura**, vol. 2, n° 2, 2016.

FERRADA, Luis Valentín. Five factors that will decide the future of Antarctica. **The Polar Journal**, vol. 8, n° 1, 2018, p. 84-109.

LUÍS SEPÚLVEDA; Direção: Sylvie Deleule. Produção: Arte France e Drôle de Trame. Chile: ArcoirisTV, 2020. (53min 22s). Disponível em: <https://www.arcoiris.tv/scheda/it/21712/>.

MACEDO, Carlos A. C. **O Programa Antártico Brasileiro como instrumento de poder para a Geopolítica do Brasil**. 2018. 96 fls. Tese (Doutorado em Política e Estratégia Marítimas) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2018.

ROCHA, Mariângela Guerreiro Milhoranza da. Sustentabilidade ambiental e teoria crítica: a proteção da baleia franca, no Brasil, à luz dos ensinamentos de Max Horkheimer. Sem local, **Revista da SORBI**, vol. 6, n° 1, 2018, p.14-35.

SALA, José Blanes e SOLDERA, Raquel Rivera. Articulação internacional para o estabelecimento de políticas públicas ambientais de proteção às baleias. Piracicaba, **Cadernos de Direito**, vol. 14, n° 26, 2014.

SEPÚLVEDA, Luis. **Mundo do fim do mundo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Garamond, 1997.

SEPÚLVEDA, Luis. Ojo con el libro, 30 nov. 2016. Vídeo em meio eletrônico (51min47s), son., color. **Entrevista** concedida à ARTV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=y6mQKn9nscI&t=430s>. Acesso em: 31/07/2021.

CAPÍTULO 8

O Alienista e Exclusão Psiquiátrica: Machado de Assis e o Holocausto Brasileiro

Antonio Guimarães Brito¹⁵

Yula. M. Francisco¹⁶

Introdução

O objetivo desse artigo é analisar a obra *O alienista* do escritor brasileiro Machado de Assis, considerado o maior escritor brasileiro, e negro ou mestiço, o maior do mundo. Dentro dessa abordagem repensamos temas como a política do Brasil dos portadores de deficiência cognitiva e a exclusão social. O livro analisado aborda como tema principal a loucura, sendo essa estudada pelo protagonista, Dr. Simão Bacamarte, médico psiquiatra, o qual funda um hospício na vila de Itaguaí, com o objetivo inicial de ajudar os loucos, que eram excluídos da sociedade. E ao longo da narrativa fica entendido que a loucura, ou como diz no livro, *O Alienista*, ela é subjetiva.

Na primeira seção, apresentamos a biografia do autor, que nasceu no Morro do Livramento, no Rio de Janeiro. Escreve o livro em um momento em que o Brasil estava em ebulição, de um Império para uma República de Generais. Em seguida, na segunda seção, apresentamos um breve resumo do livro, mostrando seus pontos principais e que devem ser vistos criticamente pelo leitor. Depois analisamos Michel Foucault e a

¹⁵ Professor Associado II no Curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande, coordenador do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

¹⁶ Graduanda do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande e integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

História da Loucura como forma de poder. Posteriormente o conceito de estigma em Goffman, e finalmente um recorte e pesquisa sobre o Manicômio de Barbacena, descrito no livro o Holocausto Brasileiro. Tímidos, mulheres estupradas, alcoólatras, negros, gays, todos considerados loucos. Também uma análise do Manicômio de Barbacena com o Holocausto dos Nazistas.

1 O autor

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no Morro do Livramento em 21 de junho de 1839. Filho de Francisco José de Assis, pardo e neto de escravos e de Maria Leopoldina Machado, açoriana. Perdeu os pais e a irmã muito cedo, desde então foi criado pela madrastra. Foi perceptível desde 1854, ano de sua primeira publicação, um soneto no Periódico dos Pobres, que apesar das limitações em seus estudos, por ser um mestiço no século XIX, não o impediu de aprender literatura.

Diante da desigualdade racial eminente, Machado venceu as dificuldades graças a sua ambição intelectual. Depois disso, ele explorou todos os gêneros literários. *Crisálidas* foi o primeiro livro de poesias, publicado em 1864. E o seu primeiro grande romance foi *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, o qual foi um marco para a transição do romantismo para o realismo no país, e se tornou livro mais reconhecido fora do país. Depois disso, publicou cada vez mais, com sua carreira em ascensão, em 1896 participa da criação da Academia Brasileira de Letras, na qual um ano depois foi nomeado presidente. Ao mesmo tempo, ele se envolveu em cargos políticos.

Machado se casa aos 30 anos com Carolina Augusta Xavier de Novais. Em 1873 é nomeado primeiro oficial da Secretaria de Estado do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Diante de tantos êxitos em sua carreira, em 1879 começou a trabalhar na revista “A Estação”, na qual se manteve até 1898. Nessa revista, publicou seus melhores trabalhos, entre eles, O

alienista, em 1882. Machado faleceu em 1908, aos 69 anos. Mesmo diante da morte, o “bruxo do Cosme Velho”, epíteto consagrado a Machado de Assis pelos vizinhos porque o viam queimando cartas em um caldeirão em sua casa, na Rua Cosme Velho. E isso motivou um poema de Carlos Drummond de Andrade, que o homenageou com “*A um bruxo, com amor*”. Pode-se perceber que ele teve amigos escritores, era reconhecido por muitos, sendo considerado o maior escritor da literatura brasileira.

O livro a ser discutido foi publicado pela primeira vez em 1882. Como uma nova percepção do autor, ao se desenvolver em obras de ficção, únicas no tempo, brasileiras e universais. Desse modo, trazia ao momento histórico brasileiro uma ênfase patriótica. Nesse momento, o autor caminhava junto à mutação dos tempos, como o acontecimento extraordinário da instalação do primeiro cabo submarino que conectou a Europa ao Brasil.

2 Resumo da obra

A obra *O alienista* é desenvolvido a partir de um médico psiquiatra que vive na vila de Itaguaí, Rio de Janeiro, em 1808. Nesse período histórico o Brasil era uma colônia, o poder estava no exterior, propriamente na Coroa Portuguesa. O personagem principal da obra é Dr. Simão Bacamarte, o médico psiquiatra. Em dado momento de sua vida, vai estudar no exterior e quando regressa ao Brasil, decide se dedicar aos estudos psíquicos. Logo se casa com D. Evarista, aquela que poderia lhe trazer filhos saudáveis, mas não era uma mulher nem bonita, nem simpática. Ela é colocada em segundo plano, mostrando que o trabalho e a ganância se tornam suas únicas paixões.

Simão Bacamarte e seu colega Crispim Soares, o boticário da vila, se unem para analisar a loucura. Percebem que os loucos são isolados da sociedade, tratados de forma pejorativa. A princípio, eles decidem ajudar essas pessoas, incluí-los na vida social, trazendo novos tratamentos, é nesse momento em que criam um

manicômio, intitulado Casa Verde. Com a ideia de curar esses doentes, levando todas essas pessoas para viverem lá, defendendo a ideia de que ao estudar e ajudar essas pessoas, estariam prestando um bom serviço à humanidade. Em pouco tempo já tinha uma grande quantidade de loucos vivendo lá. Acabou se tornando um mundo. Porém, o alienista começa a se envolver demais nessas questões, obcecado, vê a loucura em cada atitude do outro, negligenciava a vida pessoal, a esposa e até necessidades básicas. Nesse momento a esposa adocece calada, abandonada de certa forma.

O médico está sempre desenvolvendo novas teorias psicológicas acerca da loucura, defende que “a razão é o perfeito equilíbrio das faculdades”. E essa era a pérola a ser extraída da sua concha, metaforicamente citada para se referir ao espírito humano. Em suma, para provar suas teorias, acolhia qualquer pessoa com indício de loucura. Todos que discordassem, duvidando de seus métodos e decisões, era também retido. É a partir desse momento que a Casa Verde passa a ser vista como um cárcere privado. Designando a Simão Bacamarte o título de tirano.

Diante disso, surge um movimento contrário ao alienista, pois os loucos eram recolhidos sem motivos. A rebelião vai à câmara reivindicar, porém se torna infrutífero. Por isso ficam mais revoltados e não aceitam essa situação, defendendo que a cidade de Itaguaí servia de cadáver aos estudos e experiências de um déspota. E esse despotismo científico do alienista era derivado do espírito da ganância. O barbeiro Porfírio Dias era o líder do movimento, tinha o objetivo de destruir a Casa Verde. Esse movimento ficou conhecido como Revolta dos Canjicas. Ansiavam pela morte do médico tirano. O líder Porfírio queria de fato retirar o tirano, para ser considerado o senhor do povo. Diante do clima de revolta, os dragões, soldados da cavalaria da guarda real chegam ao local e de certa forma impedem a violência.

Contudo, o inesperado acontece e um terço dos soldados muda de lado. Apoiando a revolta e o líder do movimento. Foi considerado o libertador de Itaguaí, destruiriam a Casa Verde. No entanto, ao se reunir com Simão Bacamarte, acaba cedendo aos seus argumentos e se juntam de certa forma contra a loucura, já que o governo não seria capaz de acabar com ela. Essa parceria é fraca, qualquer indício de ameaça faz com que se tornem inimigos novamente. O que causou o fim do governo de Porfírio, tomando seu lugar outro barbeiro, chamado João Pina. Mentecaptos, é o que Porfírio Dias e outros 50 do seu governo foram considerados, sendo então levados à Casa Verde. Nesse momento, o alienista contribui para a restituição da Câmara e seus deputados, ganhando mais força e apoio político.

Repentinamente, surge um boato de que todos seriam postos na rua, todos os loucos. A justificativa para tal feito é que diante dos estudos, a loucura deve ser admitida como normal, já que tantos eram loucos, essa se tornava normal. Antes os loucos eram poucos, porque mal sabiam que eram, já que ficavam escondidos, isolados da sociedade, e ao colocá-los em foco, surgem muitos. E a partir disso, o médico pede à câmara para que liberasse todos aqueles que se considerassem “normais”. Porque diante dos seus estudos, a loucura inverteu de sentido. Por fim, tudo parece retornar ao normal, as pessoas podiam exercer livremente seus hábitos loucos e suas patologias. A câmara aprova a autorização para o médico Simão Bacamarte abrigar na Casa Verde as pessoas que se achassem em perfeito equilíbrio das faculdades mentais, buscando provar a nova teoria psicológica. Foi concedido mais seis meses para a dedicação de meios terapêuticos, buscando curar todos de maneira eficiente. E obtém êxito, ganhando a simpatia do povo. Após cinco meses e meio, a Casa Verde estava vazia, todos curados.

O alienista nunca fica satisfeito com os resultados, busca sempre uma nova teoria, chega a se questionar se um dia houve

algum louco em Itaguaí. Decide ele mesmo então se recolher à Casa Verde. Simão Bacamarte falece após 17 meses no hospício, ficando a dúvida se o alienado era o próprio alienista.

3 História da Loucura em Michel Foucault e Reflexões sobre o Estigma em Goffman.

O estigma, como marca manipulada de deterioração da identidade é o processo de exclusão e diminuição do Outro, por características pré-concebidas de traços caricatos que etiquetam determinados grupos como deploráveis, desacreditados e humilhados. Como aponta Goffman (1978, p. 46):

Para que se possa considerar de maneira sistemática a situação da pessoa desacreditável e o seu problema de ocultamento e revelação, foi necessário, em primeiro lugar, examinar o caráter da informação social e da visibilidade. Antes de continuar, será preciso considerar seriamente um outro fator, a identificação, no sentido criminológico e não psicológico. Até aqui, a análise da interação social entre os estigmatizados e os normais não exigiu que os indivíduos envolvidos no contato misto se conhecessem "pessoalmente" antes de a interação se iniciar. Isso parece razoável.

O ocultamento do Outro precisa ser revelado, para então esse sofrer o processo de estigmatização. Ou seja, nos casos de todos aqueles considerados como deploráveis, rejeitados, seja leprosos, portadores positivos de HIV, alcoólatras, presidiários, viciados, prostitutas, boêmios, deficientes e os chamados comumente de "Loucos", o estigma apenas se faz útil, se as marcas e traços da manipulação da identidade sejam evidenciadas na sociedade. É preciso conhecer para estigmatizar.

É evidente que se ninguém conhece a existência de um mal estigmatizante que aflige um indivíduo, ou nem ele mesmo, como ocorre, digamos, com a lepra não diagnosticada ou de ataques de

petit mal não reconhecidos, o sociólogo não tem interesse nele, exceto como um recurso de controle para aprender as implicações "primárias" ou objetivas do estigma. Onde o estigma é escrupulosamente invisível e conhecido só pela pessoa que o possui, que não conta nada sobre ele a ninguém, esta é, outra vez, uma questão de importância menor para o estudo do encobrimento. A extensão em que essas duas possibilidades existem é, logicamente, difícil de ser determinada. De maneira semelhante, deve ficar claro que se um estigma fosse sempre aparente de imediato para qualquer uma das pessoas com as quais um indivíduo tem contato, então o interesse por ele também seria limitado, embora houvesse algum interesse na questão de até que ponto uma pessoa pode se isolar de contato e, mesmo assim, funcionar livremente na sociedade, na questão do tato e de sua quebra, e na questão do autodesprezo. (GOFFMAN, 1978, p. 65)

No caso do manicômio de Barbacena, todos os internos e pacientes tinham estigmas conhecidos, rejeitados pelos mais diversos traços de manipulação de identidade, pois o estigmatizado precisa ser revelado socialmente, mesmo que seja vítima do ocultamento, ou da institucionalização. A sociedade sabia do perfil dos pacientes internos pelos mais diversos comportamentos "desviantes, mas o ocultamento e o estigma como "Loucos", era o argumento que justificava desde a internação até o mal e abandono que eram vítimas. E o processo da institucionalização, a passagem como interno, estigmatizava para o resto da vida, ou seja, uma vez "Louco", sempre "Louco", uma condenação perpétua.

Quando o estigma de um indivíduo se instaura nele durante a sua estadia numa instituição, e quando a instituição conserva sobre ele uma influência desacreditadora durante algum tempo após a sua saída, pode-se esperar o surgimento de um ciclo específico de encobrimento. Por exemplo, num hospital de

doentes mentais descobriu-se que os pacientes que reingressavam na comunidade frequentemente planejavam encobrir-se até um certo ponto. Pacientes que eram obrigados a contar com o funcionário da reabilitação, o funcionário do serviço social ou com as agências de emprego para encontrar um trabalho, quase sempre discutiam com seus companheiros as contingências que teriam que enfrentar e a estratégia padrão para lidar com elas. Para o primeiro emprego, o ingresso oficial exigia que o empregador, e as vezes o chefe de pessoal, conhecesse o seu estigma, mas havia sempre a possibilidade de que os níveis mais baixos da organização e os companheiros de trabalho fossem conservados numa certa ignorância do fato. Como foi sugerido, isso poderia implicar um certo grau de insegurança porque não se saberia com certeza quem "conhecia" e quem "desconhecia" o fato, e até quando duraria a ignorância dos que não o conheciam. Os pacientes expressavam o sentimento de que, após permanecer nesse tipo de emprego durante seis meses, tempo suficiente para juntar algum dinheiro e livrar-se das agências do hospital, eles deixariam o trabalho e, com o antecedente desses seis meses de trabalho, procurariam emprego em algum outro lugar, achando que dessa vez todas as pessoas poderiam ignorar a sua presença num hospital de doentes mentais. (GOFFMAN, 1978, p.82)

Nesse sentido, Goffman, esclarece que tanto o estigmatizado como o estigmatizante, são partes do mesmo processo da estigmatização, ou seja, os internos do Manicômio de Barbacena, não apenas por suas características ou condutas, eram sim rotulados e tinham a identidade manipulada pela sociedade, que os estigmatizavam, num lugar comum, a Loucura,

Deve-se ver, então, que a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. As mesmas características estão implícitas quer esteja em questão uma diferença importante do tipo tradicionalmente definido como estigmático, quer uma

diferença insignificante, da qual a pessoa envergonhada tem vergonha de se envergonhar. Pode-se, portanto, suspeitar de que o papel dos normais e o papel dos estigmatizados são parte do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão. (GOFFAMAN, 1978, p.111)

A loucura, desde muitos séculos, é o principal estigma de exclusão e manipulação da identidade, pois na ideia de loucura cabe todo comportamento não aceitável, ou que fuja dos interesses da normalidade e daqueles que ditam as regras do que é normal. A loucura historicamente foi o grande instrumento de estigmatização, e, quando se processa no meio da internação e institucionalização, as marcas são para a vida toda, irrecuperável, pois na internação há todos os males no corpo e no espírito. Para Foucault (1978, p.309)

O mal que se tinha tentado excluir com o internamento reaparece para maior espanto do público, sob um aspecto fantástico. Vêm-se nascer e ramificar em todos os sentidos os temas de um mal, físico e moral ao mesmo tempo, que envolve, nessa indecisão, poderes confusos de corrosão e horror. Impera então uma espécie de imagem indiferenciada da "podridão", que diz respeito tanto à corrupção dos costumes quanto à decomposição da carne, e pela qual irão pautar-se a repugnância e a piedade sentidas em relação aos internos. Antes de mais nada, o mal entra em fermentação nos espaços fechados do internamento. Tem todas as virtudes atribuídas ao ácido na química do século XVIII: suas finas partículas, cortantes como agulhas, penetram nos corpos e nos corações tão facilmente como se fossem partículas alcalinas, passivas e friáveis. Essa mistura logo entra em ebulição, soltando vapores nocivos e líquidos corrosivos.

A internação, ou casas de loucos, seguiram na história como os centros de estigmatização, tortura, e repressão daqueles que sofriam "dos nervos", e dos desajustados, dos inimigos dos

poderosos, dos indesejados, e isso foi durante séculos até os dias atuais. A consciência da loucura se confunde com o medo da loucura, mas principalmente com o medo dos diferentes, dos rejeitados por comportamentos distintos, e para servir aos interesses e atos de silenciamento dos indesejáveis.

Na época clássica, a consciência da loucura e a consciência do desatino não se haviam separado uma da outra. A experiência do desatino que guiara todas as práticas do internamento envolvia a tal ponto a consciência da loucura que a deixava, ou quase, desaparecer, em todo caso arrastava-a por um caminho de regressão onde ela estava prestes a perder o que tinha de mais específico. Mas na inquietude da segunda metade do século XVIII, o medo da loucura cresce ao mesmo tempo que o pavor diante do desatino, e com isso as duas formas de assombro, apoiando-se uma na outra, não param de reforçar-se mutuamente. E no exato momento em que se assiste à libertação dos poderes imaginários que acompanham o desatino, multiplicam-se as queixas sobre as devastações da loucura. Já é conhecida a inquietação que as "doenças dos nervos" provocam e esta consciência segundo a qual o homem se torna mais frágil à medida que se aperfeiçoa. Enquanto se avança pelo século adentro, a preocupação se torna mais premente, e as advertências mais solenes. (FOUCAULT, 1978, p. 396).

A loucura ultrapassa a percepção do indesejável, do estigmatizado, passa assumir a feição do criminoso, do criminoso mais perigoso, por isso a internação passa a ser essencial, e não basta qualquer tipo de detenção ou institucionalização, é necessário ser perpétua a condenação e a exclusão, pois se tratar não de doente, mas de um criminoso mais perigoso, por isso o total abandono, desleixo, a pena mais grave, injusta e cruel.

Portanto, cava-se um vazio no meio do internamento, um vazio que isola a loucura, denuncia-a naquilo que ela tem de irreduzível, de insuportável para a razão; ela reaparece agora com

aquilo que a distingue também de todas essas formas encerradas. A presença dos loucos representa aí o papel de uma injustiça, mas injustiça *para os outros*. Rompeu-se esse grande envolvimento no qual estava aprisionada a confusa unidade do desatino. A loucura se individualiza, gêmea estranha do crime, pelo menos ligada a ele, por uma vizinhança ainda não posta em questão. Nesse internamento esvaziado de seu conteúdo, essas duas figuras subsistem sozinhas; as duas simbolizam o que pode haver de necessário no internamento: são elas que, doravante, se apresentam como as únicas que devem ser internadas. O fato de haver tomado suas distâncias, de ter-se tornado enfim uma forma delimitável no mundo perturbado do desatino, não libertou a loucura; entre ela e o internamento estabeleceu-se uma profunda ligação, um elo quase essencial. (FOUCAULT, 1978, p. 440).

É necessária que a internação se acumule com a pobreza, a miséria, a degradação, como prisioneiros do holocausto, a fome, a nudez, as condições sem higiene, a doença, o frio, o abuso sexual.

E o pobre doente? Este é, por excelência, o elemento negativo. Miséria sem recurso, sem riqueza virtual. Este, e somente este, reclama uma assistência total. Mas em que baseá-la? Não há utilidade econômica no tratamento dos doentes, nem nenhuma urgência material. Só as razões do coração podem exigí-lo. Se existe uma assistência aos doentes, será sempre fruto da organização dos sentimentos de piedade e de solidariedade, mais primitivos do que o corpo social, já que sem dúvida são a origem deste: (FOUCAULT, 1978, p. 452).

É nesse sentido, de considerar o louco como um não ser humano, em sua animalidade, irracional, que se assemelham aos prisioneiros do holocausto, os mais desprezíveis, os maiores tormentos de crueldade, pois não são seres humanos, já foram

rebaixados a animais. Isso se percebe no Manicômio de Barbacena e no Holocausto judeu.

Sem procurar dominá-la inteiramente, o internamento funciona antes como se devesse permitir à loucura um recuo graças ao qual ela possa ser ela mesma, surgindo numa liberdade despojada de todas as reações secundárias — violência, raiva, furor, desespero —, que não deixam de provocar uma opressão constante. A era clássica, pelo menos em alguns de seus mitos, havia assimilado a loucura às formas mais agressivas da animalidade: o que aparentava o demente ao animal era a predação. (Foucault, 1978, p.476). O Holocausto brasileiro, o Hospício de Barbacena, seguiu todas as regras dos campos de concentração nazistas, o que veremos a seguir.

4. O Holocausto brasileiro, as Políticas de Exclusão e o Holocausto Nazista.

O livro *Holocausto brasileiro*, da autora Daniela Arbex, narra sobre um hospício na cidade de Barbacena, Minas Gerais. No século XX existia um hospício chamado Colônia em que muitas pessoas eram detidas sem motivo algum, ou indício de loucura, a maioria era internado à força. O motivo principal da internação dos pacientes era por algum comportamento fora do padrão, consideradas pessoas estranhas, de conduta desviante, como alcoólatras, viciados, boêmios, negros, gays, mulheres grávidas antes do casamento, ou estupradas pelo patrão, depressivos, tristes, melancólicos, tímidos. E lá dentro se cometiam as maiores atrocidades. 60 mil pessoas mortas, torturados, vítimas de lobotomia, choques, estupros, amarradas, urinadas e defecadas dias sem qualquer higiene.

Todos os indesejados da sociedade eram colocados lá, como excluídos. O mesmo ocorreu com os judeus no Holocausto, as pessoas foram tratadas piores que animais.

No livro, Holocausto brasileiro, a autora relata as atrocidades cometidas no hospício. Verdadeiro calabouço medieval, as condições desumanas foram reveladas com detalhes. Urubus pousavam nos muros aguardando as mortes, pessoas eram amarradas em suas camas de capim e permaneciam urinadas e sujas por dias. Pessoas sem nenhuma formação médica aplicavam choques e muitos pacientes chegaram a óbito, por uma descarga elétrica insuportável. Estupros por enfermeiros em mulheres internadas, e toda sorte de sofrimento e degradação. Muitos dos internados permaneceram a vida inteira, cinqüenta, sessenta anos recolhidos sem qualquer tipo de tutela e proteção. O Manicômio de Barbacena é um exemplo vivo da Loucura como forma de exclusão e limpeza social, recolhendo em situação degradante todos aqueles indesejáveis na sociedade.

Tal a importância do movimento antimanicomial que surge na década de 1970 e 1980.

Um grande nome de vanguarda no Brasil foi Nise da Silveira, que muito a frente do seu tempo, recorreu à psicoterapia, tratando seus pacientes através das artes. Certamente, pior que a situação de prisioneiro, os portadores de déficit cognitivo, ou Loucos como foram tratados genericamente na história e no senso comum, ou doentes mentais na psiquiátrica clássica, foram os mais desumanizados e sofridos, incompreendidos e abandonados, malquistos e vítimas de uma higienização social.

O Holocausto Nazista foi um extermínio em massa do povo judeu, genocídio e crime contra a humanidade. No livro *É isto um homem?* Primo Levi mostra exatamente a vida de um judeu prisioneiro em campo de concentração, verdadeiramente retratando a semelhança com o manicômio de Barbacena. Primo Levi fala sobre o medo, a fome, o frio, todas as dificuldades sofridas dentro do campo de concentração, as humilhações, o terror psicológico, a prostituição, a degradação sem limites. São separados de quem amam, precisam se esconder para não sofrer

ainda mais, as roupas que usavam no frio eram de verão, os sapatos não serviam, causando assim muitas feridas que podiam levar à morte. Aqueles considerados inúteis eram levados às câmaras de gás, então era preciso lutar para se manter vivo e útil para continuar trabalhando. Era desumano tudo o que passavam simplesmente por serem judeus, escravos, ciganos ou gays. Aqueles que não morriam após diversos tipos de violência, física, psíquica, espiritual, perdiam sua humanidade, não sabiam mais o que era ser humano. O personagem principal chega a dizer que aqueles que viviam nos campos de concentração tinham um olhar vazio, que não queria dizer nada, sem sentimentos, porque estavam totalmente corrompidos pela maldade. O homem é capaz de qualquer atrocidade para se manter no poder, a banalidade do mal, tese defendida por Hannah Arendt.

Como ocorreu no Holocausto com os judeus, no Hospício em Barbacena, no Brasil existiu um holocausto, também com suas vítimas supliciadas, em nome de uma superioridade, não racial, mas por uma higienização social. O que resumo a história da loucura.

Considerações Finais

A obra ficcional do maior escritor da literatura brasileira, Machado de Assis, que nasceu no Rio de Janeiro, no Morro do Livramento, tem como principal objeto a loucura. Simão Bacamarte, protagonista, é o médico psiquiatra. Busca sempre novas teorias no campo do estudo da loucura, e para isso analisa todos da vila de Itaguaí, onde vive. Mas ao longo da narrativa, ele fica cego em busca da normalidade, taxando a maioria da população de loucos. No final, percebe que a loucura é normal, ou seja, todos possuem traços de loucura, que não existe esse padrão de normalidade, tanto é que ele próprio se interna na Casa Verde, hospício fundado por ele e seu amigo Crispim Soares.

No capítulo se faz uma análise da História da Loucura de Michel Foucault, o estigma em Goffman, igualmente o diálogo com o livro *Holocausto brasileiro*, da autora Daniela Arbex e o livro *É isto um homem?* De Primo Levi. Se por um lado as vítimas do holocausto nazista eram consideradas inferiores por critérios raciais, os portadores de déficit cognitivo, ou antigamente chamados de doentes mentais e mesmo loucos, foram e são vitimados pela exclusão e por certa “higienização social”, pois muitos que são pacientes de sanatórios e hospícios são muitas vezes apenas sujeitos com comportamentos considerados desviantes, ou rejeitados pelos padrões de normalidade da sociedade. Ou mais ainda, são estigmatizados para serem explorados e silenciados.

Referências

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro** / Daniela Arbex. 1. Ed. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ASSIS, Machado; **O alienista**. Introdução de John Gledson; notas de Hélio Guimarães. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

BAQUERO, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, out. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. São Paulo: Zahar, 1978

GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. **Cultura política e experiências participativas na América Latina pós neoliberalismo**. V

Congreso Latino-americano de Ciência Política. Asociación Latino-americana de Ciência Política, Buenos Aires, 2010.

KUSCHNIR, Karina; PIQUET CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 227-250, 1999.

LEVI, Primo. **É Isto um Homem?** Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Capítulo 2.

CAPÍTULO 9

“L’AMANT” DE MARGUERITE DURAS E O “OUTRO” NA PERSPECTIVA COLONIAL NA INDOCHINA FRANCESA

Alex Magalhães Gomes¹⁷

Gabrielle Orti Chucri¹⁸

Introdução

Desde a emergência dos estudos na disciplina de Relações Internacionais, as preocupações na área a todo momento são voltadas à hegemonia ocidental, ao passo que seu controle reside nas mãos de uma branquitude patriarcal euro-estadunidense (SILVA, 2021). A conjuntura colonial ainda resistente nas hierarquias socioeconômicas dos países do Terceiro Mundo enfatiza a falta de responsabilidade assumida pelos Estados colonizadores no que diz respeito à manutenção da catástrofe gerada pelo modelo econômico anterior ao capitalismo industrial e mais tarde com o período imperialista.

Nesse contexto, as teorias das Relações Internacionais tendem a silenciar e omitir a temática racial deixada pela figura do colonizador, à medida que ao não prestar reconhecimento ao subalterno, as relações de poder, bem como a formatação da política internacional acabam sendo eternizadas. Faz-se essencial,

¹⁷ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e integrante do grupo de ensino Literatura e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande.
E-mail: alexxiaquarius@gmail.com

¹⁸ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e integrante do grupo de ensino Literatura e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande.
E-mail: gabrielleorti10@gmail.com

nesse sentido, entender e analisar a forma como a ontologia e epistemologia da disciplina é regida por uma construção ideológica racista. (SILVA, 2021)

Diversas obras, filmes e romances, mesmo que sem intenção, trazem à tona a discussão do colonialismo ao configurar uma ideia do “outro” de forma estereotipada e inferiorizada. É de nossa intenção, portanto, discutir a obra “L’Amant” de Marguerite Duras de modo a apontar, descrever e examinar como o modelo colonial interfere nas relações sociais, políticas e econômicas no contexto espacial e temporal exposto na obra, fazendo referências às teorias pós-coloniais e decoloniais das Relações Internacionais.

Pretendemos, num primeiro momento, compreender a parte literária a partir de análises de estudiosos e especialistas na literatura durassiana, como Leslie Hill, Andréa Correa e James S. Williams. Em seguida propomos um breve panorama do período da Indochina Francesa, local onde se passa a história, articulando o contexto referido à teoria pós-colonial e decolonial. Para a contextualização das teorias utilizaremos autores já bastante conhecidos, como Franz Fanon, Aimé Cesaire, Homi Bhabha e Edward Said.

1. Marguerite Duras: Polêmica, Inovadora e Revolucionária

Marguerite Donnadiou nasceu em abril de 1914 em Gia-Dinh, uma pequena cidade nas proximidades de Saigon, localizada no que hoje conhecemos por Vietnã, e na época parte da colônia francesa da Cochinchina. Viveu toda a infância e adolescência na colônia com a mãe e os dois irmãos mais velhos. Duras passou por muitas dificuldades quando jovem já que sua mãe, depois da morte do marido, precisou criar e sustentar os filhos e a casa sozinha. Depois de um investimento mal sucedido a família enfrenta a pobreza, bem como a conturbada relação entre Marguerite, a mãe e os irmãos, fato este constantemente abordado em suas obras.

Aos 18 anos de idade mudou-se para a França e iniciou seus estudos em matemática. Logo abandonou a área da matemática e dedicou-se à ciência política e ao direito. É somente em 1940 que Marguerite tenta sua primeira publicação de livro, “L’Empire français”. Com a publicação rejeitada, em 1943 consegue publicar o romance “Les Impudents”, agora sob o pseudônimo de Marguerite Duras. Segundo Leslie Hill, o pseudônimo não é apenas uma rejeição do nome de seu pai, visto que Marguerite também rejeitou o nome de seu marido. Representa uma “afirmação da independência não somente de uma escritora, mas de uma mulher e escritora”. (HILL, 1993, p.4)

Revolucionária, polêmica e inovadora, Marguerite “sempre rejeitou todo tipo de dogmatismo, reivindicando o direito à contradição” (PARAISO, 2001, p.19). Talvez esse o motivo de suas obras gerarem tantas controvérsias para com o público, levando em conta o teor transgressor característico de sua escrita. Fez parte da resistência durante a Segunda Guerra Mundial e mais tarde foi membro do Partido Comunista da França. Casou-se duas vezes, teve um único filho e viveu o fim de sua carreira com sérios problemas de alcoolismo.

Em 1984 Duras publica o que vem a ser sua obra de maior sucesso, conquistando o prêmio Goncourt de 1984. “L’Amant”, marca o que alguns intelectuais assinalam como uma “fase transparente” de sua literatura, em que, segundo M. C. M. Pinto, “sob a aparente ‘facilidade’ persiste a escritura de destruição, vazio, ambiguidade” (PINTO, 1996, p. 156) A obra chegou a ser traduzida para o cinema por Jean-Jacques Annaud, no entanto, com severas críticas da autora, a qual reproduziu a história como deveria ser contada nas telas em sua obra “L’Amant de la Chine du Nord”, em 1991.

2. “L’Amant” da Confidência ao Intimismo

Parafrazeando os estudos de Andréa Correa Paraiso, “L’Amant” é escrito em um tom misterioso de confidência, com alguns aspectos referentes à textos autobiográficos, como método de efeito de sentido (PARAISO, 2001). A peculiaridade da obra se dá na não linearidade da história contada. O enredo gira em torno de uma menina branca de quinze anos de idade e seu relacionamento com um amante chinês abastado, quando a menina desce do ônibus destinado a um internato na balsa da travessia de Mekong. O chinês com mais que o dobro de sua idade se aproxima e oferece uma carona.

O episódio se repete diversas vezes ao longo da narrativa em diferentes perspectivas, de modo que o narrador feminino em primeira pessoa nos entregue a “retrospectiva, o tom confessional, o caráter de busca às origens e a presença de episódios ditos autobiográficos” (PARAISO, 2001, p.70). É importante, no entanto, entender que não se trata de uma autobiografia, Marguerite nega a possibilidade em todas as entrevistas dadas na época. De fato, há similaridades da obra com a vida pessoal de Duras, assim como também está presente em outras obras, todavia, com detalhes e enredos divergentes. Trata-se, portanto, de uma autobiografia ficcional.

A menina de quinze anos, filha de colonos falidos na década de 1930 na antiga Indochina francesa vai de encontro a iniciação sexual e amorosa com o chinês de trinta e dois anos, o qual logo se apaixona. Sem coragem de assumi-la à família de longa tradição chinesa desiste do amor entre ambos quando a menina, ao completar seus estudos, se transfere para a França e inicia sua graduação em matemática, como desejava sua mãe.

Para além da relação amorosa, é também preocupação do enredo revelar o conturbado convívio familiar da jovem. A mãe, depressiva, cuida dos três filhos, sendo a menina a mais nova com

dois irmãos mais velhos. O mais velho, o mais problemático, desde cedo se entrega às drogas e se apoia nos poucos recursos da mãe. O irmão mais novo é o que a menina mantém maior afeto e, infelizmente, morre extremamente jovem, causando grande ruptura na família já desestruturada.

Nesse sentido, “L’Amant”, uma autobiografia ficcional, traz a história de uma menina lutando para encontrar sua identidade em diferentes dimensões, tanto a amorosa como a familiar. De forma que transcorre as diferentes fases da vida da menina, desde o ponto de partida: A balsa da travessia de Mekong, o vestido dado pela mãe, o chapéu de palha masculino, o sapato de salto dourado e a maquiagem pesada demais para a idade. Até o momento em que a narradora decide contar sua história.

3. A Indochina Francesa

Conforme Bouthors-Paillart, “[é], dentre outros, na mestiçagem das línguas francesa e vietnamita que ela [Duras] encontrou a expressão escrita – sem dúvida a mais fiel – de sua questão identitária” (apud CORRÊA, 2013). Nessa perspectiva, observamos que, o fato da obra ser ambientada na antiga Indochina Francesa, para Duras não é apenas uma conveniência. Trata-se de uma questão de identidade e compatibilidade, de modo que o pano de fundo da narrativa expõe muito mais que apenas um romance.

À vista disso, cabe aqui analisar a Indochina em período colonial, já que revela, mesmo que de forma secundária na obra, a realidade colonial indochinesa e suas respectivas consequências no que hoje conhecemos a região oriental. A obra nos permite fazer essa análise, como mostra a passagem:

Disseram-me muitas vezes que foi o sol forte demais durante toda a infância. Não acreditei nisso. Disseram-me também que foi a reflexão em que a miséria mergulhava as

crianças. Mas não, não foi isso. As crianças-velhas da fome endêmica, sim, mas nós não, nós não passávamos fome, éramos crianças brancas... (DURAS, 2013, p.8)

A narrativa da autora, toma lugar na Cochinchina, denominação dada à região do delta do rio Mekong, localizada na parte meridional da Indochina. A Cochinchina era a única que detinha o estatuto oficial de colônia dentre as regiões que formavam a Indochina. O território indochinês se enquadrava como uma das mais lucrativas para o Estado francês, garantindo uma grande produção de arroz e mão de obra extremamente barata. A região também abriga a cidade de Saigon, que mais tarde viria a ser um dos palcos centrais da então Guerra do Vietnã. Foi capital da colônia até 1902, onde depois teve o posto assumido por Hanói, ocupando essa posição até os dias de hoje.

Na metade do século XIX , com a ascensão de Napoleão III ao posto de Imperador dos Franceses e o nascimento do Segundo Império Francês, vemos ao longo da história uma quantidade considerável de territórios e regiões dominadas e afixadas pela França. Dentre essas, a possessão mais rica e populosa do Império Colonial Francês, a Indochina Francesa, composta por 4 protetorados: Annam e Tonkin, equivalentes, hoje, aos territórios centro e norte do Vietnã; protetorado do Laos; protetorado do Camboja; a colônia da Cochinchina; e uma pequena porção do território chinês da província de Guangdong.

O período demarcado pela dominação francesa foi fortemente marcado pela ascensão do capitalismo industrial e econômico, impulsionando também as disputas interimperialistas. As potências europeias e estadunidense buscavam expandir suas áreas de influência como forma de demonstrar seu poder tanto militar como econômico e comercial. Para a França, a Indochina representava uma posição geográfica

vantajosa por estimular novas relações comerciais com outros territórios asiáticos (CORFIELD, 2008).

Durante a administração francesa na Indochina, como é de se esperar, houveram drásticas mudanças em toda a estrutura política, econômica e social vietnamita (OLAIZOLA, 2020), de forma que em alguns aspectos, os econômicos e de infraestrutura em específico, as mudanças podem ser consideradas positivas em certa medida, levando em conta a formação de empresários locais e o crescimento da urbanização. Entretanto, essas modificações não passam de um interesse francês na obtenção de lucro.

A experiência colonial para o povo vietnamita, em geral, foi desastrosa. Poucos são os que se beneficiaram da ocupação francesa, a maior parte da população vietnamita sofreu com a fome e a pobreza. Os que conseguiram uma relativa qualidade de vida foram os que se submeteram a uma “ocidentalização”, aceitaram a cultura francesa como a dominante. Esse cenário da história colonial é bem reproduzido no romance de Duras, a menina reconhecia o modo como a tratavam diferente por ser branca, apesar de sua família não possuir grandes riquezas, era privilegiada em alguns aspectos por conta de sua cor.

A organização social estabelecida na Indochina era evidentemente de ordem racial, a colonização francesa submeteu os vietnamitas às condições de serventes, em uma estrutura semifeudal e péssima qualidade de vida (OLAIZOLA, 2020). Nesse sentido, como assinala Aimé Césaire, “não passa de um Velho truque ideológico desumanizar os povos a quem o imperialismo quer saquear as riquezas, tornando-os bestas-feras para melhor justificar a Violência e o genocídio.” (CESAIRE, p.7, 2010).

Frente à marginalização e opressão, é apenas em 1945, com cerca de cem anos de ocupação francesa, que o povo vietnamita se mobiliza para lutar pela independência. A revolução se dá vagarosamente devido ao estado de colônia e uma formação econômica pré-capitalista. Apesar de numerosos, não possuíam a

tecnologia armamentista suficiente para enfrentar os franceses. Surge, então, a figura de Ho Chin Mihn. Com a ajuda do entusiasta nacionalista, o povo vietnamita, apoiando-se na ideologia comunista e em contraposição ao capitalismo colonial francês, a Primeira Guerra do Vietnam toma maiores proporções e conquista a independência do norte do Vietnam.

Durante o domínio francês, a região também foi epicentro de conflitos como a Invasão Japonesa durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa e, como já mencionado a Guerra da Indochina ou Revolução Vietnamita (1946-1954), sendo este um marco na descolonização e libertação do jugo europeu sobre os estados asiáticos. O resultado disso foi o desmorrimento dos territórios franceses no sudeste da Ásia, dando origem aos estados do Reino do Laos, Reino do Camboja, Vietnã do Sul e Vietnã do Norte, que anos mais tarde, após Guerra do Vietnã (1955-1975), se unificaram formando a República Socialista do Vietnam.

4. O Colonialismo e A Teoria Pós-Colonial e Decolonial das Relações Interacionais

Dentre os maiores responsáveis pela opressão e marginalização do povo indochinês, como já identificado no capítulo anterior, temos o colonialismo e o sistema colonial. Nesse sentido, é de nossa intenção interpretar e analisar a forma como o colonialismo rege a maior parte das problemáticas enfrentadas pelos Estados colonizados desde o período demarcado pelas disputas interimperialistas até a atualidade.

Quando pensado em Ásia, para além do colonialismo percebe-se um evento chamado Orientalismo, cunhado pelo escritor e crítico literário Edward Said, que afirma que a ideia de Oriente que se tem na atualidade é uma invenção ocidental, que busca reafirmar e legitimar os ideais eurocêntricos cultivados no mundo ocidental desde o período clássico, partindo da premissa

que o Oriente seria o oposto do Ocidente e, portanto um lugar subdesenvolvido, místico e desumano.

Como exemplo desse fenômeno pode-se ter por exemplo os escritos de Heródoto, geógrafo e historiador grego, e sua descrição dos povos persas e indianos com características inumanas e bestiais, atribuindo a existência de criaturas horrendas e fantasiosas habitando suas terras, como as formigas gigantes ditas habitar a Índia pelo autor. Assim compreende-se as diversas nuances e consequências do pensamento colonial e do colonialismo em si, que desumaniza e coisifica a terra e seus habitantes como justificativa para subjugação e exploração.

Usualmente, é possível classificar o colonialismo como a prática de dominação sobre algum território, com o discurso de superioridade racial e civilizacional. É um meio comumente utilizado por grandes potências a fim de exercer domínio cultural, religioso, econômico e político sobre alguma nação. Dessa forma, se utilizando destes mecanismos para explorar as riquezas ou expandir seu próprio território dentro da porção de terra dominada, os habitantes nativos muitas vezes eram privados de sua autonomia e controle sobre os bens materiais do território.

De acordo com Homi Bhabha:

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de "fixidez" na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/histórica/racial no discurso do colonialismo, e um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca. (BHABHA, 1998, p. 105)

O Colonialismo, nessa lógica, cria um estereótipo do colonizado, se forma um discurso de superioridade tanto quanto civilização como também no sentido de "raça". Essa imagem do

colonizado perdura de maneira que o “outro”, na perspectiva eurocêntrica, acredita e aceita a inferioridade em relação ao colonizador. (BHABHA,1998). Nesse cenário, baseando-se em toda a problemática relativa à essa ideologia eurocêntrica, e com o preâmbulo das descolonizações afro-asiática, novos estudos referentes ao período pós-colonial são registrados por volta dos anos 1950 e 1960. (PECEQUILO, 2016)

O Pós-Colonialismo pode ser remetido a duas interpretações. A primeira refere-se ao processo emancipatório e de independência das sociedades exploradas pelo imperialismo e colonialismo. Outra interpretação é a que vê no Pós-Colonialismo um agrupamento de contribuições teóricas a partir de estudos literários e culturais. Tais estudos buscam primordialmente trazer outras narrativas que não as dominantes, trazer outras perspectivas além do eurocêntrico e propor uma revisão epistemológica como alternativa aos ideais de modernidade.

Desse modo, é um movimento epistêmico, intelectual e político, tendo porta vozes teóricos como Franz Fanon, Aimé Cesaire, Albert Memmi e Edward Said. Pensadores estes que trouxeram a voz aos colonizados, auxiliando nas mudanças epistêmicas das ciências sociais. Em 1970, um Grupo de Estudos Subalternos emergia no Sul-asiático a fim de propor novas percepções a partir da historiografia eurocêntrica indiana e da historiografia marxista ortodoxa. Vale retomar que o subalterno, nesse contexto, é aquele cuja voz é silenciada. (BALLESTRIN, 2013)

Seguindo a vertente do grupo Sul-asiático, um grupo de intelectuais Latino-americanos se compromete aos estudos subalternos, formando o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, sendo um grande passo rumo ao protagonismo Latino-americano nos estudos e debates pós-coloniais. O grupo, no entanto, sofre duras críticas por não se desprender de intelectuais europeus ao estudar o Pós-Colonialismo. Segundo os

críticos, não há maneira de conceber um grupo de resistência com estes ainda prendidos aos ideais hegemônicos, visto que acaba por não dar, de fato, voz aos subalternos, prolongando o silêncio dos mesmos. (BALLESTRIN, 2013). Nessa perspectiva, os estudos subalternos referentes à América Latina devem inovar e dar maior espaço às suas particularidades.

Com o desmembramento do grupo Latino-americano, surge o Grupo Modernidade/Colonialidade, o qual se inspira em diversas fontes, desde correntes Pós-Modernas, até correntes Marxistas. O grupo tem como principal objetivo o de instigar uma reflexão acerca da realidade cultural e política Latino-americana propagando o conhecimento dos subalternos. Desse modo, buscam “descolonizar” a epistemologia vigente, a qual ainda é predominantemente ocidental, ou seja, propõem a Colonialidade do Saber. (BALLESTRIN, 2013)

Observa-se, dessa forma, que a ideia de Decolonialidade está estritamente ligada ao objetivo do Grupo Modernidade/Colonialidade, uma vez que a Decolonialidade assume o Pensamento Fronteiriço, o qual nega-se a ser subjugado ao pensamento da modernidade e ao mesmo tempo pretende afirmar o lugar de fala das minorias, o “outro” que foi negado e silenciado pelo colonialismo. A partir disso, entende-se que as teorias Pós-Coloniais e Decoloniais se mostram relevantes a partir do momento em que dão voz às minorias, dando maior espaço à formação de sociedades plurais.

Em vista disso, é importante trazer outros olhares para o colonialismo, tendo como narrador o colonizado, para que os estereótipos universalizados pelas ideias ocidentais não se perpetuem, de modo a propagar um discurso que incentive a pluralidade. Segundo Ngozi Adichie:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser

usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2019, p.16)

5. “L’Amant” e a Personificação do Colonialismo

Para além de todo o teor romancista e o contexto da história contada nos anos de 1930 na Indochina Francesa, a obra de Duras consegue, em forma de narrativa, explorar, descrever e analisar as relações coloniais da França para com os vietnamitas. As passagens de “L’Amant”, mesmo nas minúcias, compreendem a forma como o colonialismo interfere nas relações sociais no que diz respeito à colonizador-colonizado.

Um aspecto importante, e que por via de regra, revela como a obra passa a abordar a imagem da menina branca e do chinês é o primeiro contato entre ambos. O homem chinês, intimidado pelo fato de se aproximar de uma jovem branca, se retrai e aguarda a menina demonstrar não se importar com sua aproximação. As mãos ficam trêmulas, e imediatamente tem a sensação de que deve provar algo à menina, por mais que a mesma não tenha condições financeiras e ser consideravelmente mais nova. A passagem a seguir confirma:

“O homem elegante desceu da limusine, ele fuma um cigarro inglês. Olha a jovem com chapéu masculino e sapatos dourados. Aproxima-se devagar. Visivelmente intimidado. De início não sorri. De início oferece um cigarro a ela. A mão treme. Há essa diferença de raça, ele não é branco, ele deve superá-la, por isso treme.” (DURAS, 2013, p.17)

Neste ponto percebe-se a construção de uma metáfora referente à relação da menina com o chinês e o contexto colonial indochinês. “A colônia está incorporada no amante chinês, que é

o fornecedor de dinheiro, de riqueza e de luxúria.” (TAMARU, 2004, p. 97). Enquanto a menina branca representa o colonizador, cuja ambição é extorquir a riqueza da colônia, ou nesse caso, o amante. (TAMARU, 2004).

Logo após aceitar a carona do chinês abastado, instantaneamente a jovem afirma, reforçando a metáfora citada acima:

“Nunca mais farei a viagem no ônibus dos nativos. A partir de agora, terei uma limusine para ir ao liceu e para me levar de volta ao pensionato. Jantarei nos lugares mais elegantes da cidade. E estarei ali sempre lamentando tudo o que faço, tudo o que deixo, tudo o que pego, o bom e o ruim, o ônibus, o motorista do ônibus, com quem eu dava risada, as velhas mascando bétel nos assentos traseiros, as crianças sobre os bagageiros, a família de Sadec, o horror da família de Sadec, seu silêncio genial.” (DURAS, 2013, p.18)

Paralelamente à essa imagem conjugada ao colonizado, chama atenção a caracterização atribuída a ele. “Magro, sem forças, sem músculos, [...]ele é imberbe, sem virilidade a não ser a do sexo, é muito frágil, parece estar à mercê de um insulto, sofrendo.” (DURAS, 2013, p.20) Observa-se aqui o estereótipo do “outro” fabricado pelo ocidente, como vem a analisar Edward Said em seus estudos sobre o Orientalismo como criação do Ocidente.

Segundo Said, é produzida uma crença fundamentada em distinções ontológicas e epistemológicas feitas entre o Oriente e o Ocidente. Em “L’Amant”, essa análise é nítida, já que na visão do colonizador, nessa interpretação a menina branca, o nativo é sempre inferiorizado. Magro. Frágil. Sofrido. Digno de pena. Em diversas passagens a narradora o descreve dessa forma.

Mais adiante, depois da formação acadêmica da menina, aos dezoito anos, a jovem transfere-se à França com a ajuda financeira do amante, e o romance entre os dois se acaba, constatando a volta do colonizador para a metrópole. A obra de Marguerite, desse modo, muito se aproxima ao Pós-colonialismo, no sentido de que relata, por meio de um romance nada convencional, a estrutura arquitetada pelas potências europeias como forma de se aproveitar das riquezas materiais indochinas.

6. Considerações Finais

Em “O Amante” Duras apresenta uma relação que em primeira instância se mostra simples, porém, quando analisada minuciosamente, percebemos diversas nuances que mostram a verdadeira complexidade da relação e da narrativa. Desde a diferença de idade entre os personagens, a diferença étnica e a forma como a relação entre ambos encontra desfecho. Expõe, mesmo que de forma sutil em algumas passagens, os pensamentos coloniais que pairam a obra, seja como plano de fundo da narrativa, seja na escrita.

A própria descrição do Chinês deixa implícita a inferioridade e aparente submissão e inaptidão física do mesmo, o que dá a obra de Duras um diferencial das demais obras orientalistas que abordam relacionamentos inter-raciais entre orientais e ocidentais, como *Miss Saigon* de Claude-Michel Schönberg e *Alain Boublil* e *Madame Butterfly* de Puccini, ambas se sustentam na submissão da mulher asiática e mais jovem ao homem branco mais velho, e como a mesma ao longo da narrativa é explorada e por fim descartada por aquele que está como colonizador em sua pátria.

Na obra da autora francesa vemos uma inversão dessa sistemática de poder, que subverte os papéis convencionais de gênero e coloca a garota jovem em posição de poder e dominação sobre o homem mais velho, tendo como fator principal para isto,

o fator da jovem, mesmo que pobre, branca e francesa, a coloca em posição de privilégio. Ao fim podemos ver a menina voltando para a França com ajuda financeira daquele que dá título ao livro, concedendo uma grande alegoria para o colonizador que se utiliza dos bens do colonizado para retornar à metrópole após as incursões nos territórios do segundo.

Tal como na narrativa apresentada no livro, podemos perceber que o processo colonial é muito mais profundo e mais complexo do que uma simples tomada e exploração de espaços geográficos, vemos que para além disso, o mesmo influi através de padrões impostos pelo colonizador até mesmo nas formas de como e porque relacionamentos são construídos e através da teoria colonial e pós colonial das relações internacionais podemos analisar a construção e acontecimento desse fenômeno dentro da obra.

Referências

ADICHIE, C. N. **O Perigo de uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e Giro Decolonial**. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de ago de 2021.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CÉSAIRE, A. Discurso sobre o Colonialismo. São Paulo: Veneta, 2010.

CORFIELD, Justin. **The History of Vietnam**. London: Greenwood Press, 2008.

CORRÊA, Adriana S. **L'amant, de Marguerite Duras**: possibilidade de leituras outras ou da(s) literatura(s) potencializada(s). In: Cerrados: Revista do Programa de Pós-graduação em Literatura, 2013. p. 210-224. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/14123/12445>

DURAS, Marguerite. **O Amante**. São Paulo: Cosac Naify, 2013
FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.

HILL, Leslie. **Marguerite Duras: Apocalyptic Desires**. London: Routledge, 1993

HERÓDOTO. **História**. São Paulo: E-book Brasil, 2006.

OLAIZOLA, Lucas A. **La Indochina Francesa y la Expansión del Comunismo en Vietnam**. Tese (Grado en Relaciones Internacionales) Facultad de Ciencias Humanas y Sociales Comillas Universidad Pontificia, Madrid, 2020.

PARAISO, Andréa C. **Marguerite Duras e os Possíveis da Escritura**: a incansável busca. São Paulo: Unesp, 2001.

PECEQUILO, Cristina S. **Teoria das Relações Internacionais**: o mapa do caminho teoria e prática. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PINTO, M. C. M. **A Reescritura Autobiográfica na Obra de Marguerite Duras**. In: HEISE, Eloá Facetas da Pós-modernidade: A questão da modernidade. São Paulo: Departamento de Letras Modernas, 1996.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SILVA, Karine de Souza. **“Esse silêncio todo me atordoa”**: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais. In: Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37

TAMARU, Marli. **Marguerite Duras e Jean-Jacques Annaud:** visões orientalistas do oriente e do outro e O Amante. Tese (Mestre em Multimeios) - Instituto de Artes da UNICAMP. Campinas, 2004.

WILLIAMS, S. James. **The Erotics of Passage:** Pleasure, Politics, and Form in the Later Work of Marguerite Duras. New York: Palgrave Macmillan, 1997.

CAPÍTULO 10

Franz Kafka: a metamorfose nas Relações Internacionais

Antônio Brito¹⁹

Ana Vitória Cardoso²⁰

1. Introdução

Franz Kafka é o gênio do pessimismo. Profético, anuncia os horrores do século XX e porque não dos dias atuais.

Atormentado pela opressão paterna, depressivo e angustiado, com baixa estima, crítico de seus próprios textos, aponto de queimar quase todos, Kafka de forma extraordinária e fantástica, utiliza metáforas para criar seus personagens que descrevem o ser humano em seu âmago mais profundo e essencial.

Talvez nenhum outro tenha antecipado os horrores do holocausto, a condição mais baixa do ser humano, perdendo sua humanidade e se transformando em um inseto desprezível e insignificante, monstruoso e avassalador.

Escrito em vinte dias, Metamorfose é marco na literatura sombria e contestadora, criando um personagem que irá ser a realidade nos regimes totalitários, degradando a dignidade humana, desumanizando e criando o terror.

¹⁹ Professor da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor pela UFSC, coordenador do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais

²⁰ Graduanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande. Integrante do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

Ainda hoje é leitura atual, considerando a extrema direita que governa, homofóbica, racista, fundamentalista, hipócrita, desumana e genocida, destruindo o planeta, as florestas, secando os rios, e aniquilando os povos indígenas. Também espalhando armas e ódio.

É leitura obrigatória para todos. Kafka é um gênio raro, com textos pequenos, fruto de uma angústia pessoal, e uma crítica gigante. Deslocado no mundo, lança as bases para o novo. Escreveu com seu sofrimento, solidário a toda dor da história do século vinte e da banalidade do mal.

Poucos, para não dizer inexistente, escritor da grandeza de Kafka, das provocações reveladoras e da profecia certa, dos acontecimentos que a humanidade seria testemunha. Morreu precocemente, mas sua obra é eterna, atual, e radicalmente profunda. Não há gênio comparável em sua dor e imaginação.

2. O autor Franz Kafka

O ilustre e depressivo Franz Kafka, nasceu em 1883, na cidade de Praga, época que existia o Império Austro-Húngaro, hoje chamada de República Tcheca. Criado inteiramente em escolas e tradições alemãs, Kafka aprendeu a língua tcheca, mas não por iniciativa própria. Seu pai, Hermann Kafka, foi uma fúnebre inspiração para seus grandes livros, cujos personagens opressores e tiranos são lembrados ao pai que tanto Kafka sentia remorsos e mágoas, por ele permanecer a vida toda à sua sombra. Além disso, Hermann era um grande apreciador de bens materiais, trabalhava junto com a esposa, Julie Kafka, que passava o dia inteiro com o marido, deixando o filho mais velho Franz, aos cuidados de governantas junto com seus irmãos. Com três irmãs e dois irmãos, Kafka se sentia na obrigação de tomar conta deles, embora essa infância tenha sido extremamente solitária.

“Estranhamente observador, silencioso e contido” são palavras de Max Brod (BROD, 1937, p. 214) à Kafka, seu grande amigo que conheceu na faculdade de direito.

kafka era bastante autocrítico, não sabia de suas escrituras por um tempo. Nós passamos a ficar um tempo juntos e passamos a nos ver mais, e percebi algo nele, um talento incomum: gênio, o mundo cotidiano era transformado para algo como se fosse a primeira vez que alguém estivesse enxergando, de forma destrutiva. (BRODI, 1937, p. 214)

No documentário de Richard Dino, cineasta suíço, Kafka imaginava-se andando por um cemitério enquanto estava em sua cidade com ruas estreitas, por conta de suas origens e pensamentos bucólicos.

Depois do seu curso de direito, Kafka trabalhou em um setor de seguros de acidente de trabalho, fazendo com que sua consciência social fosse despertada pelos fatídicos fatos acontecidos com trabalhadores por conta de insalubridades. Seu trabalho era altamente valorizado naquele lugar.

O seu pessimismo cético nesse contexto era evidente, por conta das injustiças infligidas a trabalhadores dentro dos locais de trabalho, descritos como corredores sombrios e ecoantes.

De acordo com o documentário feito pelo Richard, Kafka não conseguia escrever durante o dia, suas escritas eram feitas confortavelmente no período da noite, descrevendo como algo depressivo, porém, seus pensamentos não existiriam se não fosse por esta depressão, pois, ele tirava o melhor de si na solidão da noite. Seria uma situação paradoxal? Em suas escritas, o escritório era o seu inferno. Um lugar triste que ele se sentia na obrigação de estar sempre, e ele odiava tudo isso, dedicando-se à escrita, a sua fuga. Tudo nele é feito para a literatura.

Disse Max em seu livro de 1937 sobre a biografia de Kafka: "seu trabalho significaria uma bendita liberação e uma autêntica ressurreição".

Um trecho de seu diário mostrava sua pureza quanto a sua arte "A escrita como uma forma de oração" (Brod, 1937, p 214) evidencia-se a sua vida dedicada inteiramente a literatura. Seu pai sempre o desafiou e o subestimou, um trauma da caricatura autoritária, e isso despertava o lado mais sensível da arte e toda inteligência de Kafka. Isso que ele próprio queimou 80% de seus escritos. Sua autocrítica e baixa estima foram seus inimigos.

A relação complicada entre Kafka e o pai, o fez escrever uma carta que demonstra todo o seu medo, desgosto e falta de compreensão do pai para com o filho escritor, chegando a ser concluído por Kafka que o amor, muitas vezes, toma a face da violência. Em 1919 ele escreveu essa carta ao seu pai. Pedindo para a mãe entregá-la, mas isso nunca aconteceu.

Kafka sempre teve medo de seu pai, sentia falta de uma palavra reconfortante, amiga e amável. Franz demonstra isso na carta que escreveu, por não entender o tamanho da tirania que representava seu pai. Kafka se sentia fraco para lidar com a repressão paterna. Finalmente ele silenciou essa angústia. Com a perda da autoconfiança por conta de seu pai, Kafka fez da depressão e do pessimismo a sua marca literária.

No judaísmo, houve um afastamento justamente por conta dos ensinamentos que vinham do pai, de forma que ele queria que o filho seguisse. O sofrimento de Kafka era evidente em seus diários, seu grande desgosto, pedindo o amor que não recebia. Como desabafou "Meu mundo está desmoronando. E não lamento o colapso, o que lamento é ter nascido (...)" (Kafka, 1909, p. 649-679).

Para Kafka, suas escritas a noite eram tentativas fracassadas. Kafka chegava a odiar seus textos. Apesar do incentivo do grande amigo de Franz Kafka, Max Brod.

Seu primeiro relacionamento amoroso foi também outra das suas fugas. A personalidade depressiva de Kafka desencadeou um relacionamento trágico. Para a garota Franz era incapaz de viver uma vida normal entre pessoas normais. Ela estava infeliz. Felice não entendia o trauma de Kafka com seu pai. Kafka não queria filhos e a literatura estava sempre em primeiro lugar.

Ademais, Franz escrevia muitas vezes sobre a morte, "Somente aqueles que verdadeiramente entendem a vida não tem medo de morrer. O medo da morte é apenas o resultado de uma vida insatisfatória (...)" (PAWEL, 1986, p 95-96). Kafka acreditava que o homem era condenado a viver, e não morrer.

Com o surgimento de uma doença pulmonar, Franz Kafka assumiu o desejo da morte. O seu fascínio, o rancor que perpetuou em sua vida e nas suas obras, era tudo culpa do pai.

Depois de toda a sua mórbida vida, entende-se que a luta de Kafka não era contra a vida em si, mas sim, contra a opressão e tirania.

Com quase todo o material queimado, graças a Max, conseguimos conhecer uma parte da obra fabulosa de Kafka.

Pedido de Kafka, "Querido Max, meu último pedido: Tudo que eu deixo para trás (...), na forma de diários, manuscritos, cartas (minhas e de outras pessoas) esboços, e assim por diante, deve ser queimado sem ser lido" (Kafka, 1922, p. 323). Felizmente seu pedido não foi atendido.

Assim, sua doença pulmonar interrompeu a vida e a literatura do gênio, no dia 3 de julho de 1924, com 40 anos.

A escritura genial de Kafka é a perfeição do amor que ele tanto pediu.

3. Resumo de A Metamorfose

Gregor Samsa é um caixeiro-viajante que detesta o seu trabalho, porém necessita deste para sustentar sua família. Sua

vida gira em torno exclusivamente de verificar os horários do trem e pensar como o dia pode ser diferente no trabalho. Mal come, mal conversa com a família, mal vive, segundo a mãe da personagem. Certo dia, Gregor, depois de uma noite mal dormida com sonhos esquisitos e turbulentos, ele acorda transformado em um inseto gigante e monstruoso. Olhando para suas patinhas pequenas, ele apenas se preocupava com o atraso para o trabalho, olhando para o relógio, pensava em seu chefe. No mesmo momento, os pais estranham a demora de Gregor para descer e ir trabalhar. O susto toma conta da casa quando o pai e a mãe de Gregor encontram o inseto em cima da cama. Evidentemente constrangidos pela situação absurda que acabara de presenciar, eles não se perguntam o porquê de ter acontecido, e sim, tratam-se de escondê-lo.

Grete é a irmã mais nova de Gregor, bastante prestativa e preocupada com o irmão, ela procura alimentá-lo e cuidar do seu quarto. O chefe aparece na casa do personagem pessoalmente para saber o que aconteceu com Gregor, já que ele estava muito atrasado para o seu trabalho.

No quarto, Gregor se esconde e passa a maior parte do seu tempo, se acostumando com seu novo corpo e seus novos hábitos. Com a ajuda da irmã, ele era alimentado com suas comidas preferidas, mas já que não tinha o mesmo gosto de antes, naquele corpo de inseto grotesco, acabou-se alimentando com lixos que nem qualquer outro animal. Passa a ser tratado como um parasita e animal horrendo. O desgosto dos pais era nítido, Gregor se tornou um fardo.

Cada dia, a metamorfose vai se cumprindo em Gregor, sendo transformado totalmente em um inseto até a família esquecer que teve um filho. Os familiares voltaram a trabalhar já que o filho perdeu sua utilidade. Comendo cada vez menos e se sentido solitário, ele acaba assustando os novos inquilinos. Gregor apenas queria ouvir sua irmã tocar violino. Grete acaba ficando

bastante irritada com a situação e desiste de ajudar o irmão, deixando que Gregor morra de fome.

4. Análise política e Relações Internacionais

O grande e pessimista Kafka nos presenteou com a sua obra, crítica às relações humanas e a história da opressão. Embora tenha sido escrito em apenas 20 dias, o livro foi publicado somente em 1915. Um grande retrato do capitalismo industrial, pois o maior medo de Gregor era perder o emprego, e o gerente é a figura que representa o opressivo e exaustivo trabalho, ao lado da insalubridade e desumanização do trabalhador. Apesar da obra ser escrita antes da segunda-guerra e da ascensão do nazismo, Kafka prevê em suas escrituras a forma como os judeus eram tratados: feito insetos que precisavam de um inseticida forte. Esse pensamento profético de Kafka fez com que seus livros fossem queimados na época de Adolf Hitler, como forma de impedir o conhecimento e contribuir com a alienação das pessoas. O regime totalitário descrevia minorias como animais ou insetos que já não serviam para o mundo. Diante desse contexto, é nítido vermos uma crítica ao fascismo. Tanto na figura das vítimas do holocausto transformados em animais, como também nos próprios carrascos e algozes nazistas, completamente desumanizados. Por isso o livro de Primo Levi intitulado “É isso um Homem?”. Ou seja, os judeus, como os nazistas, haviam perdido sua humanidade e transformados em insetos.

O livro “É isto um homem?” relata a vida de Primo Levi, judeu italiano levado por nazistas ao campo de concentração de Fósfoli, e depois transferido para Aushwitz, onde permanece até sua libertação em 1945. Levi recorda e narra detalhes de sua vida nos campos de concentração, contando a fome, o frio constante, o trabalho escravo, as deploráveis e desumanas condições de vida.

É um aviso cruel à humanidade sobre o perigo do nazismo, do cruel, da barbárie que pode ser cometido pelo ser humano a outro semelhante.

A humilhação a qual os prisioneiros eram submetidos, ao se despirem, ter seus cabelos raspados, marcados com o número de identificação, sem nomes, separados de suas famílias, estuprados, famintos, vítimas de terror psicológico, espancados, mortos das mais variadas formas, enforcados, fuzilados, cremados, intoxicados por gás, e outras formas, revelando requinte da crueldade do ser humano. Transformados em insetos.

Neve, ventania e chuva, apenas com roupas leves, com o uniforme listrado, inominados, comida péssima e escassa, apenas ração de pão e sopa.

Primo Levi(2016, p.09): no campo de concentração pergunta. “É isto um homem?”.

Pensem bem se é isto um homem que trabalha no meio do barro, que não conhece a paz, que luta por um pedaço de pão, que morre por um sim ou por um não. Pensem bem se é isto uma mulher, sem cabelos e sem nome, sem mais força para lembrar, vazios os olhos, frio o ventre, como um sapo no inverno.

E segue os relatos (LEVI, 2016, p 20) “A viagem levou uns vinte minutos. O caminhão parou; via-se um grande portão e, em cima do portão, uma frase bem iluminada (cuja lembrança ainda hoje me atormenta nos sonhos): ARBEIT MACHT FREI – o trabalho liberta”.

Depois terrivelmente descreve (LEVI, 2016, p. 27) “Ele não riu, mas com uma expressão de extremo desprezo jogou-me à cara: –*Vous n’êtes pas à la Maison* – Este é o refrão que todos nos repetem: vocês não estão mais em casa, isto não é um sanatório,

daqui só se sai pela Chaminé (o que significa isso? Já vamos sabê-lo)”.

É o inseto gigante descrito profeticamente por Kafka, tantos as vítimas desumanizadas como os nazistas transformados em bestas irracionais.

Outras coisas aprendemos ainda, uns mais, outros menos rapidamente, conforme o temperamento de cada um. A responder: *Jawohl!*, a não fazer nunca perguntas, a fingir ter compreendido sempre. Aprendemos o valor dos alimentos; nós também, agora, raspamos o fundo da gamela, e a seguramos debaixo do queixo quando comemos pão, para não desperdiçar migalhas. Nós também, agora, sabemos que não é a mesma coisa receber uma concha de sopa retirada da superfície, ou do fundo do panelão, e já estamos em condições de calcular, na base da capacidade dos diversos panelões, qual é o lugar mais conveniente quando entramos na fila” (LEVI, 2016, p. 31).

Kafka muitos anos antes contou sobre a crueldade nazista, como também da banalidade do mal explicado por Hannah Arendt no polêmico livro “Eichmann em Jerusalém” (1999).

5. Considerações finais

Sem dúvidas, as obras de Franz Kafka foram tão importantes e necessárias para o mundo, tanto na época que foi lançado quanto nos dias de hoje, revelando o mundo agressivo e irracional, considerando a extrema direita atual, genocida, homofóbica, racista e defensora das armas e do ódio.

Vivemos um período kafkiano, sul - real, monstruoso, transformando milhares de pessoas em insetos insignificantes, e

a opressão e tirania no poder. A literatura Kafkiana é universal, pois investiga os sentimentos mais torpes da condição humana.

Suas obras são inteiramente caracterizadas por narrativas insólitas, com a atmosfera estranha e personagens insatisfeitos com o ódio, indiretamente ou metaforicamente, irônicos e exagerados, denunciando a opressão ao ser humano. De acordo com Gunther (Kafka: Pró e contra, 2007, p 22-23), existe a trivialidade do grotesco nos textos de Kafka, o espantoso não para ser visto como tal, tratando o absurdo de forma naturalizada. A loucura como algo incomum e o comum como algo inusitado. Com isso, a sua visão de mundo é potencializada. Além de que os homens deixam de ser homens e passam a ser meros insetos.

É importante frisar que Kafka mostrou a degradação humana na condição mais extrema, de uma barata ou inseto gigante, completamente desumanizado. Como inseto, o ser mais desprezível.

Bibliografia

ANDERS, Gunther. **Kafka**: Pró e contra. Cosac & Naify, 1ª edição, 2 de abril de 2007 ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: CIA das Letras, 1999.

FRAZÃO, Dilva. **Franz Kafka**, escritor tcheco. E biografia, 26 de julho de 2021. Disponível em:
https://www.ebiografia.com/franz_kafka/, acesso em 31 de julho de 2021.

GURGEL, Rodrigo. **Essencial Kafka** (Franz Kafka). Youtube, 28 de dezembro de 2018. Acesso no dia 28 de junho de 2021
<https://www.youtube.com/watch?v=cp3xYNoLyM8>

LEVI, Primo. **É isto um Homem?** São Paulo: Ed Dom Quixote, 2016.

MONTINEGRO, Monalisa. **Justificando**, O que a Metamorfose de Kafka pode nos ensinar sobre direitos humanos, há 5 anos.

Disponível em: <https://portaljustificando.jusbrasil.com.br/noticias/305483768/o-que-a-metamorfose-de-kafka-pode-nos-ensinar-sobre-direitos-humanos> acesso no dia 31 de julho de 2021

SOLIZ, Neusa. **Kafka**: uma surpresa na reedição da "Carta ao Pai".

DW Made for minds, 03 de junho de 2004. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/kafka-uma-surpresa-na-reedição-da-carta-ao-pai/a-1223772> acesso no dia 31 de julho de 2021

CAPÍTULO 11

Albert Camus e a peste do século XXI

Sara Nunes Mendes Alves²¹

Introdução

A Pandemia de COVID-19 trouxe ao mundo novos desafios de convivência e expôs mais uma vez o quanto a nossa sociedade é conectada. Um vírus que apareceu em Wuhan na China se espalhou pelo mundo em semanas, tudo isso graças aos meios de ligação mais rápidos – os aviões.

O presente trabalho busca compreender as complicações e resultados que a interdependência complexa pode gerar, utilizando sobretudo os conceitos de Joseph Nye e Robert Keohane. Analisou-se como referência o romance de Albert Camus, *A Peste* (1947), para um paralelo com a pandemia global de COVID-19, para realizar uma comparação entre ambas as epidemias e como a interdependência é aplicada em cada um dos casos.

1. Trajetória de Albert Camus

Nascido em 7 novembro de 1913, a vida de Albert Camus inicia em meio aos destroços da Argélia, que sofrera com a ocupação francesa. Filho de um combatente de guerra e de vida humilde, Camus decide trilhar caminhos que divergem do de seu pai: Escritor! Mesmo com pouco apoio de sua família pela profissão difícil que decidira, ele consegue emplacar na carreira

²¹ Doutor em Direito. Professor Associado II, Universidade Federal do Rio Grande. Curso de Relações Internacionais. Coordenador do projeto de ensino Literatura e Relações Internacionais.

acadêmica e alcança o doutorado com uma tese sobre o Santo Agostinho. Mas, seus trabalhos não se limitam a área acadêmica, exercendo as profissões de romancista, dramaturgo, jornalista e escritor, com seus trabalhos sempre voltados a suas ideologias libertárias.

Esta trajetória torna-se essencial para compreendermos sua filosofia e espectros políticos. Para Camus, não havia a necessidade de filiação partidária, uma vez que sua luta ia contra quaisquer ideologias que levassem a natureza humana a decair, como o existencialismo e o marxismo. Parte de suas desavenças com o filósofo Jean Paul Sartre partem deste princípio político. Eram amigos, mas suas ideologias convergiam tanto que a amizade foi desfeita após a crítica pública feita por Albert, satirizando o comunismo soviético. A amizade, que perdura até os anos de 1952, tem seu fim quando a escrita “O Homem Revoltado” é publicada, e o atrito entre os filósofos continua até o momento de suas mortes.

Enquanto escritor, Albert Camus inicia com escritas feitas para veículos socialistas, dando parecer jornalísticos antes de seu rompimento com os partidos comunistas. Neste período, publicou diversas obras, com destaque: O Estrangeiro, de 1942; A Peste, de 1947; O Mito de Sísifo, de 1942; O Exílio e o reino, de 1957; e O Homem Revoltado, de 1951. Todas as suas obras oferecem opiniões sociais, com métricas em acontecimentos reais, por isso, em 1957, Camus recebe o prêmio Nobel de Literatura.

Três anos após sua premiação, Albert Camus falece, vítima de um acidente de carro que ia à Paris.

2. Resumo da obra

“La Peste”, ou “A Peste”, é publicada em 1947. Apesar de nos trazer uma história epidêmica, ela é caracterizada como um

romance existencialista, inspirado em algumas epidemias, mas sobretudo na de cólera, em 1849. A história se passa em Oran, na Argélia, e logo nas primeiras páginas é apresentado ao leitor os aspectos da cidade e as informações descritivas que situam o leitor. O autor deixa perceptível a tranquilidade do cenário principal da história, descrito como pacato e de poucos acontecimentos.

Com a chegada da Peste, o leitor passa a acompanhar a gradual estranheza da população e as mudanças sistêmicas que ela provoca. O desenvolvimento da peste na cidade ocorre então pelo olhar de alguns protagonistas, e o primeiro que nos é apresentado é o médico da cidade, o Dr. Rieux, que começa a observar um dos primeiros sinais da peste - muitos ratos em seu caminho. É algo lento, a princípio, com 3 ratos mortos na calçada, mas que segue com um aumento provocativo através de outros personagens.

Gradativamente há uma mudança, e apesar do Dr. Rieux estranhar a quantidade de ratos mortos pela cidade, ele não demanda tempo necessário ou preocupação, ocupado demais com suas questões internas. A que mais o afligia era o de sua mulher, que estava doente há 1 ano. Neste momento, a história nos apresenta o primeiro casal da história e sua separação física. Por estar doente há tempos, Dr. Rieux decide mudá-la de local para que um tratamento fosse realizado, então sua mulher muda de cidade para fazê-lo em uma Casa de Saúde.

Enquanto resolve seus problemas particulares, a cidade continua lutando com a questão sanitária, chegando a um ponto que fica impossível dos moradores andarem pelas ruas com a quantidade absurda de ratos que encontram. Clamando por mudança, começa a haver mobilizações para que o governo ative medidas sanitárias. A mobilização tem certo resultado, pois a partir deste momento a prefeitura começa a realizar a limpeza dos corpos dos ratos, no entanto, não ocorre qualquer medida de

contenção. A todo momento é evidenciado ao leitor a situação da cidade, tornando impossível que não haja estranhamento.

Algumas páginas a frente, após o surto sanitário, os ratos passam a desaparecer. Aquele número exorbitante de ratos mortos cai por terra e a cidade se vê livre de tal problemas. Mas, o que deveria ser um alívio aos moradores, se transforma em um pesadelo, porque agora quem estava adoecendo era a população. Com o adoecimento dos ratos, a peste chega à cidade e começa a alentar e adoecer a população. Desde o momento em que a doença chega, até os sintomas e seu alento à morte é descrito, oferecendo detalhes sórdidos das erupções, as febres, inflamações e toda a dor que a doença deixa na população antes de fato a matar.

A urgência médica e o contágio é tanto que as autoridades não veem outra saída se não o total isolamento da cidade com o resto do país. Com a chegada da Peste e suas consequências, o livro também apresenta alguns personagens e como cada um deles lida com a epidemia e fechamento da cidade. Antes darmos início ao drama principal da história, é necessário explicitarmos as características e trajetórias de nossos protagonistas.

Temos o Dr. Rieux, apresentado anteriormente e a linha de frente do tratamento da doença. É ele quem insiste para que haja a mobilização para uma quarentena, que explica os possíveis tratamentos da doença e o que não deve ser feito. Como exemplo claro podemos citar o desespero da população, que começa a até mesmo atear fogo em si para que a peste vá embora, e é então que o papel do Dr. Rieux surge. Ademais, é ele quem insiste em dizer que é preciso nomear a doença e entendê-la, e não a ignorar até ela desaparecer. Para além do drama com a doença, este personagem apresenta a melancolia de seu relacionamento, que agora ocorre à distância. Albert Camus evidencia a filosofia existencialista, e mostra ao leitor a tristeza que o personagem passa. No início, a falta de sua mulher era absurda, mas, com o

tempo que o personagem passa isolado, a imagem de sua mulher vai se tornando abstrata dado ao longo tempo que eles passam distantes.

Outro personagem essencial para o desenvolvimento da história é o jornalista Rambert. Personagem forasteiro, que vai até a cidade para realizar um furo jornalístico, mas que acaba preso na cidade e separado de seus amores e impossibilitado de volta à Paris. De passagem em Orã à preso na cidade, é um personagem que encontra a sua própria individualidade ao passar do tempo. De início, a loucura é tanta que o personagem tenta fugir, mas decide no último momento abandonar esta tentativa e contribuir na luta contra a peste. Ele relata ter vergonha de ser feliz sozinho, além do sentimento de pertencimento à cidade.

Prosseguindo com os personagens, é apresentado outro jornalista: Tarrou. Dono dos pensamentos e devaneios filosóficos do texto, é um personagem local. Ele acredita que as pessoas já estavam acometidas pela peste, e que a morte pode ocorrer de 3 maneiras: A morte da consciência, a da empatia social e a morte física, e para ele a morte física veio tardia, porque ela já ocorria nestes outros quesitos. Para ele, é o que permitia as pessoas morrerem pelo próprio sistema. Ao decorrer do livro, é Tarrou quem mobiliza a população a realizar os serviços públicos na cidade, porque eles não enxergam isso vindo de seus governantes.

Cottard é outro personagem essencial na história, àquele a quem possui a tentativa frustrada de cometer suicídio após contrair a doença. Ao decorrer, passa a ser o projeto de inspiração após muitos acontecimentos. Mas, também é dono de um grande oportunismo da epidemia, aproveitando-se do cansaço da população para lucrar, para vender produtos exorbitantes, para traficar e subir em cima da população quem vinha sofrendo.

Por fim, há o padre da cidade, Sr. Paneloux, personagem que causa angústias na história, justificando a praga como um

acalamento divino. Enquanto centenas de pessoas estão morrendo e perdendo seus familiares, em diversos momentos da história ele compara com a história bíblica de Jó, por exemplo, para dizer que tudo advém de um poder divino para os fazer mais fortes, e que toda aquela desgraça era a justiça divina agindo, com a população pagando por algo que merecia. Evidentemente um pensamento que muda depois de presenciar a morte de uma criança inocente, passando a rever sua filosofia de vida.

Outra coisa muito interessante é que a obra oferece histórias de outros surtos epidêmicos. Em uma história contada durante o livro especificamente, é apresentado as ações de um bispo da idade média durante um surto de peste. Esse bispo era visto como um ser iluminado da população, mas que renunciou à população e os abandonou no momento que ela mais necessitava, se trancando em seu castelo, isolado da sociedade. Com a população desalentada, ocorre uma revolta geral, e as pessoas passam a colocar os corpos de mortos envolta dos portões da fortaleza, cadáveres por cima do telhado e tentam fazer de tudo para ter certeza de que o Bispo contraria a peste e faleceria.

Estes são os personagens principais que a história nos apresenta e seus enredos pessoais. Ao final, a peste deixa a cidade, mas com lições e dramas familiares a serem questionados pelo leitor. A cidade, que seguia uma rotina monótona, se vê obrigada a mudar toda a vida da população. Pessoas que iam ao trabalho todos os dias, se veem em uma situação em que seu trabalho já não é mais necessário, literalmente ilhados, ao longo do livro é perceptível a esperança esvaindo da população.

3. Referências a resistência francesa contra o nazismo

“A Peste” apresenta reflexões sobre o existencialismo, às revoltas, a solidariedade e a cooperação. Traçando a história coletiva e apresentando o sofrimento, representa a opressão feita

pelo totalitarismo do exército nazista alemão, enquanto à resistência dada a doença faz uma alegoria a resistência francesa dos anos de 1940. A obra critica a humilhação subjugada aos franceses pela ocupação alemã, mostrando de forma política as representações de Albert Camus e sua resistência pública. Além do fato de ser escrita durante a 2ª Guerra Mundial, ao decorrer do livro percebe-se a angústia geral de que A Peste deixasse a cidade, assim como esperavam que os soldados nazistas a fizessem. Assim como na obra, o autor finaliza dizendo que ela não morreria ou desapareceria, tornando-se uma lembrança de sofrimento.

4. Teoria da interdependência

O texto de Joseph Nye e Robert Keohane “Power and Interdependence”, publicado em 1977, utiliza pela primeira vez o termo “interdependência complexa” como algo ideal a ser alcançado pela teoria weberiana. Para os autores, o realismo e a interdependência complexa possuem em si situações de análises cotidianas, a depender da situação em que se encontra. “Como uma palavra analítica, interdependência refere-se a situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente. Simplificando, interdependência significa dependência mútua.” (NYE, p. 256, 2009).

“Nossa análise [de 1977] ligava as análises realistas e neo-realistas às preocupações dos liberais com a interdependência. Ao invés de ver a teoria realista como uma alternativa à ‘teoria da interdependência’ liberal, nós víamos ambas como complementares uma à outra. Essa abordagem era analiticamente justificada, em nossa visão, porque ambos, o realismo e o liberalismo, tinham suas raízes em uma visão utilitarista do mundo, na qual os atores individuais perseguem seus interesses

próprios respondendo aos incentivos. Ambas as doutrinas vêem a política como um processo de troca política e econômica, caracterizada pela barganha. Falando de forma geral, tanto o realismo quanto o liberalismo são consistentes com a assunção de que a maior parte do comportamento estatal pode ser interpretada como atividade racional, ou ao menos inteligente. Realismo e liberalismo não são, pois, dois paradigmas incompatíveis, com concepções diferentes da natureza da ação política” (KEOHANE & NYE, 1987, p.728-729)

Desta forma, continua sendo entendido que os Estados são os principais atores do Sistema Internacional, mas dependem de suas interações com as Organizações Internacionais Não Governamentais. Nesta análise, Nye e Keohane argumentam que o constante uso da força se torna caro aos grandes Estados, uma vez que poderiam causar bombardeio nuclear, resistências nos países de Terceiro Mundo, os resultados econômicos incertos e a opinião doméstica do país. Neste sentido, estes aspectos poderiam gerar um enfraquecimento na hierarquia baseada no poder.

Para além disso, entende-se que a interdependência complexa vai além dos parâmetros de poder dos Estados, baseando-se também na interdependência econômica. Uma vez que a economia se encontra altamente globalizada, à exemplo da crise econômica de 2008. Economicamente, entende-se que as crises se expandem para outros países de forma mais rápida devido a aceleração da globalização, o que faz com que os números de participantes da interdependência complexa aumentem e os impactos acelerados.

Se antes os principais influenciadores eram os Estados, Keohane e Nye abordam em sua teoria de interdependência que estes perdem espaço para outros atores importantes. Aqui podemos também constatar a perda de importância da força como instrumento de política de Estado – o que não significa que ela perdeu toda a importância – tal como é possível ver nas

atuações da OTAN e dos Estados Unidos da América. Assim como a força não é mais considerada um elemento principal nas políticas de Estados, a segurança também abre espaço para uma preocupação com o bem-estar da população. Segundo Ianni a “Interdependência das nações focaliza principalmente as relações exteriores, diplomáticas, internacionais” (p.39, 2001), focalizando nos efeitos recíprocos que podem ser tomados.

5. A COVID – 19

Surgindo através da família Coronaviridae, os coronavírus possuem partículas que projetam coroas, tornando com que este vírus cause doenças respiratórias de fácil contágio. No caso da Sars-CoV-2, responsável pela pandemia da COVID-19, surgem os primeiros relatos em um paciente em Wuhan, China, em dezembro de 2019, com sintomas similares ao da gripe. O primeiro alerta da Organização Mundial da Saúde acontece neste mesmo período, e 1 mês depois é noticiado o primeiro caso de coronavírus nos Estados Unidos, e no Brasil em 7 de fevereiro. A COVID-19 passa então a contaminar de forma rápida diversos países do mundo, com atenção especial à Europa.

Os primeiros atos recomendados foram a de higienização constante, além do uso de máscaras e não aglomeração. No Brasil, foi instaurado o Grupo de Trabalho Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional, a fim de definir medidas de saneamento e de protocolos de emergência. Alguns países fecharam suas fronteiras e aplicaram quarentena em suas cidades, com ameaça de multa direta em casos mais graves.

O impacto sistêmico causado pela COVID-19 foi diferente em cada país, assim como suas respectivas soluções. Nos Japão, Estados Unidos e Londres, os mercados financeiros tiveram uma queda brusca, enquanto no Brasil houve uma queda de 13%. A

perca de empregos foi global, com muitas empresas sendo afetadas e aumentando a taxa de desemprego. Um exemplo é os Estados Unidos, que já em 2019 atingiu 20,4% de desempregados.

Neste sentido, temos uma situação parecida com que a ocorre na obra *A Peste* (1947), de Albert Camus. Um vírus ou peste de fácil contágio e rápidas consequências, provocando dando irreparáveis levando até a morte, e que exige medidas restrições e quarentena. Sua maior divergência surge quando aplicamos a teoria da interdependência, onde veremos adiante.

6. A Interdependência Complexa aplicada em surtos epidêmicos

Em um mundo globalizado, aplica-se a ideia de governança e seu aumento de complexidade nas relações entre atores sistêmicos, podendo ocorrer em aspectos culturais, sociais econômicos. Para Herz, “Os governos nacionais começaram, assim, a se engajar na coordenação de atividades econômicas e sociais que tinham um caráter intrinsecamente transnacional” (HERZ, p. 107, 2015). Aplicando este conceito na pandemia da COVID-19, para que houvesse alcance mundial, foi necessário um alto contato entre os líderes dos Estados e Organizações, uma vez caracterizada como a maior crise sanitária mundial do século XXI (OMS, 2020)

Com o aumento da globalização, a comunicação e o transporte tornaram-se intrínsecos a nossa sociedade, facilitando o contágio entre países e afetando esferas sociais, econômicas, e evidentemente de saúde. Como solução, foi intensificado a cooperação internacional, uma vez que parando o vírus em 1 Estado, mais rápido evitariam o desastre em outros e acabariam com a pandemia, além de que as atividades de cooperação sempre implicam na saúde humana, na alimentação, na habitação e no trabalho (HERZ, 2015).

Compreendendo tais mudanças, a interdependência complexa aplicada na COVID-19 gerou resultados positivos e negativos. Com ela, o contágio entre Estados ocorreu de forma mais rápida, principalmente se levarmos em consideração ao surto epidêmico criado por Camus, no entanto, também facilitou a cooperação entre eles, fomentando as ações que contribuem para a erradicação da doença, como a criação de vacinas e meios de prevenção, gerando uma troca de informações entre sociedades.

7. Conclusão

Na epidemia criada por Albert Camus, temos uma sociedade civil sem impactos da globalização, apesar de um crescimento gradativo. Nela, aspectos de contágio e isolamento são parecidas com a que o mundo vivencia desde 2019 com a COVID-19. No entanto, foi possível observar uma diferença essencial em como ambas lidaram com suas respectivas pestes.

Utilizando-se do conceito de interdependência complexa, temos que uma série de Estados conectam-se entre canais e sociedades, podendo gerar benefícios e malefícios a seus atores, uma vez que, em curto prazo, envolve custos de Estados menores em decorrência aos maiores. Os autores, no entanto, exemplificam que as relações de assimetria e simetria como descartáveis, com a interdependência gerando relações de iguais dependência. E este foi o parâmetro aplicado em ambas as epidemias.

Enquanto A Peste teve uma alta letalidade, mas isolada dos outros atores teve uma recuperação lenta depois de deixar diversas sequelas, a COVID-19 dificilmente chegaria nos dados criados pelo autor. Com a cooperação entre Estados e divulgação de medidas sanitárias e informações, apesar do alto número de letalidade, foi muito mais fácil encontrar soluções que

diminuíssem as sequelas e mortes deixadas. Mesmo que a interdependência tenha facilitado o contágio em outros países, também ofereceu soluções mais práticas do que a do enredo de A Peste.

Referências

CORONAVIRUS. **MAP**. Disponível em:
<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 05 out. 2021

Coronavírus: **o que se sabe sobre o novo vírus que surgiu na China**. Disponível em:
<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/02/27/o-que-se-sabe-e-o-que-ainda-e-duvida-sobre-o-coronavirus.ghtml>
Acesso em: 05 out. 2021.

HERZ, Mônica. **Organizações internacionais**. Imprensa: Rio de Janeiro, Campus, 2015

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

KEOHANE e JOSEPH S. NYE . **What's New? What's Not? (And So What?)**. Primavera, 2000.

NOGUEIRA, A. **CORONAVÍRUS: PERIÓDICO DE 1918 REVELA SEMELHANÇAS ENTRE AS RECOMENDAÇÕES CONTRA A GRIPE ESPANHOLA**. Março, 2020. Disponível em:
<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/coronavirus-periodico-de1918-revela-semelhancas-entre-as-recomendacoes-contr-a-gripe-espanhola.phtml>. Acesso em: 12 março.2020.

PERINI, JOSUÉ. Teoria da Interdependência e sua influência no Mundo Atual

Índice Remissivo

A

A Peste, 5, 160, 161, 165, 169,
170, 173
Albert Camus, 5, 160, 161,
163, 166, 169, 170

B

beleza, 6, 7, 16, 82, 83, 106
bullying, 16, 17

C

colonização, 30, 86, 93, 94,
99, 110, 138
COVID-19, 102, 105, 160, 168,
169, 170

D

decolonialidade, 142
degradação humana, 158
diferença de idade, 145
diferença étnica, 145
Dom Quixote, 5, 64, 65, 70,
71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80,
82, 83, 84, 105, 158

E

espaço poroso, 47
Espaço Vital, 56
estética, 7, 82

F

ficção científica, 5, 6, 7, 8, 11,
12, 19
Frankenstein, 5, 6, 7, 9, 10,
11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18,
19
Franz Kafka, 149, 150, 152,
153, 157, 158

G

genocida, 150, 157

H

Holocausto Brasileiro, 116
homofóbica, 150, 157

I

igreja, 21, 23, 24, 83
imperialismo, 101, 102, 113,
138, 141
incesto, 21

J

Juan Rulfo, 5, 20, 21, 25, 26,
36

L

L'Amant, 133, 135, 143, 144
literatura, 5, 6, 7, 8, 10, 11,
12, 13, 14, 20, 22, 25, 36, 49,
50, 64, 65, 76, 77, 82, 87,
101, 105, 106, 109, 117, 118,

129, 133, 134, 147, 149, 151,
152, 153, 158
literatura durassiana, 133
literatura gótica, 10
literatura latina, 20
Luis Sepúlveda, 5, 101, 102,
105, 106, 113

M

Manicômio de Barbacena,
116, 117, 123, 126, 128
Marguerite Duras, 5, 133,
134, 147, 148
Mary Shelley, 5, 7, 9, 10, 11,
12, 13, 14, 15, 17, 18, 19
metáforas, 110, 149
Miguel de Cervantes, 64, 65,
69, 70, 85
Moby Dick, 101, 102, 103,
109, 110, 111, 112, 113, 114
Moderno Prometido, 7

N

narrativas ficcionais, 6
nazismo, 53, 56, 155, 156, 165

O

O alienista, 116, 117, 118, 120,
130
O Amante, 5, 145, 147, 148

P

padronização do corpo, 16
Pedro Páramo, 5, 20, 21, 24,
25, 36
pensamentos iluministas, 17
pessimismo, 62, 149, 151, 152

R

refugiados, 47, 64, 65, 80, 81,
82, 83
regimes totalitários, 53, 149
Relações Internacionais, 5, 6,
20, 25, 34, 38, 47, 50, 53, 60,
64, 78, 84, 86, 100, 101, 131,
132, 133, 147, 149, 155, 160,
173
Robinson Crusoe, 86, 87, 88,
92, 94, 98, 99

S

Segunda Guerra Mundial, 27,
53, 54, 56, 57, 58, 62, 81, 134

T

Tabajara Ruas, 5, 38, 41, 45,
50, 52
terror psicológico, 128, 156
Thomas Hobbes, 53, 55, 59,
67

U

Uruguaiana, 38, 39, 40, 41,
45, 46, 50, 51
utopismo, 64, 66

V

violência, 47, 61, 96, 119, 127,
129, 152

W

William Golding, 53, 54



Antonio Guimarães Brito

Servidor Público Federal, professor Associado II na Universidade Federal do Rio Grande. Lotado no curso de Relações Internacionais. Doutor e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Leciona e pesquisa Ecologia Política, Direitos Humanos, Antropologia Jurídica, Direitos Étnicos, História do Direito, Direito Indígenas, Direito e Amazônia. Escritor e romancista. Autor dos livros: Direito e Barbárie no (I) Mundo Moderno: A questão do Outro na Civilização. Direitos Indígenas nas Nações Unidas (dedicado a RAONI). Organizador das obras: Estudos de Antropologia Jurídica na América Latina Indígena. (PA) Lavras de Índios: Povos Indígenas, diálogos de Fronteira. Direito, Relações Internacionais e Políticas Públicas. Autor dos romances: Tekoha: em busca da Terra sem Males. A Peste do Albardão. Quando o Homem Morcego encontrou Che Guevara.

Publicou dezenas de artigos nacionais e internacionais. Conferencista nacional e internacional. Publicou a etnografia do genocídio do Povo Oro-Win e Genocídio do Povo Kaiowá. Foi professor com Dedicção Exclusiva na Universidade Federal da Grande Dourados, nos cursos de Direito, Relações Internacionais e docente permanente do programa de mestrado em antropologia social. Professor com Dedicção Exclusiva de 2015 a 2018 na Universidade Federal do Pampa, nos cursos de Direito e Relações Internacionais. Coordenador do projeto Internacional financiado pela CAPES Brasil/Equador, Universidad San Francisco de Quito. Membro do projeto Internacional Abdias Nascimento, financiado pela CAPES, Brasil e Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.